

KELLY CRISTINA DE SOUZA PRUDENCIO

**MÍDIA ATIVISTA: A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS POR
JUSTIÇA GLOBAL NA INTERNET**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof^a orientadora: Dra. Ilse Scherer-Warren

FLORIANÓPOLIS, 2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

INTRODUÇÃO: o espetáculo da ação coletiva

Este é mais um estudo sobre a relação entre mídia e movimentos sociais. Não pretende, como qualquer pesquisa, esgotar a discussão sobre um tema tão controverso, já razoavelmente explorado e permeado de leituras nem sempre científicas, uma vez que as reflexões sobre ele são realizadas por pesquisadores engajados em alguma causa dos movimentos ou mesmo pelos próprios militantes. A dimensão normativa que se instala dificilmente é completamente erradicada, mas essa é uma das tentativas desta pesquisa.

Desde 1999, depois dos protestos contra a Organização Mundial do Comércio, em Seattle, observa-se uma preocupação crescente com a imagem dos movimentos sociais. As imagens fotográficas daquela manifestação informavam sobre uma das dimensões da ação coletiva – a visibilidade. O mundo passava a conhecer aqueles ativistas através da mídia e começava a atentar para a existência de uma “resistência” à globalização formulada por chefes de Estado dos países ricos e por especialistas financeiros dos mercados globais. Então aqueles manifestantes ficaram conhecidos como pertencentes a um “movimento antiglobalização”.

Reduzidas à performance dos ativistas, as análises sobre a cobertura midiática dos protestos careciam da articulação entre a busca pela visibilidade e os momentos de latência da ação coletiva. No entanto, a aparição espetacular, que se repetiria como ritual em manifestações subseqüentes, poderia estar apontando para um aspecto negligenciado nas investigações. Ou seja, a espetacularização da ação poderia não ser por acaso. Logo se verificou uma origem nas ações do Exército Zapatista de Libertação Nacional. Discutia-se se a performance midiática era apenas um recurso de encenação ou se isso queria dizer alguma coisa.

Verificava-se ainda, também como decorrência da dimensão normativa, a presença forte de uma concepção de mídia como inimigo público nas análises sobre movimentos sociais, tanto do ponto de vista dos próprios atores – e de sua proposta de uma “nova (e boa) mídia” –, quanto do ponto de vista dos pesquisadores, que geralmente tratam mídia como variável ou apenas mais um dado não problematizável.

Essa postura de pré-julgamento em relação à mídia não ajudava a compreender algumas transformações na ação coletiva. Daí então a identificação do espetáculo como um componente comunicacional estratégico da ação coletiva, não como mero recurso de visibilidade, mas como procedimento político.

Como fenômeno não totalmente novo, mas estimulado por esse cenário de uma sociedade “midiática”, campanhas internacionais de solidariedade são conduzidas por artistas, músicos, atores de cinema. Os exemplos mais emblemáticos são o vocalista da banda de rock irlandesa U2, Bono Vox, principal porta-voz da campanha pelo perdão da dívida dos países pobres (Drop the Debt), e Bob Geldof, músico britânico que organizou o Live 8 em 2005, reedição do Live Aid realizado 20 anos antes. O evento reuniu dezenas de bandas de todo o mundo e aconteceu simultaneamente em várias cidades da Europa e dos Estados Unidos. Neste caso, a renda dos shows foi destinada aos programas de ajuda à África.

O objeto de estudo surgiu, portanto, de uma necessidade de investigar a ação coletiva na sua dimensão simbólica, marcada de forma importante pelo relacionamento com a mídia. Esse aspecto simbólico tem sido pouco valorizado nas análises, sendo considerado secundário. Quero afirmar que ele é fundamental na medida em que é por ele que um problema social é percebido como tal, ou seja, que o papel dos movimentos sociais contemporâneos é justamente revelar, ou re-significar, os problemas coletivos: atribuir novos significados a questões já existentes ou apresentar novas.

Para isso é necessário rever as teorias dos movimentos sociais e acrescentar a elas fatores como a utilização pelos atores coletivos das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), que tornam possível a articulação em redes de movimentos. Olhar o fenômeno dos movimentos sociais pela perspectiva das redes auxilia na compreensão dos atores políticos articulados pela identificação parcial com determinados pontos de interesse comum. Também permite vislumbrar a coletivização de demandas de caráter individualista e o conflito de “vontades” como característica (e não como problema a eliminar) de uma sociedade democrática.

Outro ponto a explorar é a concepção de mídia como espaço pelo qual as demandas coletivas são tornadas públicas, através da sua faculdade de relatar eventos da realidade. Se mídia e movimentos sociais se relacionam na esfera pública como adversários que lutam pela apropriação do significado da informação que se quer fazer chegar à sociedade, a expressão “sociedade da informação” assume um sentido que extrapola a questão do desenvolvimento de tecnologias e contempla a dimensão das relações sociais pautadas pela abundância de informação e conseqüentemente pela dificuldade de decisões, tanto no âmbito pessoal como político. E que essa condição atinge a todas as nações, tendo em vista o caráter transnacional dos movimentos sociais contemporâneos e sua lógica organizacional em redes.

Para explorar essa relação, o recorte realizado delimita-se às formas pelas quais se expressam os ativistas nos serviços de informação criados a partir das manifestações de Seattle. A entrada definitiva dos atores sociais na internet, como forma de potencializar sua ação política, oferece para a teoria social um campo importante de investigação. A presença de variados *websites* dedicados às campanhas globais, sejam elas de cunho ambientalista, humanista, pacifista ou voltadas para o combate de regras da economia internacional – como a da Taxa Tobin, pela ATTAC –, evidenciam um interessante conflito em torno da informação na sociedade contemporânea.

Ao rivalizarem com a grande imprensa, considerada por esses atores um dos seus adversários principais, eles produzem sobre esta um fator de desestabilização da sua perícia. Ou seja, reivindicam a posse da verdade da informação contra os “desvios” da comunicação de massa. Mas na produção da informação própria utilizam as convenções legitimadas do jornalismo. Dessa forma, refutam o conteúdo e a orientação editorial da mídia informativa, mas não sua forma. Ao mesmo tempo, vão construindo uma linguagem própria, adequada ao meio internet, que combina perícia e ativismo. Isso contribui para a intensificação da crise de confiança na perícia jornalística e tem implicações diretas nos rumos da política, especialmente no que toca aos processos de visibilidade do poder e *accountability*.

E no que diz respeito ao ativismo político, esse “duelo” simbólico pode indicar uma mudança na forma de fazer política na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a internet pode ser pensada como “ciberespaço público”, sem, no entanto, atribuir à sua mera existência a promessa de uma sociedade mais justa. Mesmo porque os atores sociais que fazem uso dessa tecnologia para se comunicar, ainda que com objetivos bem definidos, não controlam as conseqüências imprevistas que essa ação carrega consigo.

Para tal empreendimento, discute-se:

a) Algumas características da sociedade contemporânea, baseada no controle da informação como fundamento do poder (Melucci) e no deslocamento dos conflitos centrais para a área da cultura (Touraine). Isso faz com que a dimensão da visibilidade dos movimentos sociais assumam uma maior importância do que antes nas análises sociológicas. Outro ponto a destacar é o processo constante de reavaliação de suas práticas, dentro do que Giddens define como reflexividade. Isso vai ser importante para entender como os grupos utilizam, reflexivamente, o saber perito do jornalismo para obter legitimidade, ao mesmo tempo em que acentua sua crise ao desafiar suas convenções.

b) Como a pesquisa enfoca a ação dos grupos na internet, é necessário antes apresentar como a relação mídia e movimentos sociais vem sendo tratada pela literatura (teses principais, equívocos, pontos a explorar). O fio condutor será a noção de comunicação “alternativa”, presente quase sempre nessas avaliações. Pretende-se questionar essas definições, procurando mostrar que a questão não é tão simples (o fato de não ser mídia corporativa não a torna automaticamente “alternativa”) e merece um tratamento mais sofisticado. Uma parte desse tópico trata dos protestos que ganharam notoriedade a partir de Seattle até as duas primeiras edições do Fórum Social Mundial (“entre a imagem e mensagem”). Uma segunda parte focará justamente a ação dos grupos na internet (“entre a perícia e o engajamento”).

Para a realização da pesquisa, foram observados e analisados os *websites* dos grupos ATTAC internacional e Ação Global dos Povos (em inglês PGA), e também os

serviços de informação a eles conectados em rede Indymedia, Rebellion, Nodo50 e La Haine (que são aqueles que sobreviveram depois da onda de protestos e continuam atuando hoje).

A análise debruça-se sobre o processo de *framing* das informações, ou seja, como os grupos, nos *websites*, atribuem significado aos temas em questão. Segundo Charlotte Ryan (1990), os *frames* são constituídos na disputa com um outro *frame* adversário. Ou seja, procurar-se-á saber qual *frame* alternativo está sendo ofertado nesses *websites*. Isso para argumentar que a perícia jornalística está sendo desafiada pelos grupos, ao mesmo tempo em que é assimilada, constituindo o que quero chamar de “jornativismo”. Importante ressaltar que a *frame analysis* é um método desenvolvido originalmente por Erving Goffman.

Movimentos por justiça global: nas ruas, nas notícias, no ciberespaço

As manifestações globais contrárias aos programas de desenvolvimento econômico, propostos pelos organismos internacionais como o G-8, o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), colocaram em cena os chamados movimentos “antiglobalização”. Foram assim denominados pela cobertura jornalística desde 30 de novembro de 1999, quando milhares de ativistas atrasaram a realização da 3ª Conferência Ministerial da OMC, nas ruas de Seattle, nos Estados Unidos. A “Batalha de Seattle”, como ficou conhecida, foi marcada pelo confronto entre manifestantes e policiais, o que se repetiria nas reuniões subsequentes daquelas organizações, e pela ampla cobertura jornalística, cujas imagens captaram a dimensão espetacular das manifestações, sistematicamente ensaiada pelos ativistas. Estudantes, feministas, ambientalistas, camponeses, agricultores, sindicalistas, ativistas de direitos humanos e outros marcharam para o centro da cidade para se manifestar contra as políticas da OMC.

Apesar das ruas terem sido bloqueadas, os protestos continuaram em frente aos hotéis das delegações oficiais e em torno do Centro de Convenções, para onde estava prevista a cerimônia de abertura da reunião. Em consequência dos protestos e da

repercussão deles na mídia, a “Rodada do Milênio” foi cancelada e os ativistas consideraram-se vitoriosos, tornando Seattle, até hoje, o símbolo da resistência bem-sucedida ao que eles chamam de globalização neoliberal.

Esse tipo de manifestação de ação direta repetiu-se em outras ocasiões: durante a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Washington, em abril de 2000; no mesmo ano, em protestos do 1º de maio, em Londres, e no encontro do FMI e do Banco Mundial, em Praga; em abril de 2001, em Québec, na abertura da 3ª Cúpula das Américas, contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas); e em julho do mesmo ano, em Gênova, contra o G-8. A criação do Fórum Social Mundial, organizado pela primeira vez em 2001, como contraponto ao Fórum Econômico Mundial, realizado anualmente em Davos, se constituiu como um espaço para o encontro de diversos atores, inclusive os considerados “antiglobalização”, no qual os participantes celebravam o slogan “um outro mundo é possível”.

Como a composição social desses movimentos é muito diversificada, abarcando movimentos, associações, redes de luta, organizações de espectros variados, como ONGs, movimentos rurais, entidades de defesa dos direitos humanos, estudantes, anarquistas, centrais sindicais, entre outros, as convergências deste novo ator sociopolítico de caráter mundial surgem quando as diversas organizações percebem que seus temas e reivindicações estão relacionados. Assim, elas identificam elos comuns de lutas. Forma-se então uma rede de resistência que se expressa ora através de desobediência civil, ora por propostas alternativas a um modelo de globalização, considerado a principal causa da exclusão social existente no mundo. Mas a marca distintiva dessa rede é a organização da informação e dos protestos pela internet.

Por acreditar que é possível uma nova orientação para a globalização, esses atores criticam duramente os efeitos destrutivos da política neoliberal nos planos social e cultural e também denunciam as contradições do modelo econômico da globalização. Em função disto, os principais alvos do movimento são as entidades financeiras internacionais, principalmente o FMI, o Banco Mundial, a OMC, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a cúpula do G-8 – grupo dos sete

países mais ricos somados à Rússia. Alguns dos objetivos pelos quais os movimentos lutam são: cancelamento das dívidas dos países pobres; proteção do meio ambiente; modificação das regras do comércio internacional, com a limitação do poder do capital global, e a denúncia contra o superpoder das multinacionais ou grandes corporações, na linguagem utilizada pelos ativistas.

Na verdade, o termo “antiglobalização” é pouco adequado para classificar a ação desses movimentos. De acordo com Gohn (2002), os atores não são contra a globalização em si, mas contra uma ordem socioeconômica e moral de injustiças, que cria um abismo entre ricos e pobres, incluídos e excluídos. Configuram o que Santos (2002) chama de globalização contra-hegemônica, cujos atores proliferam como respostas locais a pressões globais, através de lutas sociais de origem anticapitalista. Essa origem, no entanto, não conflui para um projeto compartilhado em torno de uma unidade de princípios, o que provoca conflito mesmo entre os atores que eventualmente lutam juntos.

Assim, dependendo do contexto de observação, essa rede ora é denominada de movimentos por justiça global ou de solidariedade global (países de língua inglesa), ora de altermundistas (países de língua francesa), antiglobalistas ou críticos da globalização (Alemanha), movimentos de resistência global (América Latina), ou ainda movimentos transnacionais contra a globalização neoliberal¹.

A gênese desses movimentos remete ao ano de 1996, entre os dias 27 de julho e 3 de agosto, no México, onde aconteceu o 1º Encontro Intercontinental pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, convocado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) através da internet. Participaram mais de 3.000 pessoas de mais de 40 países. Este encontro é considerado o “primeiro elo do movimento internacional contra a mundialização liberal” (Seoane; Taddei, 2001, p. 154). O evento trouxe novo fôlego às manifestações de resistência, bem como uma característica

¹ Esta tese adota a denominação *movimentos por justiça global* em razão da maior parte da bibliografia de apoio ser literatura de língua inglesa.

também inaugurada pelos zapatistas: ações públicas adequadas aos critérios de noticiabilidade². Mas as primeiras mobilizações “antiglobalização” datam de 1998, em Genebra, convocadas pela Ação Global dos Povos³, durante a 2ª Conferência Ministerial da OMC, contra o acordo Multilateral de Investimentos.

A visibilidade alcançada nessas manifestações foi considerada “um sucesso” pelos seus organizadores. Mas, como mostram suas avaliações nos *websites*, o êxito se dá em termos de imagem, mas é frustrante em termos de mensagem. Em razão disso, para fazer frente à “mídia burguesa”, depois de Seattle foi lançado o *website* Independent Media Center (IMC) (www.indymedia.org), que em pouco tempo se espalhou por todo o mundo e passou a ser o espelho dos movimentos por justiça global, convocando as manifestações posteriores. Instalou-se, então, uma guerra pela informação que passou a ser uma das principais prerrogativas da ação coletiva contemporânea.

Além do IMC, muitos outros *websites*⁴ de movimentos sociais e organizações da resistência global configuram na internet uma rede de comunicação – ou coletivos em rede, na acepção de Scherer-Warren (2005) –, os quais registram ações, realizam

² Segundo Castells (2000, p. 103-4), o sucesso dos zapatistas deveu-se, em grande parte, à sua estratégia de comunicação, a tal ponto que podem ser considerados o primeiro movimento de guerrilha informacional. No levante de 1994, contra o Nafta (Acordo Norte Americano de Livre Comércio), os zapatistas inauguraram sua tática: textos bem redigidos veiculados na Internet e uma imagem simbólica que continha a máscara e o cachimbo, sendo a primeira importante na popularização do EZLN, que a adotou com um recurso ritual de aparição pública. Ao uso da Internet, seguiu-se a criação da La Neta, uma rede de comunicação que conectava várias organizações mexicanas, responsável pelo apoio aos zapatistas e por criar um movimento internacional de opinião pública (que impediu o uso da repressão contra eles), pois, acreditavam os zapatistas, a informação é mais poderosa que as balas.

³ A Ação Global dos Povos (AGP) surgiu em 1997 como idéia de uma campanha internacional inspirada no encontro dos zapatistas, realizado no ano anterior, a partir de dez organizações, entre elas, o brasileiro Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Sindicato dos Agricultores do Estado de Karnataka, da Índia (Ludd, 2002). Depois da grande manifestação de Genebra, em fevereiro de 1998, organizada principalmente pelo Reclaim The Streets, AGP passou a designar os dias de manifestação contra os organismos econômicos internacionais.

⁴ Algumas organizações que mantêm *websites*: ATTAC, Black Bloc, Globalise Resistance, Social Watch, Ya Basta!, Reclaim the Streets, People Global Action, EZLN, Fórum Social Mundial, World Trade Watch, e os serviços de contra-informação La Haine, Nodo50, Rebelión.

análises de conjuntura, e criticam a cobertura da grande mídia, à qual tentam se contrapor. Projetam, portanto, no ciberespaço, uma imagem construída tanto nas ações diretas que promovem como nas reflexões em torno dos temas relacionados à causa “antiglobalização”. A “mídia burguesa” é um dos principais adversários desses atores, junto com o grande capital e a ação de alguns Estados.

Essa ação pela internet tem sido classificada como comunicação alternativa. Na verdade, trata-se de um espaço comunicativo que se desenvolve paralelamente ao da mídia convencional, que possui algumas características que lhe são particulares (as quais esta pesquisa procura identificar), mas que não chega a constituir um tipo alternativo, uma vez que mantém as mesmas rotinas produtivas do jornalismo convencional: seleção criteriosa de assuntos considerados mais importantes e relevantes publicamente, adequação a uma linguagem padrão (geralmente militante) e uma equipe de produção. A diferença está na abordagem e no conteúdo e, ainda que haja um espaço mais democrático de participação na produção dessas mensagens, o que o caracteriza é uma postura de contra-informação, que complementa outras formas de ação, inclusive a informativa. Assim, ao desconhecer ou desconsiderar as lógicas produtivas da informação, alguns autores idealizam a comunicação via internet praticada pelos atores sociais, isentando-a de relações de poder⁵.

Não se pode, porém, ignorar que a utilização de novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) pelos movimentos sociais traz algumas transformações para a ação coletiva contemporânea. Para van de Donk *et al.* (2004), aqueles movimentos que se valem das TICs tornam-se gradualmente cada vez menos dependentes da cobertura da grande imprensa. E mais do que um meio de comunicação, a internet é também um meio de mobilização e um alvo a mirar (no caso de “tempestade” de e-mails para instituições financeiras). Se não é a causa, as TICs

⁵ Algumas análises supervalorizam o ambiente da Internet para a democratização da comunicação. Ver Moraes, no artigo *Comunicação virtual e cidadania* (www.saladeprensa.org/art156.htm). Ver também Lévy (1995) e Moraes, 2001.

facilitaram muito a emergência, da forma como se deu, dos movimentos por justiça global. Se não substituí formas “antigas” de mobilização, a internet agiliza os contatos e torna possível a formação de alianças as quais, sem ela, levariam mais tempo para acontecer e, talvez, as manifestações não ocorressem com tanta precisão nos dias e locais marcados, nem assumiriam esse caráter transnacional que têm.

A comunicação pela internet - restrita aos coletivos em rede e simpatizantes -, contudo, não é suficiente para “resistir”, o que obriga os atores a jogar com o adversário. Dessa forma, para incluir suas demandas na esfera pública, organizam suas ações de modo a chamar a atenção da mídia. Em outras palavras, moldam sua mensagem para construir sua imagem. Nessa negociação, a interpretação do outro não é a desejada, mas é a possível.

Pelo fato desses atores cada vez mais orientarem suas ações para a cobertura jornalística, num contrato de risco com a mídia, depois de ter assimilado o *frame* noticioso para obter visibilidade pública e legitimidade política – o que caracterizou o primeiro ciclo de protestos por justiça global, de 1999 a 2001 –, os coletivos da rede “antiglobalização” levam essas convenções para a produção da sua própria informação (ou contra-informação).

Assim, para mobilizar a opinião pública os ativistas dos movimentos por justiça global se valem de estratégias de comunicação interna – produção de informação nos *websites*, a chamada mídia ativista – e de estratégias de comunicação externa – quando ganham as ruas, as páginas de jornal e telas de televisão pelo protesto. Esses dois aspectos convivem na luta dos atores coletivos contemporâneos para fazer valer seu *frame* sobre as questões com as quais estão engajados.

Pensar a relação entre a ação coletiva e o jornalismo, nas condições em que se apresenta hoje, portanto, implica inserir a problemática dentro de uma discussão mais ampla sobre a globalização e a reincidência da expressão “sociedade da informação” para referir-se a fenômenos sociais recentes. Implica ainda apontar alguns limites das análises até então realizadas sobre a mídia, que reduzem a ação dos meios de comunicação a processos instrumentais e contribuem pouco para a compreensão das

formas pelas quais os processos midiáticos (incluindo aqui a entrada da internet na organização dos atores sociais) participam da construção da realidade social.

Estrutura da tese

O primeiro capítulo aborda as características dos movimentos sociais na chamada sociedade da informação. A intenção é discutir algumas transformações da ação coletiva num cenário permeado pelas novas tecnologias da comunicação e informação, as TICs. A expressão “sociedade da informação” é discutida a partir do debate entre uma visão segundo a qual seriam as TICs o vetor de uma transformação infraestrutural na sociedade, e uma visão que as concebe como partícipes de uma mudança cultural mais abrangente. Essa diferença de abordagens está presente também na definição do processo de globalização que, segundo alguns seria resultado da expansão das TICs, e segundo outros apresenta variações que devem ser consideradas para não tratar globalização como fenômeno homogêneo.

Então, ao contrário do que supunham as previsões iluministas, a oferta crescente de mais informação não torna a sociedade mais segura sobre seu destino, mas faz da incerteza a sua condição. É nessa direção que caminha a tese, na premissa de que os conflitos se dão em torno do controle da informação como fundamento do poder (Melucci). Os movimentos sociais atuam como tradutores das demandas coletivas para o debate em torno delas. Para isso são obrigados a renovar seus códigos para inseri-las na esfera pública política. Só que não defendem apenas o ponto de vista de um sujeito privilegiado, mas de vários, na lógica organizacional das redes. Portanto, os movimentos sociais contemporâneos entram na disputa política pela construção do significado da realidade social e “conversam” com seus adversários via mídia, tendo que, para isso, entrar no jogo.

O jogo só pode ser entendido se situado numa discussão mais criteriosa sobre o que comumente se denomina mídia, apresentada no capítulo dois “Estatuto da comunicação na sociedade contemporânea (ou da produção especializada da informação)”. Trata a mídia como instituição de mediação e mostra como ela participa

de forma fundamental na constituição da esfera pública moderna e do ideário da sociedade democrática, pelo princípio da liberdade de imprensa.

A trajetória do jornalismo, de instrumento de disputa de opiniões a campo especializado da produção de notícias, mostra como ele pode ser pensado como um sistema perito, na acepção de Giddens, que cria historicamente suas próprias regras e reivindica para si o monopólio das decisões sobre os assuntos públicos, pela definição dos critérios de noticiabilidade. O capítulo apresenta o processo de profissionalização do jornalismo e o estabelecimento de rotinas de produção que fazem dele uma atividade específica. Traz ainda um item sobre a internet e sobre as expectativas em torno da nova mídia e suas possibilidades para a comunicação dos movimentos sociais.

O jornalismo assim é uma forma tipificada de construção social da realidade, central na sociedade da informação. Como a pesquisa se baseia na noção de *frame* de Goffman, os pressupostos teórico-metodológicos que a orientam estão explicitados no capítulo terceiro “O poder da nomeação – proposta de investigação pela *frame analysis*”. Nomear é aqui sinônimo de *frame* para explicar como os atores coletivos atribuem significado aos problemas da sociedade e disputam com a imprensa essa significação – o *frame contest*. O jornalismo é entendido como um *frame* primário sobre o qual os ativistas produzem um *re-frame* tanto quando o subvertem para emplacar seu *frame* na cobertura dos protestos quanto na produção de informação nos seus *websites*.

A *frame analysis* é situada dentro dos marcos de uma sociologia compreensiva ou interpretativa, de herança da Escola de Chicago de Willian Thomas, da fenomenologia social de Alfred Schütz e da etnomedologia de Garfinkel, desembocando na obra de Erving Goffman. Não é intenção aprofundar a discussão sobre essas correntes, mas apenas apontar o lugar da escolha metodológica.

Os capítulos seguintes analisam a prática comunicativa dos movimentos por justiça global (MJG). “Entre a imagem e a mensagem – as intervenções ativistas nos *mainstream media*” mostra as estratégias midiáticas utilizadas pelos ativistas para obter cobertura jornalística para seus protestos. “Entre a perícia e o engajamento – a mídia ativista” discute o ciberativismo dos serviços de contra-informação.

Os ativistas intervêm na pauta da imprensa pela assimilação do *frame* jornalístico, entendido como chave de acesso à esfera pública. Dessa forma negociam sua imagem para inserir seu *frame* na cobertura. No ciclo de protestos Seattle-Gênova, a construção dessa imagem passa por diferentes momentos, que alternam perdas e ganhos em termos de visibilidade, ressonância e legitimidade para a mensagem. O resultado mais interessante para os ativistas é ter se tornado fonte de informação para os *mainstream media*. Como na rotina produtiva do jornalismo, as fontes mais disponíveis são as mais procuradas, isso significa ter o reconhecimento do adversário como interlocutor válido.

Tendo esgotado as estratégias de comunicação externa, os ativistas passam a privilegiar a comunicação interna, através do trabalho de contra-informação na internet. Essa prática comunicativa mostra que, dependendo da orientação ideológica dos movimentos sociais que dão suporte a esses serviços de contra-informação, o *frame* ativista vai privilegiar alguns aspectos em detrimento de outros. Assim, ativistas provenientes de organizações um pouco mais enfáticas na sua crítica ao neoliberalismo e, por extensão, à mídia e à imprensa corporativas, organizam a produção da informação para o fortalecimento dos seus pontos de vista e utilizam uma linguagem claramente militante, a qual predomina sobre o código perito do jornalismo. São os *ativistas de mídia*, aqueles que empreendem projetos de contra-informação como extensão da sua ação política, representados nesta pesquisa pelos coletivos Nodo50, La Haine e Rebelión.

Organizações consideradas mais institucionalizadas, como a ATTAC, concebem seus serviços de informação como projetos independentes e com metas pragmáticas. Ainda que questionem os procedimentos da imprensa, utilizam-nos para noticiar os acontecimentos que julgam negligenciados. Dessa forma, constroem seus próprios critérios de noticiabilidade, os quais vão orientar a seleção das informações que podem virar notícia. Assim também se comporta o Indymedia, que funciona como uma agência de notícias especializada nos temas caros aos MJG.

A ATTAC internacional produz sua própria informação, mas criou o ATTAC.info para cobrir eventos e campanhas segundo critérios que visam padronizar tal tarefa. Como o Indymedia, define como valor notícia principal a “relevância internacional” e para identificá-lo há equipes responsáveis pela linha editorial. Por basearem a prática na perícia jornalística, ainda que para fins outros, essas equipes são formadas pelos *jornativistas*.

O *jornativismo*, com base na terminologia de Goffman (1974), caracteriza-se por um processo de *keying* (ajuste) do *frame* jornalístico para os objetivos do ativismo político on-line. Trata-se portanto de um espaço de atuação intermediário entre a perícia e o engajamento. Os *jornativistas* atuam ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da imparcialidade, assumido claramente seu posicionamento. O *jornativismo* pode então ser pensado como um campo específico e privilegiado da ação política dos atores coletivos contemporâneos.

O que esta tese procura mostrar é que a comunicação dos movimentos por justiça global tem na internet um recurso estratégico importante para a articulação de seus quadros e para a intervenção de seu *frame* na esfera pública política. Isso faz da produção de informação um aspecto fundamental da ação coletiva contemporânea. Essa prática informativa, contudo, não se assemelha ao que comumente se convencionou chamar de “comunicação alternativa”, ainda que os ativistas de mídia assim a designem. Não é uma comunicação de mão dupla, exige competências específicas e convive tensamente com pontos de vista divergentes.

A denominação mídia ativista parece mais adequada, na medida em que identifica uma experiência dos ativistas dos movimentos sociais, cujo *frame* da informação se volta para um conjunto de temas que funciona como critérios de noticiabilidade dos serviços de informação. Há, portanto, um processo de *gatekeeping*, ou seja, de escolha entre o que deve ser publicado ou não de acordo com aqueles critérios. A mídia dos ativistas dos MJG é a internet, que também demanda filtragem de material informativo, ou de outra forma perderia força política.

Enfim, na sociedade da informação, os movimentos sociais fazem da internet uma arma na luta pela construção dos significados para a realidade social. A meta é a legitimação do seu *frame*. Para isso desenvolvem sua mídia, que subverte o *frame* adversário utilizando suas convenções. Com isso constroem uma linguagem com a qual anunciam que o mundo precisa mudar, junto com as formas de expressão.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

*Nesse mundo, poucas coisas são
predeterminadas, e menos ainda irrevogáveis. Poucas derrotas
são definitivas, pouquíssimos contratempos, irreversíveis, mas
nenhuma vitória é tampouco final.*
Zygmunt Bauman

Este capítulo apresenta algumas características da sociedade contemporânea, baseada no controle da informação como fundamento do poder e no deslocamento dos conflitos centrais para a área da cultura. Isso faz com que a dimensão da visibilidade dos movimentos sociais assumam uma importância maior do que antes nas análises sociológicas. Outro ponto a destacar é o processo constante de reavaliação das práticas dos atores coletivos, dentro do que Giddens define como reflexividade. Isso vai ser importante nos capítulos posteriores para entender como os grupos ativistas estudados nesta tese utilizam, reflexivamente, o saber perito do jornalismo para obter legitimidade política, ao mesmo tempo em que desestabilizam a confiança na sua perícia ao desafiar suas convenções.

Neste sentido, primeiramente discute-se a expressão sociedade da informação, apontando os limites e as contribuições dos autores vários que trataram dela ou que a nomearam de forma diferente. Em seguida, associa-se essa discussão com o debate sobre a globalização. O fio condutor da argumentação é o papel atribuído às tecnologias da comunicação e informação ora como suportes técnicos ora como veículos de transformação cultural. Por fim, o conceito de movimentos sociais é mais uma vez revisitado para situá-lo no contexto de uma sociedade da informação, consoante com a perspectiva oferecida por Melucci (1999).

1.1 O QUE VEM A SER SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Apesar de receber diferentes tratamentos, as expressões sociedade pós-industrial, pós-tradicional, programada ou da informação referem-se a processos semelhantes. Muitas das características apresentadas aqui foram exaustivamente

exploradas pelos seus autores. A intenção é apenas situar a discussão nos limites do objeto desta tese, ou seja, na sua relação com as políticas informacionais dos atores coletivos, representados pelos ativistas dos movimentos antiglobalização neoliberal ou por justiça global.

Apesar do tema ter sido mais diretamente abordado por autores classificados como pós-estruturalistas e/ou pós-modernos⁶, que centram sua análise na linguagem e nas mudanças de padrões lingüísticos dos sujeitos envolvidos na comunicação – o que exigiria um tipo diferente de pesquisa --, a argumentação a seguir vai por outro caminho teórico. Não que todos os argumentos sejam refutáveis; alguns inclusive se encontram implícitos no decorrer da explanação. Mas sua direção teórica não organiza a linha argumentativa da tese⁷.

Sociedade da informação é uma expressão recorrente nas análises recentes sobre a sociedade. Utilizada em diferentes contextos teóricos, designa geralmente um ambiente de relações sociais mediado por sistemas de informação cujo suporte tecnológico são as redes de computadores. A noção de conectividade que perpassa essas análises pressupõe uma sociedade global, na qual a informação está disponível numa rede eletrônica mundial de bibliotecas, arquivos e bancos de dados acessíveis, teoricamente, a qualquer pessoa em qualquer lugar a qualquer momento.

⁶ Entre os mais expressivos destacam-se Michel Foucault, Jacques Derrida, François Lyotard e Jean Baudrillard.

⁷ A principal crítica dirigida aos pós-estruturalistas acusa-os de negar ao sujeito a condição de agente. De acordo com Giddens (1999), o pós-estruturalismo é uma teoria da produção cultural que não vê a ação do sujeito como agente. Faltam dois elementos: consciência prática e contextualidade. Compreender que o agente faz racionalmente nem sempre é expresso discursivamente; e que o contexto forma os cenários que orientam a ação. Portanto, a significação está saturada nos cenários de ação prática – é um uso reflexivo. Objetos culturais informacionais (não constituídos na interação face a face) introduzem novas mediações entre cultura, língua e comunicação. Rompem com a simetria dos contextos de ação prática; já não é conversa (*talk*). Exige tarefas hermenêuticas (não previstas no estruturalismo e pós-estruturalismo, porque presos ao código) para forjar elo comunicativo entre o objeto cultural e intérprete. Autor ausente pressupõe investigar formas de conhecimento mútuo implícitas no que ele escreveu com os critérios do exame do cenário de produção e do público ao qual o texto foi endereçado. Embora os objetos culturais estejam isolados do contexto, não podem ser lidos isoladamente, mas a partir de cenários de leitura.

Essa sociedade é celebrada não apenas nas conferências acadêmicas, mas também tem sido popularizada através de *best sellers* como “A terceira onda” (1981), de Alvin Tofler, e “Megatendências” (1984), de John Naisbitt, citadas por Kumar (1997). Ilustrada por números de uma economia da informação, a idéia de uma sociedade da informação pode ser considerada como uma reedição da expressão “aldeia global”, de Marshall McLuhan (1964), segundo a qual haveria uma simulação tecnológica da consciência, em que o processo criativo do conhecimento se estenderia coletiva e corporativamente a toda a sociedade humana.

A expressão é ainda associada a um projeto político liberal que aposta em um novo tipo de dominação, representada pelos monopólios dos serviços de informação. Para Sodré (2002, p. 13/20), sociedade da informação refere-se a “um slogan tecnicista, manejado por industriais e políticos (...)” em que “as transformações tecnológicas da informação mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e ali agilizar o que, dentro dos parâmetros liberais, se chamaria de ‘democratização’”. Na mesma direção, Ramonet (1999, p. 136) teme que a dominação dos Estados Unidos sobre as tecnologias da informação conduza a humanidade para uma situação de “vassalização cultural”.

Seja como anúncio de glória ou desespero, a expressão sociedade da informação permanece vazia de significado enquanto estiver associada apenas a processos técnicos e desvinculada de processos culturais. Segundo Wolton (2003), ela designa apenas a técnica dominante e configura um simples adesismo tecnológico. As tecnologias são o elemento mais visível, no entanto o essencial é o modelo cultural que veiculam.

Dessa forma, contra a noção de impacto tecnológico, que traz consigo o mito da autonomia da técnica (Benakouche, 1999), o tratamento aqui conferido à expressão busca uma forma mais apropriada para seu uso, levando em conta que a alusão à participação dos meios de comunicação nessa configuração não pode ser tratada apenas como mais uma variável. A informação sempre foi um recurso básico para qualquer sociedade. A diferença está na maneira pela qual essa informação é produzida, acessada

e processada, o que significa que a discussão é mais abrangente e não se reduz a apologias ou condenações.

A partir dessa discussão, a intenção é articular o aumento da oferta de informação pelos sistemas de conhecimento, a mediação ou tradução dessa informação pelos sistemas peritos, especialmente o jornalismo, e as interpretações operadas pelos atores sociais, numa situação em que a contingência das decisões se atrela à imensidão de oportunidades que se abrem diante dos indivíduos.

1.2 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO COMO VETOR DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

De acordo com um conjunto de autores que dá ênfase ao desenvolvimento das tecnologias da informação, uma transformação estaria remodelando a sociedade através da integração por um sistema global de comunicação. Essa idéia é uma reformulação da teoria da sociedade pós-industrial (SPI) de Daniel Bell (1977), caracterizada por um reforço da ciência e dos valores cognitivos como necessidade institucional básica da sociedade. A mudança que caracteriza a SPI é a transformação da sociedade de produtora de bens a produtora de informação, pela codificação do conhecimento teórico. Por ser considerado um dos pioneiros mais ilustres dessa formulação analítica, Bell inspira as considerações que foram feitas posteriormente sobre o papel da tecnologia na sociedade contemporânea.

“Sociedade pós-industrial” também intitula um livro de Alain Touraine, publicado em 1969⁸, no qual o autor procura apontar as diferenças da sociedade contemporânea em relação às sociedades centradas na industrialização capitalista. Para ele interessa observar a natureza dos conflitos sociais e de poder que se formam no novo cenário, e não as inovações no campo da informação. Assim, a expressão “sociedade programada” lhe faz mais sentido. Sua característica mais geral é que as decisões e

⁸ Touraine, A. **La Société Post-industrielle**. Paris: Ed. Denöel, 1969.

combates econômicos não têm a mesma autonomia e centralidade de outrora (Touraine, 1969, p. 9). Mais do que pelos resultados da economia, a sociedade estaria marcada por uma “crença econômica” e pela capacidade de desenvolvimento, que se torna o teste pelo qual os regimes sociais e políticos aceitam ser julgados.

Educação, consumo, informação são cada vez mais integrados ao que se chamava forças de produção. E os novos conflitos sociais não se situam fora do sistema de produção, mas no seu centro. Segundo Touraine, essas características não podem, no entanto, ser atribuídas a um “novo” tipo de capitalismo, uma vez que se observaram também nas sociedades tidas como socialistas.

“A diferença principal entre a sociedade programada e a sociedade da industrialização capitalista é que o conflito social não se define mais no interior de um mecanismo econômico fundamental, e que o conjunto das atividades sociais e culturais se encontram mais ou menos diretamente – e nunca de maneira simples – dentro desse conflito” (Touraine, 1969, p. 37).⁹

As formas de dominação também se transformam. A expressão marxista “exploração econômica” perde, para o autor, seu senso objetivo para definir a consciência das contradições sociais, melhor traduzida pela noção de alienação. O conflito nasce quando esta alienação é combatida e quando os elementos marginais cessam de ser considerados como tais; inicia-se uma ação centrada nela mesma, sobre sua autodeterminação. A desalienação é o reconhecimento do conflito social que se interpõe entre os atores e seus valores culturais¹⁰.

Se o exercício do poder capitalista não é mais a fonte principal do sistema econômico, e portanto dos conflitos sociais, a classe operária não é mais um ator histórico privilegiado, mas o são aqueles mais ligados aos elementos inovadores da

⁹ Tradução livre do francês.

¹⁰ Essa idéia é posteriormente desenvolvida e a noção de desalienação é substituída pela lógica do Sujeito. Ver Touraine 1998 e 2003.

sociedade, os quais Touraine localiza na universidade¹¹. É nesse ponto que Touraine se aproxima de Bell.

Bell não chega a falar de cultura, limitando sua análise ao que ele chama de estrutura social. Na sua divisão analítica, separa a *estrutura social* (economia, tecnologia, sistema ocupacional), governada pelo princípio da economia; a *política* (distribuição de poder, resolução de conflitos), governada pelo princípio da participação; e a *cultura* (simbolismo expressivo e dos significados), governada pelo princípio da realização do eu.

A sociedade pós-industrial de Bell é caracterizada por mudanças na estrutura social, as quais não determinam as outras dimensões, ainda que as coloque problemas. Por exemplo, o aumento de burocratização e especialização do trabalho intelectual, a aliança forçada entre políticos e cientistas e novos modos de vida antinômicos e antiinstitucionais. Bell quer investigar o significado e as conseqüências dessas mudanças.

Nesse sentido, o conceito SPI é uma generalização ampla:

- No setor econômico, significa uma predominância da economia de serviços sobre a economia de produção;
- Na distribuição ocupacional, uma preeminência da classe profissional e técnica. O grupo chave é composto por cientistas e engenheiros (não mais por operários industriais);
- Seu princípio axial é a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e formulação política; a sociedade se organiza em torno do controle social do conhecimento. Se ele sempre foi necessário ao funcionamento da sociedade, a diferença agora estaria no caráter do conhecimento, que se tornou fundamental para organizar decisões. A primazia do conhecimento teórico sobre o empírico implica na codificação do conhecimento em sistemas abstratos de símbolos. As descobertas

¹¹ Touraine refere-se ao movimento estudantil, muito representativo no momento em que publicava o livro.

tecnológicas dependem de pesquisa e conhecimento teórico (não são mais “acidentes”). Assim, teorias econômicas auxiliam o ajuste político e as indústrias eletrônicas dependem de conhecimento anterior à produção.

- A orientação futura depende do controle da tecnologia e da sua distribuição; o planejamento e o controle do desenvolvimento tecnológico exige regulamentação política, uma vez que as conseqüências também são controladas.
- Criação de uma nova “tecnologia intelectual” para tomada de decisões. Substituição por regras/fórmulas para solução de problemas.

A independência histórica da comunidade científica fica ameaçada, na medida em que a universidade é uma instituição primordial da SPI, o que também endossa Touraine. O problema fundamental é a tensão profunda entre a cultura (cuja direção é antinômica e anti-institucional) e a estrutura social, governada por um modelo tecnocrático e de caráter econômico.

Assim posta, a SPI é uma sociedade do conhecimento (Bell, 1977, p. 241), uma vez que as fontes de inovação decorrem da pesquisa e do desenvolvimento. É também uma sociedade da informação (Idem, p.516), apesar do fato de que mais informação, porém, não significa informação completa, mas cada vez mais incompleta. A informação se torna cada vez mais técnica, aumentando a necessidade de tradução jornalística, o que provoca a especialização dos meios de comunicação. Surge o problema do limite de absorção (mais informação não é mais conhecimento) e aumenta a dificuldade de tomar decisões que atendam a todos (como ouvir a todos), dificultando o consenso.

Bell define conhecimento (p. 199) como um conjunto de formulações organizadas de fatos ou idéias, apresentando uma opinião refletida ou algum resultado experimental, transmitidos a outras pessoas através de algum meio de comunicação e sob forma sistemática. Portanto, conhecimento é diferente de informação. O primeiro é uma atribuição de significado à segunda.

Sobre as características gerais da SPI, Touraine e Bell, bem como mais tarde Poster e Castells, estão mais ou menos de acordo. Depois de Bell, vários autores

trataram as transformações tecnológicas como arautos de uma nova sociedade¹², embora não tenham assimilado a cautela e preocupação com os fenômenos sociais decorrentes do aumento da oferta de informação e o que isso implica para o conhecimento do mundo, bem como para os rumos da política. De acordo com essas teorias, com o desenvolvimento do computador, estaria a sociedade na terceira revolução industrial - a da informação. A combinação de satélites, TV, telefone, fibra ótica em microcomputadores “enfeixou” o mundo (Kumar, 1997, p.22).

Mark Poster (1990) rejeita a teoria de Bell como determinista – atribui a uma inovação técnica a causa do surgimento da SPI – e não atenta à dimensão lingüística da informação e da comunicação, tratando-as em termos econômicos¹³. Para Poster, há mudanças no padrão da comunicação com a difusão das tecnologias da informação. Embora o autor defenda uma orientação pós-estruturalista para a análise do novo cenário – perspectiva que conduz a teoria para outra direção –, alguns pontos por ele levantados são interessantes para ampliar a compreensão da sociedade da informação.

Para ele, a mudança não se dá apenas no nível do avanço tecnológico, mas na própria natureza da comunicação. Não restringe a história da comunicação eletrônica à evolução de eficiências técnicas, mas refere-se mais à criação de arenas para negociar questões cruciais para a vida social. Entre elas, quem está dentro ou fora, quem deve falar e quem tem autoridade e pode ser confiável (Poster, 1990, p. 5). Ou seja, as novas tecnologias reorganizam a vida.

¹² Kumar (1997) enumera alguns desses autores, cujas perspectivas são consideradas utópicas: Tofler, com a idéia de terceira onda; Naisbitt, com o fim das hierarquias para uma organização em rede; Stonier, para quem a sociedade da informação elimina a necessidade de guerra; Masuda, com a “computopia”; e McLuhan, com a célebre expressão “aldeia global”. O eixo argumentativo desses autores sustenta que as tecnologias da informação estariam criando um mundo interconectado, no qual haveria uma uniformização de linguagem, que por sua vez apagaria as diferenças cognitivas e, conseqüentemente, políticas. Idéia que não é compartilhada por Castells.

¹³ Poster (1990, p. 29) afirma que Bell se inspira na teoria da informação de Shannon e Weaver, que trata a comunicação como uma relação física e estatística entre informação e ruído, na qual a informação é a parte da comunicação que não é “perdida” na transmissão. Isso leva Poster a concluir que, para Bell, o crescimento da informação “melhora” a comunicação. Polêmicas à parte, trata-se de pontos de partida, e de vista, diferentes, nem por isso excludentes.

Daí que a sua expressão *mode of information* designa a organização social em que a estrutura das trocas simbólicas (cultura) atribui uma importância fetichista à “informação”. Ela sugere que cada época emprega formas de troca simbólica que contêm estruturas internas e externas, meios e relações de significação: trocas oralmente mediadas (por correspondência simbólica); trocas escritas (por signos de representação); trocas mediadas eletronicamente (por simulações informacionais). Em cada estágio, a relação entre linguagem e sociedade, idéia e ação, o *self* e o outro, é diferente¹⁴. “Informação”, portanto, evoca uma certa característica da nova conjuntura cultural. “For the subject in electronic mediated communication, the object tends to become not the material world as represented in language but the flow of signifiers itself” (Poster, 1990, p. 15)

Assim entendida, a comunicação eletronicamente mediada cancela o contexto e cria novas situações de discurso. O modo de informação, segundo o autor, introduz uma linguagem que ocorre em lugares não relacionados às limitações materiais da vida cotidiana. Essa linguagem é auto-referencial.

Esse aspecto da linguagem é também explorado mais recentemente por Castells (1999), que propõe a idéia da sociedade em rede, que não é *uma* sociedade da informação, mas sociedades cujo princípio de desenvolvimento é informacional.

Segundo ele, as tecnologias da informação – desde a microeletrônica, a computação, as telecomunicações, a radiodifusão, a optoeletrônica até a engenharia genética - embutem um princípio que penetra em todas as esferas da vida social: o informacionalismo¹⁵. Esse princípio caracteriza o que ele chama de sociedade em rede, em que “os principais processos de geração de conhecimentos, produtividade econômica, poder político militar e a comunicação via mídia já estão profundamente transformados pelo paradigma informacional e conectados às redes globais de riqueza,

¹⁴ Poster ressalva que esses estágios funcionam como tipos ideais, não determinam uma consecução nem um valor ontológico.

¹⁵ Daniel Bell chama o mesmo processo de pós-industrialismo (*op.cit.*).

poder e símbolos que funcionam sob essa lógica. É uma estrutura social comum, com tipos, cenários e expressões culturais diferentes” (Castells, 1999, p. 38).

A integração de vários modos de comunicação numa rede interativa provoca a formação de um supertexto e de uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra ao mesmo tempo texto, imagem e som, o que muda o caráter da comunicação. E como a comunicação molda a cultura, esta muda com o novo sistema eletrônico de comunicação.

Essa abordagem das tecnologias da comunicação é muito parecida com a que fez McLuhan na década de 60, cuja previsão de que a sociedade se transformaria numa “aldeia global” estava relacionada à forma pela qual a televisão organiza a percepção. A TV representou o fim da “galáxia de Gutenberg” e do homem tipográfico, extensões do texto impresso representados pelo livro e por outros meios “quentes”¹⁶. Castells afirma que a comunicação eletrônica representa o fim da “Galáxia de McLuhan”, no sentido de que não vivemos numa aldeia global (numa cultura homogênea), mas em domicílios sob medida, situação referente à segmentação dos produtos da mídia e também às formas diferenciadas de percepção da realidade.

Entre as características do novo sistema multimídia, está a integração das mensagens em um padrão cognitivo comum, que mistura conteúdos e códigos, num contexto semântico multifacetado, constrói um novo ambiente simbólico, que Castells chama de cultura da virtualidade real. Baseada na noção de simulacro de Baudrillard, essa cultura não separa “realidade” e representação simbólica, num sistema em que a

¹⁶ McLuhan trata os meios de comunicação como extensões dos sentidos humanos. Assim, os meios “quentes” são aqueles que prolongam apenas um sentido em “alta definição” (alta saturação de dados) e não exigem que a mensagem seja completada na interação. São quentes a escrita, o livro, o rádio, o cinema. Os meios “frios”, ao contrário, não completam a informação e demandam participação dos sujeitos na construção da mensagem, como a fala, o telefone, a televisão. Os diferentes meios provocam efeitos cognitivos também diferentes nos usuários, o que faz o autor concluir que “o meio é a mensagem”. O autor vincula os efeitos ao modo como cada meio, segundo suas características técnicas específicas, incide sobre a sensibilidade humana. McLuhan sugere que o ambiente criado os meios audiovisuais, especialmente a televisão, produzem indivíduos mais envolvidos com a mensagem, engendrando uma sociedade retribalizada (tendo passado pela etapa de destribalização ou cultura tipográfica, impressa, linear, especializada, visual), que definiu como “aldeia global”. (McLuhan, 1979; Valverde, 1993).

própria realidade é inteiramente captada e imersa numa composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na própria experiência. “As sociedades ficam final e verdadeiramente desencantadas porque todos os milagres estão *on-line* e podem ser combinados em mundos de imagens autoconstruídas” (Castells, 1999, p. 397).

Embora essa abordagem considere processos não meramente técnicos e critique a noção de onipotência da mídia, a ênfase analítica se debruça sobre a incidência das tecnologias sobre a produção capitalista. Não aprofunda, porém, apenas tangencia, de forma ainda unilateral, a discussão sobre o papel das novas mídias na transformação cultural. Antes de tentar diagnosticar uma mudança, que certamente existe, é preciso entender qual o lugar da mídia na sociedade contemporânea. O desenvolvimento tecnológico não é a única variável a considerar quando se pretende discutir as transformações sociais recentes, principalmente quando se trata de mídia, um fenômeno que não é tão recente como pode parecer.

Para além desse aspecto, o aumento considerável da oferta de informação pelos sistemas de conhecimento, e conseqüentemente sobre as possibilidades de intervenção social, traz algumas mudanças na forma de perceber os problemas e permite situar melhor o lugar dos sistemas de comunicação nas configurações sociais recentes.

1.3 INFORMAÇÃO, INCERTEZA E O PAPEL DA POLÍTICA

Essa discussão em torno do papel da informação na sociedade contemporânea está presente também em algumas teorias relacionadas ao debate sobre a modernidade. No cenário da “sociedade da informação”, embora nomeado de formas distintas, um conjunto de autores, representados por Beck, Bauman, Giddens, Lash e Melucci, demonstra inquietações comuns e contribui para pensar o atual ambiente de incerteza que tem na informação, ao mesmo tempo, fonte e remédio para os dilemas da vida. Ao invés de tratar a informação do ponto de vista da transformação tecnológica, esses autores preocupam-se com as conseqüências políticas que tal cenário engendra.

A tese central é de que a produção de mais informação, ao contrário do que supunham as expectativas modernas - maior controle sobre o mundo -, gera incerteza, insatisfação e insegurança e evidencia o caráter aberto das relações sociais. Gera ainda a responsabilidade pelas decisões, individuais ou coletivas, não mais exclusivas ao sistema político institucional, colocando a noção de risco. Se os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem a escapar das instituições (Beck, 1997), a sociedade deve tomar suas preocupações nas mãos em todos os campos da ação. E as decisões são tomadas com base nas informações disponíveis até aquele momento, podendo ser modificadas a cada informação nova¹⁷.

Na medida em que a dificuldade de estabelecer relações entre a quantidade de informação e a sua conversão em conhecimento aumenta a necessidade de decisão sobre os destinos da experiência, esse caráter aberto do processo decisional faz do risco um componente irreversível da sociedade da informação (Melucci, 1999).

Nesse sentido, mais informação passa a significar maior risco, na medida em que a cada nova decisão, uma nova incerteza é gerada, e não há garantias de que aquele caminho escolhido tenha sido o único possível ou o melhor. Isso coloca um problema político, não apenas para as instituições formais, mas para as pessoas na sua vida cotidiana. A responsabilidade pelos destinos da experiência já não pode tão facilmente ser atribuída a outrem.

Isso significa reconhecer que a sobrevivência das sociedades não está assegurada por uma ordem metafísica ou por uma lei histórica, mas pela constante renovação dos pactos. E que as diferenças de interesses e os conflitos não podem ser eliminados, mas negociados dentro dos limites “contratuais” - as regras do jogo, que também não são fixas.

Desse modo, para entender a política contemporânea, os processos de negociação de interesses devem ser observados nas instâncias informais de relações

¹⁷ Giddens (1997) associa essa condição à alta modernidade, que teria se tornado “experimental”.

sociais. O que Beck (1977; 1997) observa é o surgimento de uma “subpolítica”, resultado de um processo de individualização forte provocado, entre outros fatores, pela desintegração das certezas da sociedade industrial. Daí que para ele, a expressão “sociedade de risco” designa melhor a situação social contemporânea.

Para Bauman (2001), o atual estágio da modernidade, diferente do seu aspecto clássico – sólida, pesada, condensada e sistêmica -, apresenta as características de uma modernidade fluida, leve, capilar e em rede. Como Beck, ele também identifica no processo de individualização a chave para o entendimento da sociedade contemporânea. Sem pontos estáveis de orientação, o indivíduo está obrigado a construir seu destino, com base na abundância de informações que inundam seu cotidiano.

Assim, a individualização torna-se política e as questões privadas se tornam públicas e sua defesa passa a ocupar o espaço público, por sua vez redefinido, juntamente com a política, não mais exclusivamente localizada nas instituições, mas no que os autores chamam de política de vida. É nela que se evidenciam os conflitos contemporâneos, originados como dilemas individuais e partilhados como coletivos. No vazio das instituições, há um renascimento não institucional do político. Isso não significa desengajamento, mas um engajamento múltiplo e contraditório (Beck, 1997).

Esse programa forte de individualização significa, para Lash (1997), um crescimento do poder dos atores em relação à estrutura, provocado pelo aumento de reflexividade institucional. Mas o que sustenta hoje a reflexividade, segundo Lash, não são as estruturas sociais, mas um articulado de redes globais e locais de estruturas de informação e comunicação, que são canais em que a informação flui, espaços em que ocorre a aquisição de habilidades para processar informação.

A reflexividade social é condição e resultado de uma sociedade pós-tradicional. As decisões devem ser tomadas com base em uma reflexão mais ou menos contínua sobre as condições das ações de cada um. “Reflexividade” aqui se refere ao uso das informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é. Ela diz respeito a um universo de ação onde os observadores sociais são eles mesmos observados (...). (GIDDENS, 1996, p.101).

Dessa forma, a apropriação reflexiva do conhecimento implica um mecanismo de reincorporação da informação produzida pelos sistemas abstratos (Giddens, 1991), processo baseado em relações de confiança, sempre passíveis de revisão. Para Beck, a reflexividade está baseada na ausência de confiança. Mas ambos definem esse processo como tentativas de minimização da insegurança.

Seja como modernização reflexiva, modernidade líquida, sociedade de risco, pós-tradicional ou da informação, o que essas teorias sustentam é o caráter aberto das relações sociais. Sintetizada por Melucci (1999), essa sociedade expressa a artificialidade da vida social. Na medida em que aumenta o fluxo de informação, aumenta no mesmo grau a incerteza, que demanda mais informação para ser combatida. Diante da grande profusão de possibilidades, as decisões envolvem riscos (entendidos como ambivalências), e a cada decisão, uma nova incerteza é gerada. Numa sociedade baseada na intervenção social, surge o conflito sobre como “usar” a informação.

Isso implica reconhecer que a diferença de interesses e os conflitos não podem ser eliminados; que os limites estabelecidos para a sua negociação podem ser alterados; que o poder é um desses limites e sua negociação depende de sua visibilidade. Em termos éticos, risco significa responsabilidade. Os conflitos se deslocam para o âmbito cultural, como lutas pela produção e reapropriação do significado da informação. Se a informação é organizada por códigos, estes, como novo fundamento do poder, passam a ser alvo dos conflitos.

Por isso, os meios de comunicação tornam-se atores privilegiados na sociedade da informação, uma vez que seu código legitimado organiza grande parte do fluxo de informação. Seu papel político se encontra na faculdade de tradução das demandas coletivas para o debate público. Para um problema ser enfrentado, antes ele precisa ser percebido como tal. Esse papel de tradução (re-significação ou tematização), porém, também é desempenhado pelos atores coletivos, o que indica a presença de um conflito simbólico orientado por processos de reflexividade.

1.4 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO COMO METÁFORA DA GLOBALIZAÇÃO

Essas considerações a respeito de sociedades cujas práticas sociais se assemelham levam à discussão sobre o processo da globalização, sendo a sociedade da informação uma das suas metáforas. O lugar dos meios de comunicação logo é frisado como canais pelos quais se difunde globalmente as informações, que são refletidas nos contextos locais, e vice-versa.

Para Giddens (1991), a transformação das tecnologias da comunicação é um dos mais importantes efeitos do industrialismo, uma das dimensões da globalização, uma vez que se constitui como elemento essencial da reflexividade. Sem elas, a extensão global das instituições modernas seria impossível. Para o autor, a globalização significa a radicalização da modernidade, ou seja, o processo de auto-elucidação do pensamento moderno. A reflexividade subverte a razão, pelo menos onde esta é entendida como ganho certo de conhecimento. Assim, a globalização se caracteriza pela intensificação da separação tempo e espaço, e dos mecanismos de desencaixe, aumentando a dependência dos sistemas especialistas, que fornecem informação renovada, com a qual as práticas sociais são constantemente examinadas.

Sérgio Costa (2002) recusa essa leitura da globalização como irradiação de uma dinâmica social de um centro para o resto do mundo. A “expansão da reflexividade” (Beck e Giddens) segundo ele, é uma generalização que não dá conta das formas sociais não consideradas modernas ou das mistas, que se desenvolvem nas sociedades periféricas e de dinâmicas que influenciam processos na Europa e Estados Unidos, bem como não problematizam as formas distintas de percepção dos problemas que afetam a humanidade.

Na verdade, quando se fala em globalização, o que se tem são interpretações de um fenômeno. Scherer-Warren (1999) destaca quatro matrizes interpretativas: a homogeneização da cultura, tanto da perspectiva unificadora como do multiculturalismo; a fragmentação da vida societária, com a instituição do mundo do aqui e agora; reações fundamentalistas, pelo choque com a homogeneização cultural; e a

hibridização cultural e identitária, com respeito às diferenças. Esses aspectos coexistem, podendo causar tensões, o que mostra que a globalização não é um processo unívoco.

Santos (2002) questiona se o que se designa por globalização não deveria ser mais corretamente designado por ocidentalização ou americanização. Isso se deve ao fato de estar havendo uma disseminação e assimilação de valores como o individualismo, a democracia política, a racionalidade econômica, o primado do direito e uma percepção da realidade muito marcada pela lógica da televisão, do cinema e da internet. Essa associação do discurso da homogeneização à americanização ou mercantilização é combatida por Appadurai (1990). Segundo ele, essa concepção não dá conta das disjunções entre economia, cultura e política.

Os valores de que fala Santos são, para Appadurai, o que ele define como *ideoscapes*, imagens relacionadas com ideologias de estado e contra-ideologias de movimentos explicitamente orientadas para obter o poder do estado ou parte dele. *Ideoscapes* compõem-se de elementos de uma visão de mundo iluminista, cuja coerência inicial, mantida até a diáspora no século XIX, foi perdida quando entrou em contato com diferentes culturas políticas dos estados-nação não europeus ou norte-americanos.

Ideoscapes constituem apenas uma das cinco dimensões dos fluxos culturais globais, de que fala Appadurai. Os outros são *ethnoscapes* (fluxo de pessoas), *technoscapes* (fluxos de produção tecnológica), *finanscapes* (fluxos de dinheiro) e *mediascapes* (fluxo de informações e imagens do mundo). *Mediascapes* e *ideoscapes* formam a dimensão mais propriamente cultural do movimento de fluxos. O que o autor defende é que esses fluxos globais ocorrem nas e através das crescentes disjunções entre as cinco dimensões. E que as disjunções se tornaram centrais para a política da cultura global.

Por isso que, para ele, a globalização da cultura não é a mesma coisa que homogeneização, mas envolve o uso de uma variedade de instrumentos de homogeneização (armamentos, técnicas de propaganda, hegemonias lingüísticas, estilos de vestir, etc.), que são absorvidos pelas economias culturais e políticas para ser

repatriadas como diálogos heterogêneos. Daí que a característica central da cultura global hoje é a política do mútuo esforço de “canibalizar um ao outro” semelhança e diferença, universal e particular (Appadurai, 1990, p. 307-8).

Feitas as ressalvas, a contribuição de Santos e Appadurai para a discussão da globalização cultural é hipótese de que não haveria *uma* cultura global, mas várias culturas globais parciais. Por cultura global entendem formas culturais originalmente transnacionais ou cujas origens nacionais são irrelevantes. Essas culturas globais parciais são muito diferentes entre si e seu adjetivo parcial refere-se a aspectos da vida e lugares que abrangem.

Por isso, o Santos vai refutar as definições monolíticas e definitivas, até falsas, de que a globalização é um processo linear e consensual. Ao contrário, vai afirmar que essa idéia dominante acaba por legitimar apenas um dos seus processos: a globalização que ele denomina hegemônica, colocada como a única possível ou adequada.

Para além do entendimento de globalização como “interações transnacionais”, “ruptura com formas de interação fronteiriças”, “condicionamento de situações locais por eventos distantes e vice-versa (Giddens)”, Santos aponta para características combinadas de universalização, eliminação de fronteiras nacionais e particularismos, diversidade local, desigualdades, catástrofe ambiental, conflitos étnicos, etc. Por essa razão, sustenta que uma outra definição possível para os processos em curso na sociedade contemporânea é localização, uma vez que é inerente à globalização.

O consenso em torno do qual se sustenta a globalização hegemônica dita que as nações devem abrir sua economia ao mercado mundial, priorizar a exportação, reduzir a inflação e a dívida pública, privatizar as empresas estatais e parte dos serviços públicos, praticar a mínima regulação estatal na economia, reduzir o gasto com políticas sociais, entre outras orientações. Esse receituário deriva do Consenso de Washington, cuja formulação baseia-se no princípio neoliberal da economia. Os principais atores dessa “nova economia mundial” são as empresas multinacionais, atreladas às agências

multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC), que por sua vez utilizam aquele receituário para condicionar a renegociação das dívidas externas dos países periféricos. É justamente contra essas organizações que os atores coletivos contemporâneos se contrapõem, no que Santos chama de globalização contra-hegemônica.

Segundo o autor, a globalização hegemônica se produz de dois modos. O primeiro é o *localismo globalizado*, quando determinado fenômeno local é globalizado com sucesso e implica a conversão da diferença vitoriosa em condição universal. O segundo é o *globalismo localizado*, impacto específico nas condições locais dos localismos globalizados; é a inclusão subalterna. Esses dois modos operam em conjunção e são determinantes para a hierarquização específica das práticas estatais: países centrais se especializam em localismos globalizados e países periféricos em globalismos localizados.

A globalização contra-hegemônica caracteriza-se por processos de resistência à globalização hegemônica. Um deles é o *cosmopolitismo*, organização transnacional da resistência aos localismos globalizados e à exclusão e inclusão subalterna, usando em benefício as possibilidades de interação transnacional (tecnologias da informação). O outro é o *patrimônio comum da humanidade*, lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidade, ambientes considerados essenciais para a sobrevivência da humanidade (idéia de sustentabilidade).

Esses quatro modos de produção da globalização (Santos, 2002, p. 65-71) auxiliam na distinção da globalização de cima para baixo (hegemônica, localismos globalizados e globalismos localizados) e da globalização de baixo para cima (contra-hegemônica, cosmopolitismo, patrimônio comum da humanidade).

A globalização de baixo para cima ou contra-hegemônica é uma resposta e, portanto pressupõe a ação hegemônica. A resistência aos processos da globalização dominante se revela, segundo o autor, na reterritorialização, na redescoberta do sentido do lugar, não como defesa do espaço nacional, mas como um conjunto de iniciativas que visam criar ou manter laços de sociabilidade em pequena escala. A vocação

transnacional dos movimentos do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade não deixa de ancorar essas iniciativas em locais concretos e em lutas sociais concretas. Atores da globalização contra-hegemônica não falam uma linguagem globalmente inteligível, mas proliferam por toda parte como respostas locais a pressões globais. Portanto, o local é produzido globalmente.

Diferentemente, a globalização hegemônica tem maior homogeneidade e coerência internas, mas também sofre interpretações distintas conforme o tipo de capitalismo praticado nos países centrais¹⁸. Com a globalização de um desses tipos – o mercantil – os outros sofrem um processo de desestruturação e adaptação. Desse conflito surgem fraturas no seio da hegemonia, que se tornam pontos de entrada para lutas sociais locais-globais de orientação anticapitalista e contra-hegemônica. Mas para Appadurai (1990), pelos motivos já apresentados, a ordem disjuntiva da economia cultural global não pode ser entendida em termos de modelos de análise centro-periferia.

Dessa forma, para referir-se às manifestações por justiça global, é necessário precisar que se trata de atores coletivos cuja mensagem é contra um tipo de globalização, produzido por determinado tipo de capitalismo, o que faz dos termos genéricos “antiglobalização” e “anticapitalismo” inadequados para classificar esse tipo de ação. Mesmo porque a organização desses atores se dá de maneira globalizada, inclui demandas por inclusão no sistema capitalista e não necessariamente apontam para um processo de ruptura sistêmica. Atentar para essa diversidade, tanto no seio da globalização hegemônica como da contra-hegemônica, é crucial para apreender de que forma os atores coletivos atuam nas fraturas do sistema capitalista, que por sua vez, também não é homogêneo. Por isso a designação movimentos por justiça global é preferível à de movimentos antiglobalização.

¹⁸ O autor distingue os tipos em mercantil, mesocorporativo, social democrático e estatal. (Santos, 2002, p. 77-8).

1.5 MEIOS DE COMUNICAÇÃO E SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Isso posto, para o entendimento da sociedade contemporânea, que amplie a compreensão das transformações para além da sua dimensão tecnológica e que leve em conta algumas reflexões sobre as conseqüências do aumento da oferta de informação, é necessário inserir na discussão a mediação produzida pelos meios de comunicação. A partir de Bauman (2003), significa pensar que eles oferecem uma oportunidade de participação e um foco compartilhado de atenção, pelos quais os indivíduos se identificam a outros, ainda que à distância. Nesse sentido, os meios de comunicação facilitam o acesso a uma “comunidade do mesmo”, abrigo contra a insegurança e os riscos da sociedade contemporânea.

Dessa forma, o papel dos meios de comunicação na sociedade da informação não se limita à transmissão de conteúdos informativos, mas se constitui como espaço de mediação (tradução) das questões que importam aos indivíduos, servindo também como fonte e remédio de suas insatisfações. Esse contexto também redefine a ação coletiva contemporânea, voltada para questões de política de vida, que por sua vez, reorienta a prática dos tradutores midiáticos. Nesses termos, a expressão sociedade da informação começa a fazer um outro sentido.

A partir desses autores, a modernização reflexiva faz surgir a sociedade da informação, na qual o aumento da oferta - possibilitada pelas tecnologias - aumenta na mesma medida a reflexividade. É interessante, portanto, colocar o foco nas “estruturas de informação e comunicação”, de que fala Lash (1997), para entender como esse sistema especialista faz a mediação simbólica das demandas coletivas. Na linha da tese, significa observar como a ação coletiva conecta, via mídia, as demandas individuais e coletivas.

Importante considerar ainda que a dimensão dos *mediascapes*, colocada por Appadurai (1990), atenta para a característica das informações distribuídas pelos meios de comunicação, as quais fornecem um amplo e complexo repertório de imagens e narrativas e oferecem protonarrativas de vidas possíveis. Essas imagens do mundo distante são as informações a partir das quais outros mundos são criados na experiência

cotidiana. “The further away these audiences are from the direct experiences of metropolitan life, the more likely they are to construct ‘imagined worlds’” (Appadurai, 1990, p. 299).

Isso implica reconhecer que é principalmente a mídia que inscreve os debates políticos na esfera pública, tendo se tornado fonte de informação e ação políticas (Poster, 1997). As novas formas de discursos eletronicamente mediados colocam algumas questões. De acordo com Poster, a teoria crítica lamentou por muito tempo a influência da mídia na política, embora o discurso político tenha sido sempre mediado pelos meios de comunicação. Citando Paul Virilio¹⁹, Poster pergunta o que permanece da noção de “público” quando imagens públicas são mais importantes que o espaço público. Então, como pensar a democracia no *mode of information* se a mídia sempre foi considerada uma ameaça?

1.6 MOVIMENTOS SOCIAIS E/OU AÇÃO COLETIVA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Essas mudanças na forma de fazer política, a incerteza gerada pela abundância de informação e a centralidade dos processos midiáticos na sociedade contemporânea desenham novos cenários para a ação coletiva. Movimentos sociais já não podem ser analisados sem uma articulação dessas problemáticas. Os protestos por justiça global são emblemáticos nesse sentido: eles atuam em rede, sem predominância deste ou aquele movimento particular, suas demandas são múltiplas, podendo convergir ou divergir, dependem da visibilidade para sua negociação e evidenciam a complexidade da vida social, na qual a fronteira entre público e privado não pode ser identificada facilmente. Por isso, os conceitos clássicos de movimentos sociais não são suficientes para dar conta de aspectos tão variados.

¹⁹ VIRILIO, Paul. *The third interval: a critical transition*. In CONLEY, V. (ed.) **Rethinking technologies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava especialmente a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com a progressiva delimitação desse campo de estudo pelas Ciências Sociais, principalmente a partir da década de 60, as definições, embora ainda permanecessem imprecisas, assumiram uma consistência teórica, principalmente na obra de Alain Touraine, para quem os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia. Apesar do desenvolvimento que o conceito teve nos últimos anos, não há consenso ainda hoje entre os pesquisadores sobre seu significado. Outros estudiosos do tema, como Alberto Melucci, por exemplo, questionam o conceito de movimentos sociais por considerá-lo reducionista, e empregam preferencialmente o de ações coletivas. Isso sinaliza para a necessidade de uma maior discussão acerca da validade conceitual do termo, mesmo porque ele vem sendo utilizado indiscriminadamente para classificar qualquer tipo de associação civil²⁰.

De qualquer maneira, para os termos da tese, as características das manifestações por justiça global apontam para uma reorientação da ação coletiva, o que implica na revisão de algumas teorias sobre os movimentos sociais. Esses atores não se enquadram nas categorias teóricas consagradas para classificar tipos de ação coletiva, embora a pertinência de algumas de suas teses permaneça.

Essa revisão de alguma maneira foi realizada pelo próprio Touraine (2003), a partir de uma distinção que propõe para evitar chamar de movimentos sociais qualquer tipo de ação coletiva, como os grupos de pressão política. Nessa empresa, o autor procura diferenciar os movimentos societais, culturais e históricos, o que se apresenta

²⁰ Essa imprecisão está relacionada a algumas questões. Em primeiro lugar, o conceito surge nas lutas sociais e, posteriormente, é apropriado pelos pesquisadores. Um freqüente engajamento político dos pesquisadores torna a utilização do conceito de bastante propositiva, ou seja, há muitas expectativas por parte de pesquisadores-militantes em relação ao poder de transformação dos movimentos. Este ponto se desdobra num segundo, que é a idéia de sociedade civil, *locus* dos movimentos sociais, como reservatório de virtudes, o que implica uma sobrevalorização do potencial político dos atores sociais e a crença numa falsa independência em relação a partidos políticos e outras organizações (Goss e Prudencio, 2004).

como um sintoma da dificuldade de relacionar os fenômenos que se apresentam como ação coletiva e a sua apreensão pela teoria.

Por movimentos sociais, entende aqueles que combinam um conflito social com um projeto cultural, e que defendem um modo diferente de uso dos valores morais. Portanto, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social (Touraine, 2003, p. 119). Mas essa definição exclui grande parte das ações coletivas que se apresentam hoje, na medida em que os atores sociais encontram dificuldades para identificar um adversário. Ele mesmo reconhece que a formação de movimentos sociais é muito difícil.

O autor distingue os movimentos sociais dos movimentos culturais²¹ - ações voltadas para a afirmação de direitos culturais mais que no conflito com o adversário -, e dos movimentos históricos²² - que põem em questão uma elite e apelam ao povo contra o Estado. A partir disso, afirma que o que se forma, sobretudo, são movimentos históricos de defesa contra a globalização, mesmo porque eles são mais visíveis que os movimentos sociais. Estes, por sua vez, se caracterizam por estarem ligados não a uma situação revolucionária, mas à capacidade do ator de elaborar uma práxis, de comprometer-se num conflito social e erigir-se em defensor dos valores sociais, que não podem reduzir-se aos interesses do ator nem conduzir ao aniquilamento do adversário (Touraine, 2003). Ou seja, num conflito social, a contestação é permanente.

Embora essa distinção tenha sido elaborada para evitar equívocos nas considerações sobre movimentos sociais, ela de certa forma restringe a análise, que fica engessada dentro das três categorias. Por outro lado, se enfocamos a discussão de

²¹ Os dois principais movimentos culturais apresentados por Touraine (2003, p. 130-1) são o movimento das mulheres e o movimento ecologista. Referem-se a processos de subjetivação; movimentos mais interessados na afirmação de uma pertença do que na contestação de uma ordem.

²² Os movimentos históricos também não se contrapõem a uma ordem, mas a modelos de desenvolvimento centrados no poder do Estado e/ou do mercado. Tende a tornar-se instrumento de uma contra-elite política, podendo até formalizar a participação via representação institucional. (Touraine, *op. cit.*, p. 133).

movimento social como chamamento ao sujeito (Touraine, 1998), as possibilidades de análise dos fenômenos coletivos recentes se abrem.

Diante de uma nova geração de conflitos sociais e culturais, caracterizados pela luta sobre as finalidades da produção cultural, educacional, de saúde e informação de massa, Touraine (1998) define o chamamento ao sujeito como uma resistência a uma forma de dominação social contra a qual se invoca valores, orientações gerais da sociedade. Nesse sentido os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais.

O sujeito, ou a construção do indivíduo como ator, só existe como movimento social, com contestação da lógica da ordem. Na sociedade programada, a resistência ao poder se apóia na defesa do sujeito. “(...) As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas ‘mudar a vida’, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais” (Touraine, 1998, p. 262).

A reconstrução da identidade pessoal não se efetua mediante a identificação com uma ordem global, econômica, natural ou religiosa, mas pelo reconhecimento da dissociação dos elementos que formavam uma experiência integrada. Diante da impossibilidade de localizar o adversário (não mais identificado com uma classe, um partido ou o Estado), o chamamento ao sujeito é um processo de identificação e não mais de identidade e se evidencia onde a lógica das técnicas e dos mercados entra em conflito com a lógica do sujeito (Touraine, 2003; Prudencio, 2003).

Por isso os movimentos sociais tematizam questões que antes ficavam restritas à esfera privada, como as questões de gênero, de orientação sexual, étnicas, enfim, às *diferenças* que querem ver significadas. Junto com isso, compartilham das lutas pela terra, pela distribuição de renda, pela igualdade entre as nações (“antiglobalização”). Portanto, nenhum ator social contemporâneo luta sozinho, mas atua em rede, numa articulação que é global e cuja ação é local.

Alberto Melucci (1999) também propõe uma redefinição para movimentos sociais e ação coletiva, considerando-os não como fenômenos empíricos, mas como categorias analíticas. Se os conflitos sociais saem do sistema tradicional econômico-industrial e se transfere para as áreas culturais, como afirma, os atores coletivos assumem a função de revelar os problemas para a sociedade.

O padrão organizacional da ação coletiva é a rede de movimentos, uma rede de grupos compartilhando uma cultura de movimento e uma identidade coletiva. Como os atores coletivos são “temporários”, essas redes fazem e desfazem seus nós, tornando problemática a definição de movimentos sociais como sistemas fechados. Em outros termos, o campo de ação permanece, mas não seus atores.

De acordo com Melucci (1999, p. 74-5), as redes são formadas por pequenos grupos imersos na vida cotidiana com fins específicos e caracterizam-se pela associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condições para participação. As redes apresentam dois aspectos importantes: a latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos; e a visibilidade, estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. A latência alimenta a visibilidade e esta reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para renovar a solidariedade e atrair novos militantes.

Isso vem ao encontro da proposta desta tese, que é focar os momentos em que ocorrem esses enfrentamentos – os protestos –, os quais dão visibilidade às redes. Nesse sentido, a visibilidade conferida pelo jornalismo às manifestações contribui para redefinir estratégias de ação.

A idéia de sujeito de Touraine é interessante para entender a formação dos atores coletivos, mas sua articulação é apreendida com a noção de redes. Ou seja, os movimentos sociais não se restringem à luta de *um* sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores que, naquele determinado contexto de interesses e oportunidades, estão conectados. A idéia de redes permite extrapolar a exigência de delimitação do raio de ação dos atores sociais.

Ao invés da busca da convergência de interesses nos projetos dos atores sociais isoladamente, a ação coletiva contemporânea requer que o olhar se volte para os pontos nos quais as diferenças se tornam convergências. Em outras palavras, como se formam movimentos sociais nos nós das redes que se constituem as ações coletivas. Isso significa afirmar que diante da diversidade de atores sociais já não é mais possível falar de um movimento social sem considerar sua articulação numa rede de movimentos sociais.

1.7 A PERSPETIVA DAS REDES SOCIAIS

A importância política das redes se evidencia diante do que Bauman (2001) chama de crise da noção de cidadania, provocada pela intensificação do processo de individualização. O outro lado da individualização parece ser a corrosão e a lenta desintegração da cidadania. Se antes cabia aos cidadãos a defesa da esfera privada contra a invasão das tropas da esfera pública e do Estado opressor, hoje se trata de defender o domínio público. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva, que se direciona para a articulação em redes, como um tipo de resposta aos problemas gerados pela globalização.

A ação coletiva, ainda que com uma nova qualidade, permanece como ponto de ligação, ou transposição do abismo, entre o indivíduo e o cidadão. E aqueles que reapropriaram as ferramentas perdidas da cidadania são os únicos construtores à altura da tarefa de erigir essa ponte em particular. Bauman sugere que os construtores dessa ponte se encontram nos movimentos sociais. Curiosamente, a reocupação do espaço público se dá mediante a forte presença de demandas de caráter individualista ressignificadas para o debate público. As manifestações por justiça global, elencadas por esta pesquisa, representam bem esse aspecto da ação coletiva contemporânea: a volta dos atores coletivos à esfera pública com uma mensagem originada na esfera privada e “coletivizada” pelas redes.

Nessa direção, Scherer-Warren (2005) propõe analisar a ação coletiva na perspectiva das redes sociais, as quais, entre outras coisas, desempenham um papel

estratégico de empoderamento de coletivos e são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas, como os fóruns sociais mundiais e as grandes marchas “antiglobalização” e pela paz.

Segundo a autora, é necessário distinguir as categorias “coletivos em rede” e “redes de movimentos”. A primeira refere-se a conexões em primeira instância comunicacional de vários atores ou organizações através da internet, principalmente, para difundir informações, buscar apoio ou estabelecer estratégias de ação conjunta. Esses coletivos são visualizados na pesquisa através dos *websites* que os atores sociais dispõem na internet. A segunda são redes sociais complexas que extrapolam as organizações e que conectam, simbolicamente, sujeitos sociais e atores coletivos. Em síntese, os coletivos em rede são formas de instrumentalização das redes de movimentos, e embora não definam por si mesmas um movimento social, são partes constitutivas dele (Scherer-Warren, 2005, p. 36).

Essa distinção é importante na medida em que amplia a definição de movimentos sociais de Touraine, pela qual uma ação coletiva de tipo societal é entendida como portadora de uma *identidade*, de um *adversário* e de um *projeto*. As redes articulam atores e movimentos sociais e culturais. Na sociedade da informação, continua a autora, as redes teriam a capacidade de difusão das informações de forma mais ampla e rápida, conectando as iniciativas locais com as globais e vice-versa. Pode-se acrescentar que as redes conectam o que Touraine diferenciou como movimentos culturais e históricos.

Nessas articulações, as redes oferecem novas leituras para a realidade, atribuindo novos significados às transformações sociais, dos quais Scherer-Warren (2005, p. 42-3) destaca a *desfundamentalização* - o fim da crença em uma única orientação para a transformação social; o *descentramento* - atores diversos reivindicando projetos distintos; o *combate aos essencialismos* em direção ao interculturalismo - reconhecimento das diferenças sem totalitarismos; e o *engajamento dialógico na rede*, que supera a distinção teoria e prática, entre a produção intelectual, as mediações e as militâncias.

Analisar a ação coletiva pela perspectiva das redes implica em considerar algumas de suas diversas dimensões. Ainda que as possibilidades levantadas por Scherer-Warren (2005) apontem para quatro dimensões de sociabilidade - reciprocidade, solidariedade, estratégia e cognição -, para os termos desta tese interessa investigar as duas últimas. Como demonstrado no tópico anterior, na medida em que as redes conferem poder aos atores sociais nelas envolvidos, elas caracterizam sua dimensão estratégica. E, ao encaminhar novos significados para compreender as informações produzidas pela sociedade, designam sua dimensão cognitiva²³.

Nesses termos, a dimensão estratégica tende a ser quase um sinônimo de rede, uma vez que se constitui como forma de apresentação dos atores coletivos na esfera pública. Possibilita a visualização dos coletivos articulados, atribuindo-lhes legitimidade política. É por essa dimensão que as redes adquirem visibilidade pública, recurso fundamental para a negociação dos interesses em jogo.

Isso leva a considerar aspectos pouco valorizados na prática dos movimentos sociais, como as suas formas de expressão. Segundo Melucci (1999), é aí que reside a “novidade” dos movimentos contemporâneos: uma renovação da linguagem, dos hábitos, das culturas, que se traduz em resistência aos códigos operacionais pela alteração da lógica dominante num terreno simbólico. Na perspectiva das redes, essa é a sua dimensão cognitiva.

O núcleo central dos conflitos contemporâneos está, portanto, na produção e reapropriação do significado (Melucci, 1999; Prudencio, 2003). Mas para atribuir significado aos problemas sociais colocados, é preciso fazer-se ver. É nesse sentido que as dimensões estratégica e cognitiva das redes de movimentos interessam ao estudo da ação coletiva contemporânea na sua relação com o jornalismo.

²³ A dimensão da reciprocidade é uma categoria útil para a análise das relações que se estabelecem no cotidiano local, de vizinhança, como as redes de sobrevivência, extensão e apoio, fluxos migratórios. Não explicita relações de poder. A dimensão da solidariedade é interessante para observar as redes de ajuda mútua, de voluntariado e economia solidária. Já extrapola os limites locais, regionais e nacionais. Contempla o que Melucci (1996) define como “redes submersas” (Scherer-Warren, 2005, p. 40-1).

1.8 DESAFIO SIMBÓLICO AOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Como coletivos em rede, os atores “antiglobalização”, como rede social informatizada, se valem muito intensamente da Internet para organizar suas ações. Mas não é a Internet que cria um provável “movimento antiglobalização”. O suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles, ainda que num nível simbólico-discursivo. Pois, na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade. E como a informação é prioritariamente oferecida pela mídia, é para ela que esses atores se voltam para negociar sentidos.

As manifestações por justiça global mostram que os atores sociais reivindicam, junto com suas demandas específicas, o direito de expressar a realidade a partir de outros marcos de referência. Na medida em que os bens materiais são produzidos através da mediação de sistemas informativos e de universos simbólicos a partir de um código cultural dominante, os atores coletivos perguntam quem tem poder de decidir sobre os códigos e sobre as regras de normalidade (Melucci, 1999). Querem participar da atribuição de significado às informações, dotando-as de sentido.

Dessa forma, a luta dos atores contemporâneos requer que o poder não seja exercido apenas sobre o conteúdo das informações (elaboradas e transmitidas principalmente pelo jornalismo - portador de um código legitimado como perito), mas tem que se dedicar ao controle dos códigos. Por isso é necessário tornar o poder visível, porque disso depende sua negociação. Esse papel é desempenhado pela ação coletiva contemporânea, cujo campo de atuação é redefinido na sociedade da informação. Segundo Melucci (1999), eles alteram a lógica dominante num terreno simbólico - questionam a definição de códigos, a leitura única da realidade, que, segundo ele, é o novo fundamento do poder.

O conflito se estabelece, então, na capacidade de resistência e subversão dos códigos autorizados, na luta para nomear de modos diferentes o espaço e o tempo mediante a construção de novas linguagens e para organizar e interpretar de outra maneira o fluxo de informação. Essa é a transformação operada pelos atores sociais: o anúncio de que uma outra forma de perceber os problemas é possível. (o *slogan* do Fórum Social Mundial – “um outro mundo é possível” demonstra bem isso).

Como a sociedade contemporânea está marcada pela individualização como projeto político e ao mesmo tempo pela busca de segurança comunitária (Bauman, 2001, 2003), esses conflitos se produzem nas áreas tradicionalmente consideradas “privadas” ou “subjetivas” (relacionadas ao corpo, à sexualidade, às emoções) - objeto de controle na sociedade baseada na intervenção social - de onde surgem demandas de autonomia.

Assim temas que dizem respeito aos cuidados com a saúde física e mental, às políticas de educação e segurança, aos perigos da contaminação alimentar, bem como aos encontros de cúpula, entre outras questões que afetam as pessoas na sua vida diária, se politizam. Essa politização, que tem origem nos contextos do mundo da vida, ganha a esfera pública através da ação dos atores coletivos, responsáveis pela organização dessas demandas.

Nesse contexto, esses atores coletivos estão mais aptos que os cidadãos comuns para organizar um conhecimento próprio, derivado da experiência, na medida em que possuem uma atitude reflexiva em relação à motivação para agir, desenvolvem a capacidade de interpretar a própria situação na relação com outros atores sociais (Maia, 2002). Eles desenvolvem maiores habilidades cognitivas, podendo reformular as informações advindas da mídia, definindo-as nos seus próprios termos.

Uma das formas pelas quais esses atores redefinem o significado da informação é a ação direta, que carregam de simbolismo e utilizam para deslegitimar o sentido atribuído pelos sistemas autorizados. A desobediência civil e o conseqüente confronto com autoridades policiais “mostram”, simbolicamente, o conflito que existe e que demanda uma negociação.

A desobediência civil já existia nos novos movimentos sociais; a diferença agora é a mídia como um elemento a ser considerado no planejamento das ações diretas. Com os NMS, houve a redefinição do espaço de cidadania (criação de novos sujeitos sociais), a reapropriação política do sentido das relações comunitárias, a tentativa de democratização das práticas cotidianas e uma autonomia, ainda que contraditória, em relação ao Estado (Scherer-Warren, 1996). A tendência dos movimentos sociais contemporâneos é a formação de redes de atores plurais, cujas identificações se constroem no plano dos valores. O poder, portanto, não está na ação do sujeito/ator, mas na rede. É nesse sentido que as redes são fatores de empoderamento de coletivos.

Essa organização da sociedade contemporânea em torno do significado da informação, produzida em instâncias especializadas de mediação (ou midiaticização), molda as práticas sociais em novas formas de sociabilidade, cuja compreensão não pode prescindir da análise dos processos midiáticos.

Em síntese, o desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicação, representadas principalmente pela internet, é um dos principais impulsionadores do processo denominado globalização, que engendra uma “sociedade da informação”, desde que entendida como espaço de relações no qual a informação torna-se recurso indispensável para a definição dos rumos (incertos) da vida. Essa condição se reflete nas formas de fazer política no cenário contemporâneo, em que as demandas do mundo da vida ganham a esfera pública através da ação dos atores coletivos, responsáveis pela sua politização. Isso implica em mudanças nas formas de intervenção, cada vez mais atreladas aos processos midiáticos de inscrição pública dos problemas que se pretende ver debatidos. É por essa dimensão expressiva da ação dos movimentos sociais que esta tese caminha.

2. ESTATUTO DA COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA (ou da produção especializada da informação)

Liberty of the press was the unwanted child of European despotism.
John Keane (1991)

Afirma o senso comum que a mídia se constitui um bloco monolítico de interesses convergentes, que se desenvolve num espaço não ambivalente. Curiosamente, a reprodução do seu discurso ora se critica ora se assume irrefletidamente, dependendo do interesse que organiza a interpretação de determinado assunto ou problemática. Perpassa essas afirmações um entendimento de mídia como fonte única de informação, contra a qual seus consumidores não teriam qualquer proteção. Trata-se de uma visão instrumental, segundo a qual seus operadores impõem, consensualmente, orientações à ação.

Nesse sentido, no lugar de eleger a mídia como inimigo a combater²⁴, é necessário compreender sua lógica de funcionamento para situá-la como ator influente numa sociedade em que sua leitura da realidade traduz o grande fluxo de informação produzido pelos sistemas de conhecimento. E que os outros atores sociais trabalham com essa leitura para construir as suas próprias, o que sugere que essa discussão refere-se a questões muito mais complexas, as quais extrapolam o velho e superado postulado da onipotência da mídia ou da difusão das tecnologias (e ideologias) da informação em escala global. O estatuto da comunicação na cultura ocidental é uma questão mais antiga à emergência das novas tecnologias. Por isso, é importante incluir a discussão sobre a constituição da esfera pública moderna, na qual a participação dos meios de comunicação é imprescindível.

Wolton (2003) defende a idéia de uma teoria da comunicação que reconheça a importância da problemática nas discussões sobre a sociedade contemporânea. O autor

²⁴ A mídia é adversária dos ativistas dos movimentos por justiça global, cujo “duelo” simbólico é examinado nesta tese.

afirma que é necessário separar questões fundamentais de falsos problemas (Internet isoladamente faria surgir uma nova sociedade, por exemplo) e não reduzir a comunicação a um acontecimento técnico. Os desafios teóricos são restabelecer a ligação entre a teoria da comunicação e a teoria da sociedade (incluindo o estatuto do receptor e sua capacidade de não ser manipulado) e reconhecer a comunicação como grande questão teórica da democracia.

2.1 MÍDIA E A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA MODERNA

A emergência da problemática comunicacional coincide com a instauração da modernidade e com o processo de constituição da esfera pública moderna. É, portanto, mais antiga do que postulam as recentes teorias sobre a mídia e não está relacionada apenas ao desenvolvimento do capitalismo, do qual os meios de comunicação seriam seu sustentáculo ideológico. Recuperar essa discussão é essencial para compreender o lugar da mídia na sociedade contemporânea.

Mais do que o conjunto dos meios de comunicação, a mídia é um processo de mediação da experiência, instituído e instituinte do espaço público. A partir do século XIX, a extensão, promovida pelos meios, da disponibilidade de informação para além dos contextos partilhados nas interações face a face livrou o ato de tornar algo público do princípio de intercâmbio dialógico.

Esse processo contribuiu para a reformulação dos sentidos da dicotomia público/privado. Para Habermas (1984), a constituição do Estado moderno se dá por esta distinção, que representa o fim da representatividade pública medieval. E a imprensa torna-se veículo da opinião pública, entendida como a mediação entre os dois pólos. Segundo ele, a opinião pública é a esfera pública atuante²⁵.

²⁵ Mas na medida em que a mídia se desenvolve, o debate racional é substituído, segundo o autor, pelo consumo passivo de informação. Habermas (1984, p. 204) atribui, portanto, um papel fundamental à mídia na mudança na estrutura da esfera pública, que assume funções de propaganda e perde seu fundamento original, que era a mediação entre Estado e sociedade.

Se entre os séculos XVI e XIX, o conceito de “público” referia-se à atividade ou autoridade do Estado e “privado”, às esferas das relações pessoais (desdobrando-se na clássica distinção Estado/sociedade civil), depois desse período essas fronteiras foram se tornando cada vez mais tênues. “Público” passou a significar o que é visível e observável, enquanto “privado” é o que se esconde da vista dos outros. Trata-se da oposição publicidade/privacidade ou visibilidade/invisibilidade (Thompson, 1998).

Keane (1991) localiza essas transformações no mesmo momento de efervescência do ideal de liberdade de imprensa na luta contra o despotismo na Europa, entre os séculos XVII e XIX, segundo o qual a liberdade de imprensa abriria caminho para o desenvolvimento de uma opinião pública. Recorrendo a Tönnies²⁶, Keane (1991, p. 21) coloca a opinião pública como um dos três princípios das sociedades modernas, juntamente com os mercados e os estados. Expressa através de uma imprensa livre e independente, a opinião pública afeta a opacidade de imaginações, crenças e da autoridade. Nas sociedades modernas, ela não representa mais uma vontade “essencial” (*Wesenwill*), mas estimula o crescimento de uma vontade “arbitrária” ou “convencional” (*Kurwill*).

Assim, o desenvolvimento de uma imprensa livre é, segundo Keane, um ingrediente crítico da política e revela o princípio da tolerância para com diferentes opiniões. Mas o princípio da liberdade de imprensa nunca foi realizado na prática, porque sempre houve opiniões privilegiadas e outras sub-representadas ou simplesmente excluídas, além da circulação limitada dos periódicos. Neste ponto, Keane critica Habermas, pelo fato deste, em *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, atribuir à “esfera pública burguesa” homogeneidade e coerência internas.²⁷

²⁶ Tönnies, Ferdinand. **Kritik der öffentlichen Meinung**. Berlin, 1922.

²⁷ Mais recentemente, Habermas (1997) revê algumas de suas posições. Embora ainda sustente que a mídia promova a despolitização da comunicação pública, por conta da sua linguagem publicitária, ele reconhece que nas sociedades complexas, a esfera pública pode exercer influência política através de movimentos de opinião formados a partir da canalização dos fluxos pelos meios de comunicação.

Outra discordância com Habermas refere-se ao fato deste considerar o desenvolvimento dos meios de comunicação como responsáveis pelo declínio da esfera pública e pela sua “refeudalização”, impedindo-o de ver as formas pelas quais as lutas do século XX tiram vantagem do desenvolvimento das novas mídias (Keane, 1991, p. 36). Paradoxalmente, a análise habermasiana oscila, segundo Keane, entre a nostalgia pela “esfera pública burguesa” e um profundo pessimismo sobre a possibilidade de desenvolver novas formas de vida pública na sociedade civil e no Estado²⁸.

O principal problema nas teorias sobre a liberdade de imprensa, identificado por Keane, reside no fato de que elas não dão a devida importância ao fenômeno da autocensura, porque assumem que o poder político é a principal ameaça externa e que os indivíduos são todos capazes de expressar suas próprias opiniões em público. Ignoram que a informação é estruturada simbolicamente, a partir de estoques de conhecimento, rotinas institucionais e esquemas técnicos²⁹ e que os indivíduos são intérpretes situados e não sujeitos que conhecem tudo. “They (individuals) are always and everywhere embedded in and constructed by communicative practices, such as the structures of media, which set agendas, constrain the contours of possible meanings, and thereby shape what individuals think about, discuss and do from day to day” (Keane, 1991, p. 38).

Por isso as concepções de liberdade de imprensa precisam, segundo o autor, ser abandonadas em favor de uma noção mais complexa e diferenciada de liberdade de

²⁸ A mídia comercial frustra a participação do público na construção de uma opinião pública. Se antes, o jornalismo (crítico) era condutor de opinião pública, depois o jornalismo (manipulativo) torna-se “um pórtico de entrada de interesses privilegiados na esfera pública” (Habermas, 1984, p. 218). O grande problema, para ele, é que antes a imprensa intermediava raciocínio de pessoas privadas reunidas num público, e agora o público é cunhado pela mídia. A refeudalização refere-se à volta de uma esfera pública representativa. De fato, essa visão impede de considerar o surgimento de uma *outra* estrutura para a(s) esfera(s) pública(s), na medida em que só considera válidos os processos anteriores ao desenvolvimento da mídia. Para Gomes (1998), Habermas considera qualquer forma mais leviana de comunicação e interação como excrescentes e sua esfera pública ideal contrasta com o aspecto efêmero e sedutor da esfera pública contemporânea, o que para ele significa decadência.

²⁹ Esses pontos estão detalhados no tópico 2.3 deste capítulo.

comunicação, considerando que a liberdade de expressão de alguns cidadãos entra em conflito com a liberdade de expressão de outros, e que a mídia não é mero canal de transmissão de opiniões, mas um meio de representar opiniões (Keane, 1991, p. 44).³⁰

Assim posta, a categoria da opinião pública se institucionaliza como campo autônomo de legitimidade, com uma razão separada do Estado. A imprensa, originariamente desenvolvida como veículo de opinião, torna-se produtora de opinião, através da substituição do trabalho de elaboração coletiva pela profissionalização desse tipo específico de mediação.

2.1.1 Campo midiático e a mediação dos discursos públicos

Essa autonomização da categoria da opinião pública, por sua vez, só pode ser entendida se situada no processo de fragmentação da experiência, característico da modernidade (Rodrigues, 1990). A partir da ruptura com a ordem religiosa totalizante, vão se constituindo diferentes esferas de legitimidade - religião, família, política, economia, ciência - e, conseqüentemente, a autonomização destas em campos sociais. E a mediação desses diferentes campos vai ser a função assumida pela comunicação midiática.

O campo impõe uma autoridade específica, identificada por atos de linguagem, discursos e práticas conformes, dentro de um domínio específico de competência. Dessa forma, os campos sociais congregam instituições e grupos incrustados em dimensões parceladas da sociabilidade humana, organizando e dando visibilidade a esses campos (Rubim, 1995).

A noção de campo midiático desenvolvida por Rodrigues (1990), e apropriada por Rubim (1995) deve muito a Bourdieu, embora aquele não faça nenhuma referência a este. Enquanto os primeiros falam de “campo midiático”, Bourdieu direciona sua discussão para os campos da produção cultural, entre eles o “campo

³⁰ No original *re-present*, que pode ser traduzido também como “reapresentar”.

jornalístico”³¹. Ortiz (1983) sintetiza a definição de campo em Bourdieu como espaço que transcende as relações entre os agentes e lugar da luta concorrencial em torno de interesses específicos. Assim, essa noção de campo tensiona a ação subjetiva dos agentes e a objetividade da sociedade. Os ganhos nessa luta são contabilizados em termos de capital social.

O campo não é o resultado de ações individuais, mas seus membros disputam individualmente posições no interior do campo, estruturado por dois pólos, o dos dominantes e o dos dominados. Os primeiros são aqueles que adquiriram maior capital cultural, e cuja prática se aproxima de uma “ortodoxia” (conservação do capital acumulado), enquanto os segundos lutam para chegar à posição dos primeiros, desacreditando-os por uma prática “heterodoxa”. A estratégia dos agentes – conservação ou subversão das posições –, portanto, se orienta em função da posição que detêm no interior do campo (Ortiz, 1983).

A contestação, no entanto, não coloca em causa princípios que estruturam o campo, uma vez que se dá mediante processos rituais, os quais contribuem para a manutenção, se não dos agentes nas posições, da estrutura que as define, e do reconhecimento pelos pares do ganho de capital.

Para Bourdieu, cada campo é autônomo. Assim o campo científico não interfere nos processos rituais do campo cultural e assim por diante. Essa autonomia vai ser ameaçada, segundo ele, pela crescente intervenção do campo jornalístico, que instaura um novo princípio de legitimidade, como “substituto aparentemente democrático das sanções específicas dos campos especializados” (Bourdieu, 1997, p. 110).

Cada campo coexiste com uma multiplicidade de outros numa relação de forças (disputa simbólica), criando, no interior de cada um, reflexos ou dimensões de outros. As maneiras de dizer são transpostas de campo para campo com efeitos

³¹ Essa discussão baseia-se no livro *Sobre a televisão* (1997), mas foi desenvolvida por Bourdieu ao longo da sua trajetória teórica. Está presente, por exemplo, em “O poder simbólico” (1989).

específicos de eficácia funcional, de visibilidade. Um campo é mais forte quanto mais impor aos outros sua axiologia e quanto maior for o número de campos em que conseguir projetá-la. Dessa forma, o campo político conforma dimensões do campo econômico ou religioso, assim como o campo científico incorpora regras do político. Mas todos eles delegam ao campo midiático parte das suas funções expressivas.

O campo midiático - que não se confunde com meios de comunicação (imprensa, radiodifusão, publicidade e propaganda, cinema, etc.) - caracteriza-se como a instituição de mediação que se instaura na modernidade, disseminada pelo conjunto do tecido social moderno. Sua fonte de legitimidade resulta de um processo de autonomização de uma parte das funções de mediação de outros campos e assenta na elaboração, gestão, inculcação e sanção dos valores de representação, transparência e legibilidade do mundo fragmentado da experiência (Rodrigues, 1990).

Devido a essa sua natureza vicária - delegação por parte de outros campos daquelas funções que dizem respeito à inscrição de sua ordem no espaço público -, para o campo midiático dizer é fazer (as funções expressiva e pragmática coincidem). Seu discurso se converte num fazer específico gerador de reflexos de sentido, destinado a assegurar a constituição de acontecimentos midiáticos.

No entanto, para expressar outros campos, suas regras de enquadramento e inteligibilidade se superpõem às dos outros campos, o que configura sua especificidade que é a construção de meta-acontecimentos. Para além do que transmite, a mídia produz o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo. Assim, ao dar conta dos atos enunciativos, a mídia não só lhes confere notoriedade pública como realiza novos atos de acordo com suas próprias regras (Rodrigues, 1993b).

Daí que os relatos têm carga valorativa subjacente; portanto as componentes normativa e prescritiva não são vícios a erradicar do discurso, mas são dimensões inseparáveis. Nesse sentido, as abordagens que tratam do poder da mídia como manipulação ideológica desconsideram-na como espaço ambivalente e conflituoso, como lugar de disputa simbólica pela nomeação da realidade.

De acordo com a noção de campo, o jornalismo se apresenta, segundo Bourdieu, como um espaço objetivamente estruturado que detém o monopólio real sobre a produção e a difusão de informação. Cada veículo de comunicação participa desse campo na disputa por audiência/leitores e por credibilidade. Possuem pressupostos e crenças partilhados, para além (ou aquém) das diferenças de posições e opinião. Nesse sentido, tanto a imprensa convencional (pólo dominante ortodoxo) como a alternativa (pólo dominado heterodoxo) conformam um mesmo campo.³²

“Como o campo literário ou o campo artístico, o campo jornalístico é o lugar de uma lógica específica, propriamente cultural, que se impõe aos jornalistas através de restrições e dos controles cruzados que eles impõem uns aos outros e cujo respeito (por vezes designado como deontologia) funda as reputações de honorabilidade profissional” (Bourdieu, 1997, p. 103).

A competência jornalística se define pelo critério externo das vendas e pelo critério interno da seriedade, conflitantes entre si. Esse conflito desemboca na produção do bem simbólico do jornalismo, que é a notícia, produto coletivo resultado de um princípio de seleção na realidade social. O “furo jornalístico” (uma notícia “exclusiva”, portanto com maior valor simbólico) evidencia, segundo Bourdieu, a limitação da lógica da concorrência comercial, na medida que coloca em jogo não a informação, mas a capacidade de captá-la antes dos outros veículos. Assim, o universo do jornalismo é um campo, mas que está sob a pressão do campo econômico por intermédio do índice de audiência. Então, quanto mais privilegiada a posição do veículo no campo – quanto maior sua fatia de mercado – mais ele cede a essas pressões e menos se opõe a elas.

Essa limitação é imposta aos outros campos da produção cultural, na medida em que o jornalismo instaura, como dito anteriormente, um novo princípio de legitimidade social, baseado na consagração pelo número e na visibilidade na mídia.

³² A partir disso, nos capítulos 4 e 5 é apresentada a distinção entre os *mainstream media* e a mídia ativista e, nesta, como num subcampo, duas práticas diferenciadas, o ativismo de mídia e o *jornativismo*.

Isso representa uma ameaça à autonomia dos outros campos, porque os força a ceder também às pressões do mercado. Essas características conferem ao campo midiático a centralidade nas formas de sociabilidade contemporânea, na medida em que institui a visibilidade social dos outros campos, que já não podem existir - e negociar sentidos - sem essa mediação especializada que os insere no espaço público.

É nesta direção que Melucci (1996) ajuda a discutir o poder da comunicação midiática. Na medida em que para ele a informação é o recurso mais importante da sociedade contemporânea, quem tem o poder de definir os códigos que organizam a informação define também os sentidos da realidade social³³. Mas esse poder não é identificado como pertencente a pessoas, mas a sistemas³⁴, portanto, não pode ser controlado de forma absoluta. “Where symbols enter the constitution of the field, they render it open to multiple interpretations and into something that is never under full control. What matters then is the construction of an sufficiently open arena of public spaces, where the conflicting nature of social issues can be expressed” (Melucci, 1996, p. 176).

É a partir do que ele chama de *master codes*, encontrados em diferentes áreas da sociedade, que idéias são difundidas, não pelo seu valor intrínseco, mas de acordo com a seleção operada pelas políticas e instituições científicas, por editores e mercados culturais. O sistema de mídia impõe seus padrões de cognição e comunicação para além dos conteúdos veiculados. Assim, estabelecer a agenda política não é apenas uma

³³ Tal processo é definido por Bourdieu (1989, p.7-9;12) como exercício de uma violência simbólica, ou seja, o uso de um “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. O poder simbólico é um poder de construção da realidade e os sistemas simbólicos (ou campos) detém esse poder por delegação, impondo, assim, a definição do mundo social. Violência simbólica, portanto, refere-se a essa imposição do significado por parte dos campos legitimados da produção cultural.

³⁴ Melucci (1996, p. 179) identifica novas formas de poder em quatro centros ou sistemas: a mídia, que opera como fabricante de *master codes* em escala mundial; a indústria do entretenimento (*popular cultural market*); os controladores das tecnologias da informação e definidores das suas linguagens; e os centros de decisão financeiros. Para o autor, o poder não está baseado apenas em recursos econômicos como tais nem na influência exercida sobre o sistema político, mas na capacidade de organizar os códigos que servirão para a interpretação da realidade social.

questão interna ao sistema político, mas um processo cada vez mais organizado por prioridades estruturadas pelos códigos cultural e científico. A escolha entre políticas já é orientada dentro desses códigos.

A questão então é identificar os *master codes*, torná-los visíveis para submetê-los a algum controle pela confrontação pública. O objetivo é combater a desigualdade que, na sociedade da informação, baseia-se na exclusão da discussão e do poder que molda a realidade. É nesse sentido que a mídia desenha os contornos de uma esfera pública. A ela está atribuído o papel da inscrição dos temas na agenda pública, mediando assim os discursos dos atores sociais através do seu código próprio.

2.2 DO MITO DA ONIPOTÊNCIA À TEORIA DAS MEDIAÇÕES

A pesquisa em comunicação, ao contrário das outras áreas do conhecimento, foi inicialmente estimulada não por um desenvolvimento científico, mas por uma demanda de mercado. Foi o desenvolvimento tecnológico que impulsionou a investigação da presença crescente dos meios de comunicação de massa no cotidiano. Assim, as primeiras pesquisas tratavam da influência dos novos meios de comunicação, principalmente o rádio.

Os estudos sobre a influência têm origem nos Estados Unidos, inspirados pela experiência da 1ª Guerra Mundial, que impôs censura e iniciou programas de propaganda política na Europa, o que abalou o romantismo da idéia de liberdade de imprensa (Montero, 1993). Assim a primeira sistematização teórica coincide com o período das duas guerras (década de 30) e com a difusão em larga escala das comunicações de massa e representou a primeira reação que este fenômeno provocou entre pesquisadores de origem diversa. Ficou conhecida como Teoria Hipodérmica, ou *bullet theory*, e pressupunha uma sociedade de massa, na qual os indivíduos eram iguais, indiferenciáveis, isolados, anônimos e atomizados, caracterizando uma audiência indefesa e passiva diante dos meios de comunicação, estes capazes de “inocular” (*shoot*) suas mensagens nos alvos. Baseada na psicologia behaviorista, o modelo comunicativo desta teoria era o do estímulo-resposta. Os efeitos, na maior parte, não são estudados,

mas dados como certos (Wolf, 1995). Isso levou os estudiosos a acreditarem num poder sem limites da propaganda pelos meios de comunicação. Surge com essa teoria a crença na onipotência da mídia, cuja capacidade de manipulação do emissor era inquestionável³⁵.

A fragilidade da teoria hipodérmica logo ficou evidente na medida em que seu pressuposto axial - a atomização - não se verificava empiricamente. A partir então da década de 40, várias revisões foram sendo feitas dentro da perspectiva dos estudos dos efeitos, a chamada *Mass Communication Research*, desenvolvida principalmente na Universidade de Columbia. Harold Lasswell, um dos remanescentes da *bullet theory* propõe, em 1948, um esquema que ficaria conhecido como a fórmula de Laswell. Segundo ele, para entender o processo de comunicação, era preciso perguntar: “quem diz o que em que canal a quem com que efeitos”. Cada uma dessas variáveis define e organiza um setor específico de pesquisa - emissores, conteúdo, técnica, recepção e influência (Laswell, 1948).

A partir de então, pesquisas empíricas foram desenvolvidas e, a cada resultado, a premissa do poder sem limites dos emissores foi sendo aos poucos questionada. Assim, a noção de manipulação foi cedendo lugar à persuasão, já considerando os traços específicos da personalidade individual. O objetivo ainda era conseguir influência sobre a audiência, mas tratava-se agora de fazê-lo com mais eficácia. Assim, fatores como interesse, exposição, percepção e memória seletivas, bem como a credibilidade do emissor, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões passaram a contar no planejamento das mensagens, de forma a alcançar um grau máximo de persuasão.

³⁵ É bastante conhecida a história da transmissão da rádio CBS, realizada por Orson Wells, em 1938, do romance fantástico de H. G. Wells, “A guerra dos mundos”, que anunciou a invasão da terra por marcianos e que provocou pânico entre os ouvintes, na época incapazes de identificar a brincadeira. Esse episódio impressionou também os estudiosos dos efeitos da mídia, que freqüentemente lembravam o acontecido para justificar a crença no poder dos meios (Ver Mattelart, 1999, p. 38).

O contexto social de interação só foi considerado um pouco mais tarde, ainda na década de 40, pela abordagem de campo ou dos efeitos limitados, que já falava em influência no lugar de persuasão. Estuda a composição diferenciada dos públicos, superando a idéia de massa, e volta-se para os processos de consumo dos *mass media*. É dessa abordagem a descoberta dos líderes de opinião, e dos efeitos de ativação, reforço e conversão que promovem.

A consolidação da pesquisa em comunicação, na década de 50, se deu pela aliança com o estrutural-funcionalismo. A questão de fundo desloca-se dos efeitos para as funções assumidas pelos meios de comunicação na sociedade. Há, com isso, um abandono da idéia de efeito intencional, e das campanhas (eleitorais, informativas) como objeto de estudo, para voltar a atenção às conseqüências da difusão cotidiana das mensagens midiáticas. Os meios assumem as funções de integração e manutenção do sistema, caracterizadas pela atribuição de prestígio às pessoas e grupos que são objeto de atenção, legitimando-os, e pelo reforço das normas sociais, denunciando seus desvios à opinião pública. Mas os meios podem provocar também disfunções, como o conformismo e a adulteração do gosto estético.

À pergunta “o que a mídia faz com as pessoas?” segue a pergunta “o que as pessoas fazem com a mídia?”. A mudança de perspectiva baseia-se no pressuposto de que mesmo a mensagem mais potente não pode influenciar um indivíduo que não faça uso dela. Esse questionamento surge então na década de 70, cujos autores formulam a hipótese dos “usos e gratificações”, para entender o efeito como conseqüência das satisfações às necessidades experimentadas pelo receptor. Dessa forma, o receptor age sobre a informação e a utiliza.

A perspectiva dos estudos dos efeitos permanece, mas já não se baseia na crença de um efeito direto, mas na evidência de efeitos indiretos, relacionados a outras variáveis como a densidade de relações interpessoais como as mais determinantes para o consumo das mensagens dos meios de comunicação.

Na mesma época, na Europa, desenvolvia-se um conjunto de estudos que procurou questionar a abordagem funcionalista, principalmente na França e na Itália.

Através de autores como Roland Barthes e Umberto Eco, o estruturalismo volta a atenção aos processos midiáticos, situando-os no âmbito da Semiologia (Rüdiger, 2000). O foco passa a ser o significado das mensagens, que não se encontra no conteúdo manifesto, exigindo uma análise estrutural do texto. As análises progressivamente voltam-se para a idéia de discurso e elas assimilam os pressupostos do pós-estruturalismo de Michel Foucault, encarando os textos como “leituras” da realidade, que por sua vez evidenciam as inclinações ideológicas dos aparatos de poder, muito influenciados também pelo pensamento de Louis Althusser. Essa orientação teve influência decisiva nos estudos em comunicação no Brasil e demais países da América Latina³⁶.

Na Inglaterra, um importante movimento interdisciplinar surgido na década de 60 situou a comunicação dentro da perspectiva dos Estudos Culturais. Com uma abordagem crítica da cultura, informada por diversas correntes teóricas, apostou na combinação da pesquisa etnográfica e análise de textos para verificar os processos de decodificação, o que inspirou estudos de recepção, especialmente no tocante às questões relativas aos movimentos operário e feminista e da cultura popular em geral.

Essa perspectiva serviu de base para a produção de uma teoria latino-americana da comunicação. Representada principalmente pelos trabalhos de Nestor Garcia Canclini (2003) e Jesús Martín-Barbero (1999), redefine conceitos como popular e massivo, bem como retira da noção de consumo sua carga pejorativa, procurando entender as formas pelas quais os usuários das mensagens midiáticas as apropriam de acordo com suas referências culturais. No lugar da análise dos meios, propõe a análise

³⁶ Os estudos em comunicação na América Latina foram fortemente influenciados também pela perspectiva da Escola de Frankfurt e de sua Teoria Crítica, principalmente pela apropriação do conceito de indústria cultural. A entrada dos trabalhos de Adorno e Horkheimer, bem como de Marcuse e Benjamin, produzidos entre as décadas de 1930 e 1940, se deu tardiamente, nas décadas de 1960 e 1970, numa fase que Gomes (1997) denomina “pesquisa-denúncia”. Essas pesquisas, no entanto, restringiam-se à mera constatação de uma dominação da indústria sobre a produção cultural, sem, contudo, apresentar resultados de pesquisa. De acordo com Honneth (1999), trata-se de uma corrente filosófica e não sociológica.

das mediações, para as articulações entre as práticas de comunicação e movimentos sociais e para a pluralidade de matrizes culturais.

Simultaneamente, houve nos Estados Unidos uma retomada dos estudos dos emissores e sobre os efeitos em longo prazo, muito influenciados pela sociologia do conhecimento e pela ênfase na importância dos processos simbólicos como pressupostos da sociabilidade. As pesquisas procuravam aliar os estudos sobre influência e sobre a construção da realidade. Então, dos efeitos limitados passou-se a observar efeitos cognitivos e cumulativos da presença dos meios de comunicação na vida cotidiana. Essa perspectiva ficou conhecida principalmente pela hipótese do *agenda setting*, desenvolvida desde a década de 70, segundo a qual, a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pela mídia (Wolf, 1995). Ela procura explicar porque determinados assuntos são tematizados pela mídia em detrimento de outros, supondo uma coincidência entre a agenda dos meios e a agenda pública. Alguns fatos tornam-se notícia devido a um conjunto de elementos que os compõem, denominados critérios de noticiabilidade (que serão detalhados no tópico seguinte). É essa perspectiva analítica que auxilia a compreensão de como os atores sociais contemporâneos conseguem incluir suas mensagens na esfera pública através da mediação midiática.

Essa hipótese se desenvolve paralela e complementarmente aos estudos sobre comunicação e construção social da realidade, inspirados nos trabalhos de Berger e Luckmann (1966; 2002), que retomam os pressupostos da Escola de Chicago, do interacionismo simbólico, da fenomenologia social de Alfred Schütz e demais correntes da sociologia interpretativa³⁷. O trabalho mais conhecido é o de Gaye Tuchman (1983).

Essa rápida passagem pelas teorias da comunicação omite importantes contribuições de outras correntes, mas é suficiente para situar a problemática da comunicação como de fundamental importância para a compreensão da sociedade

³⁷ Essas perspectivas teórico-metodológicas são discutidas no capítulo 3.

contemporânea. O objetivo principal dessa discussão é mostrar que existem programas de reflexão sistemática voltados para a temática, que se orientam por diversos marcos teórico-metodológicos. Isso ajuda a evitar cair em alguns equívocos, provocados por uma crença na onipotência da mídia (superada até pelos seus formuladores) e obriga a olhar com mais critério o fenômeno da comunicação social.

2.3 A PERÍCIA JORNALÍSTICA

O jornalismo é apenas uma das várias modalidades midiáticas, junto com as relações públicas, a publicidade e propaganda, o cinema, a editoração, e sobre o qual também se produziu algumas reflexões que contribuem para a constituição de uma teoria do jornalismo. Para entender como ele se torna um ator importante na sociedade contemporânea, é preciso entender qual a sua lógica (tipificada) de produção de notícias.

De acordo com Traquina (2004), o processo de consolidação do jornalismo como atividade especializada coincide com a consolidação da democracia nas sociedades ocidentais. A expansão da atividade ocorre no século XIX e as transformações acompanham o desenvolvimento tecnológico dos meios de difusão bem como as necessidades de tornar mais operacional e dinâmica a produção de informação. Dessa forma, a história do jornalismo se desenvolve na direção da definição do que é notícia.

Como aponta a hipótese do *agenda setting*, para que um fato seja transformado em notícia, ele deve conter algumas características que o tornam apto para tal. Essas características são interpretadas pelos critérios de noticiabilidade, definidos por um sistema objetivo de regras, representado pelos chamados *gatekeepers* (selecionadores). Essas regras ou normas profissionais que orientam os jornalistas na sua prática diária, superam as distorções subjetivas que eles possam operar (Wolf, 1995). Ou seja, as normas são mais fortes que as preferências individuais. Isso significa

que a ação de filtro é exercida institucionalmente³⁸. Assim, o profissionalismo impõe restrições à produção de informação.

Diante da suberabundância de informação, o jornalismo deve reconhecer quais fatos são acontecimentos. Para serem noticiáveis, os fatos devem conter requisitos exigidos pela estrutura de trabalho dos órgãos de informação e pela cultura profissional dos jornalistas. A noticiabilidade, portanto, está relacionada aos processos de rotinização e estandarização das práticas produtivas (Tuchman, 1983).

Os componentes da noticiabilidade são os valores notícia, os quais funcionam de maneira complementar e combinada. Não estão presentes apenas na seleção dos fatos, mas também na apresentação, no que deve ser realçado ou omitido. Esses critérios devem ser rapidamente aplicáveis, a fim de evitarem incertezas excessivas, e flexíveis, para adaptarem-se a variedade de acontecimentos. Devem ainda ser orientados para a eficiência, em termos de tempo e estilo (Gans, 1979³⁹, citado por Wolf, 1995).

Nesse sentido, os valores notícia são a lógica de uma tipificação que tem por objetivo atingir fins práticos e tornar possível a receptividade a certos procedimentos. Importante salientar que esses valores são dinâmicos, não permanecem os mesmos. É o que acontece com a especialização temática, por exemplo, e com movimentos da sociedade civil que podem se constituir notícia na medida em que ultrapassam os limites da noticiabilidade. A partir disso, é possível pensar o termo “antiglobalização” como uma tentativa de especialização temática, ao submeter a uma rubrica certas manifestações políticas, classificando-as de modo a torná-las mais fáceis de manejar discursivamente.

³⁸ A primeira pesquisa sobre *gatekeepers* foi realizada em 1950 por David White, e mostrava estatisticamente como o sistema objetivo de regras (*gatekeeping*) atua como seleção, como processo hierarquicamente ordenado e ligado a uma rede complexa de *feed back*. Por esse processo, White observou quais matérias jornalísticas eram rejeitadas e os motivos alegados pelos jornalistas para tal. A primeira justificativa era o conceito vago de “sem interesse”, seguida da falta de espaço e redundância. (White, in Traquina, 1993).

³⁹ Gans, H. **Deciding what's news**. A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time. Pantheon Books, NY, 1979.

A importância e o interesse da notícia, portanto, são definidos de acordo com alguns critérios orientados por valores notícia. Esses critérios, no entanto, não são absolutamente claros, nem para os próprios jornalistas que lançam mão deles. Na verdade, a definição de critérios de seleção é uma necessidade organizacional, porque o meio de comunicação não pode processar fenômenos idiossincráticos, mas precisa reduzi-los a classificações conhecidas (Tuchman, 1983, p. 58).

As restrições de espaço e tempo para inclusão de temas nos noticiários aumentam a importância dos valores notícia, no sentido de conferir uma rotina produtiva que facilite o trabalho. A noticiabilidade está presente desde a coleta de informação até a sua apresentação final. As rotinas desmistificam um pouco o caráter imprevisível da produção jornalística, na medida em que a rotina é a essência da institucionalização (Berger e Luckman, 2002). Os relatos jornalísticos, as notícias, são, portanto, resultado de vários processos de adaptação a uma lógica tipificada de produção. As tipificações fazem parte do “estoque de conhecimento à mão” (Schütz) dos jornalistas.

As tipificações das notícias e a definição da noticiabilidade estão *relativamente* livres dos conteúdos. Assim, os jornalistas tipificam as notícias de acordo com a maneira como acontecem e não no que está acontecendo (Tuchman, 1983, p. 59). Segundo a autora, os jornalistas geralmente classificam as notícias em duras, brandas, súbitas, em desenvolvimento e de seqüência.

Em síntese, os jornalistas usam tipificações para transformar acontecimentos idiossincráticos do mundo cotidiano em matérias que possam ser submetidas a processos de rotina. Estes impõem ordem e reduzem a variabilidade dos acontecimentos. Dessa forma, canalizam as percepções dos jornalistas ao impor um marco (*frame*) sobre os fatos. Por causa da mesma variabilidade, os critérios de noticiabilidade são muito flexíveis e é aí que reside a autonomia da produção noticiosa.

Traquina (2005, p. 79-93) organiza esses critérios a partir do exame de vários autores⁴⁰ e define duas ordens de valores notícia: os valores notícia de seleção, os quais definem critérios substantivos e critérios contextuais, e os valores notícia de construção. Os primeiros referem-se respectivamente às características relativas ao conteúdo dos acontecimentos e às condições de produção da notícia e os segundos àquelas relativas à forma discursiva da notícia.

Por critérios substantivos, o autor destaca a **notoriedade** do ator principal do acontecimento; a **proximidade**, tanto geográfica quanto cultural; a **relevância**, ou a preocupação de informar o público sobre acontecimentos que têm impacto sobre a vida das pessoas; a **novidade**, primeira vez que surge determinado acontecimento; a **atualidade**, que se refere aos “ganchos” construídos pelos jornalistas para renovar um assunto já noticiado antes; a **notabilidade**, a qualidade de ser visível e, neste caso considera-se a) a quantidade de pessoas envolvidas no acontecimento, b) a inversão do curso normal dos fatos, c) o “insólito”, d) a falha, defeito ou insuficiência e) ou excesso/escassez de norma ou padrão, como nos acidentes; o **inesperado**, aquilo que irrompe e surpreende a expectativa da comunidade jornalística; o **conflito**, ou controvérsia, violência física ou simbólica, como uma disputa verbal entre líderes políticos; e finalmente a **infração**, a violação ou transgressão das regras, daí a importância do crime como notícia.

Os critérios contextuais, que orientam a produção jornalística, são orientados pelos valores notícia de **disponibilidade**, a facilidade da realização da cobertura do evento; o **equilíbrio**, se já houve muita informação sobre o acontecimento; a **visualidade**, a presença de elementos visuais como fotografias ou filmes; a **concorrência**, a observância da rotina dos outros veículos para a produção de “furos” jornalísticos; e o **dia noticioso**, o ritmo que deve ser obedecido para planejar as edições.

⁴⁰ Ele enumera o que cada autor considera ser um valor notícia e o critério de noticiabilidade consequente. Os autores citados são Johan Galtung e Marie H. Ruge, Richard Ericson, Patrícia Baranek e Janet Chan, Mark Fischman, Herbert Gans, John Hartley e Mauro Wolf.

Uma vez coletadas as informações e adaptadas às rotinas de produção (pelos valores notícia de seleção), o texto da notícia sofre mais uma interferência – a de estilo, referente aos valores notícia de construção. O primeiro valor é a **simplificação**, pelo qual as ambigüidades e complexidades são extraídas do relato em favor da clareza. Outro é a **amplificação**, ou o superdimensionamento do acontecimento. A **relevância** é o esforço do jornalista de “vender” sua matéria pela demonstração do seu significado para o público dela. Outros dois valores notícia são a **personalização**, a capacidade de individualizar os processos sociais, e a **dramatização**, pelo reforço dos aspectos críticos, da natureza conflitual. E um último é a **consonância**, a inserção do acontecimento numa narrativa já estabelecida, para ser interpretada num contexto conhecido (podendo ser pelo recurso da comparação).

Além dos critérios de seleção e construção da notícia, um outro elemento deve ser considerado: as fontes das notícias. Em primeiro lugar, elas são previamente agendadas em função dos critérios de noticiabilidade e da necessidade de ter um fluxo seguro de notícias. Isso faz com que as fontes privilegiadas sejam as institucionais e as agências. As primeiras respondem melhor que as outras fontes às necessidades organizativas das redações e as segundas são empresas especializadas que fornecem notícias quase “prontas”.

Às fontes está relacionado o fator de credibilidade da notícia. “(...) se a informação puder ser explicitamente atribuída a uma única fonte, o problema da credibilidade passa do jornalista para a fonte explicitamente citada na notícia” (Wolf, 1995, p. 202). E aquelas fontes que ocupam uma posição de autoridade formal tendem a ser mais credíveis, segundo os critérios de noticiabilidade. Gans (1979) aponta esse aspecto como um reflexo da estrutura social existente. As fontes não confirmadas são sub-representadas, o que acaba provocando uma distorção involuntária da informação, o que não significa afirmar que elas sejam conscientemente desejadas ou orientadas claramente por posturas ideológicas.

Uma outra fonte importante são os próprios meios de comunicação, que acabam pautando-se uns aos outros, o que explica em parte a tendência a apresentarem

notícias semelhantes (a chamada pauta recíproca). Alguns estudos apontam para o rádio como principal fonte de informação para os jornais, que por sua vez orientam a pauta da televisão⁴¹.

Essa uniformidade na oferta de informação é reforçada pelo recurso às agências de notícias, uma vez que poucas delas exploram o setor. Considerando que são quatro as grandes agências (Reuters, Agence France Presse, Associated Press e United Press International), a homogeneidade também se estabelece nas definições do que se constitui notícia, ou seja, as agências difundem os critérios de noticiabilidade. São ainda referências em termos de credibilidade⁴².

Em síntese, para que alguns temas entrem na agenda, eles devem apresentar algumas características que os tornam mais prováveis de cobertura jornalística. Os critérios de noticiabilidade funcionam como “cancela”, caracterizando o processo de *gatekeeping*, ou seleção do que deve ou não ser notícia. Esse processo leva em conta a relação com as fontes, os mecanismos de relevância que realçam este ou aquele aspecto do fato, até as formas estilísticas de apresentação da notícia, de modo que, pela narrativa, esta seja reconhecida como tal. Essa rotina produtiva confere ao jornalismo um caráter institucional geralmente ofuscado pelo mito da imprevisibilidade da notícia. Mesmo diante de um fato inesperado, as práticas rotineiras atuam sobre ele, de modo a adequá-lo aos padrões normativos da redação.

Essa é a especificidade do jornalismo, que interpreta a realidade à sua maneira, desenvolvida historicamente a partir da necessidade de apresentar a um público vasto relatos de experiências não ligadas ao contexto mais imediato das pessoas. Nesse sentido, o jornalismo estabelece uma relação entre “ausentes”, distantes de

⁴¹ Extraído de Golding & Elliot. **Making the news**. London: Longman, 1979. **Citado por** Wolf (1995)

⁴² Duas pesquisas com jornalistas apontaram a britânica Reuters como a agência de maior “qualidade” para notícias internacionais, preferida em relação às americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI), consideradas sensacionalistas. Ver Schlesinger, P. **Put “reality” together**. BBC news. London: Constable, 1978; e Golding & Elliot (*op. cit.*). **Citados por** Wolf (1995).

qualquer situação face a face, caracterizando o que Giddens (1991) chama de mecanismo de desencaixe. Segundo ele, na modernidade, as relações sociais se desprendem do “aqui” e do “agora” e se reorganizam através de mecanismos abstratos.

Esses mecanismos se apresentam como fichas simbólicas e como sistemas peritos. As primeiras são “meios de intercâmbio que podem ser ‘circulados’ sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos de lidam com eles em qualquer conjuntura particular”; os segundos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social” (Giddens, 1991, p. 30 e 35).

As fichas simbólicas assumem uma independência do contexto no qual foram produzidas, de forma a ocultar as relações das quais resultam⁴³. Mas elas podem ser pensadas como uma ação que se apresenta como um ato concluído e inscrito em um objeto, como é o caso da notícia (Ferraz, 2000). O sistema perito, como universo de conhecimento específico, confere autoridade àqueles que o representam. Assim, os campos profissionais, como a arquitetura, a medicina, a construção civil, o jornalismo, assumem uma legitimidade conferida pela perícia, uma especialidade na qual se deposita confiança.

Tanto as fichas simbólicas como os sistemas peritos dependem da confiança. No caso dos sistemas peritos, confia-se que eles funcionem como se espera que o façam. Essa confiança não se destina às pessoas, mas à autenticidade do conhecimento perito (Giddens, 1991, p. 35-6).

A noção de desencaixe se complementa com a de reencaixe. Giddens (1991, p. 83) refere-se a ela como “reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las a condições locais de tempo e lugar”. A confiança nos sistemas abstratos não pressupõe encontro com os indivíduos ou grupos envolvidos, mas depende da validação da confiabilidade da perícia através do contato

⁴³ Giddens desenvolve o conceito de fichas simbólicas utilizando como exemplo típico o dinheiro.

nos pontos de acesso, que “lembram” que pessoas de carne e osso são seus operadores. Giddens discute os pontos de acesso como o processo pelo qual “compromissos sem rosto” tornam-se “compromissos com rosto”, de modo a renovar a confiança nos sistemas abstratos. Esse é o mecanismo de reencaixe.

Assim é possível pensar o jornalismo como sistema perito. Como mostra Ferraz (2000, p. 31), ele “constitui-se como um sistema técnico legitimado socialmente, por ser realizado por profissionais reconhecidos e por se apresentar como uma linguagem e um modo de fazer definidos e institucionalizados”. Como tal, o jornalismo também depende dos mecanismos de ativação de confiança.

A perícia jornalística está atrelada à linguagem, na medida em que seu código é reconhecido pelo leigo, que acredita na veracidade da informação. Ao jornalismo é atribuída a tarefa de relatar acontecimentos considerados importantes para o debate público. Nessa faculdade de seleção de importância também se deposita confiança. Espera-se que esse relato seja construído com objetividade (sem interferência do sujeito jornalista).

A objetividade garante a credibilidade, daí que o jornalismo precisa constantemente renovar a confiança de seus destinatários através de “provas de seriedade”. Neste sentido, pode-se sustentar que o imperativo da credibilidade é o seu mecanismo de confiança ativa. Por isso, a objetividade torna-se um ritual estratégico (Tuchman, 1993), na medida em que o jornalismo atribui a outros as declarações relativas aos fatos, isentando-se da responsabilidade de provar a veracidade da informação. O uso das aspas significa que as citações funcionam como prova suplementar, além de endossar a ausência do jornalista do relato. Assim, a objetividade acaba funcionando como aspecto formal da notícia, porque se trata de uma noção operativa, mais estética do que ética⁴⁴.

⁴⁴ A discussão atual em torno da objetividade jornalística, já bastante desenvolvida pelas teorias da comunicação, não a concebe mais como característica intrínseca à notícia, mas como uma forma de apresentação, uma formalidade. Primeiramente associada a um estilo ideal de redação, tem sido muito questionada quanto à sua possibilidade. Não se trata mais de objetividade como “postura” do relato

Como sistema perito, o jornalismo também passa por crises de confiança. Para ativa-la, é necessário que o contrato entre peritos e leigos se renove constantemente, ou seja, que a expectativa dos leigos não seja frustrada por ocorrências que possam ser consideradas de má fé (como a parcialidade, por exemplo). No entanto, o conhecimento específico do sistema deve permanecer como prerrogativa dos peritos.

A ação coletiva contemporânea, contudo, assimila alguns critérios de noticiabilidade para concorrer em visibilidade no espaço público, e a perícia jornalística passa a não ser sua prerrogativa exclusiva, evidenciando o caráter contingente, aberto e reflexivo (no sentido de Giddens) das relações dos leigos com os especialistas. E é justamente no trabalho de manutenção da credibilidade – mecanismo de ativação da confiança – que os atores coletivos obtêm êxito ao inserir sua mensagem na pauta jornalística. A produção de mais informação gera, simultânea e reflexivamente, reorientações para os atores em disputa simbólica.

Assim, a noção de jornalismo sistema perito o entende como espaço onde se definem as regras que o caracterizam como atividade especializada, socialmente legitimada. Essa legitimação se dá através da institucionalização do campo pelas rotinas produtivas, as quais, por sua vez, objetivam práticas que extrapolam as intencionalidades individuais dos jornalistas. Isso não significa negar autonomia aos agentes/especialistas, mas frisar o caráter objetivo da produção de notícias.

Essa é uma abordagem interpretativa das notícias, segundo a qual a notícia registra a realidade social e é um produto dela. A perícia jornalística, nessa perspectiva, refere-se também a um *frame* específico, que segundo Goffman (1974) organiza “fatias” do mundo cotidiano, definindo “fatia” por um corte arbitrário feito na corrente da

jornalístico, mas como sua marca estilística. Robert Hackett (1993) sustenta que a objetividade, e a sua ausência – a parcialidade-, sejam vistos como objeto de investigação ao invés de padrões de avaliação. Assim entendida, a objetividade jornalística não é oposto de subjetividade, opinião interferente, tendenciosidade ou “distorção”, mesmo porque as normas e sanções profissionais fazem com que a distorção deliberada seja pouco freqüente. Exigir total objetividade do jornalismo é, para o autor, desconhecer que qualquer ato de linguagem implica numa avaliação parcial da realidade.

atividade em curso⁴⁵. E como os *frames* são fenômenos negociados, os procedimentos de produção das notícias estão permanentemente em tensão, vulneráveis à variabilidade dos acontecimentos. Por isso, as crises de confiança na perícia jornalística e sua constante luta pela manutenção da credibilidade.

2.4 SOBRE A COMUNICAÇÃO NA INTERNET

A perícia jornalística parece sofrer um abalo com o desenvolvimento das chamadas novas tecnologias da informação e da comunicação. Como espaço onde a princípio todos podem falar, a oferta de informação sobre os contextos distantes da experiência direta passa ao largo das instituições jornalísticas. Os mais entusiasmados com as inovações tecnológicas chegam a afirmar que já não há necessidade da mediação operada pelo jornalismo, uma vez que a informação pode ser acessada “diretamente”⁴⁶.

Como mostra Wolton (2003), o discurso da modernização passa hoje pela informatização, a ponto de se medir o grau de desenvolvimento de um país pelo seu número de internautas. O sucesso das “novas” tecnologias se deve, segundo o autor, ao fato delas representarem uma “nova chance” para os que perderam as “antigas”. Na dimensão psicológica, as novas tecnologias vêm ao encontro do profundo movimento de individualização da sociedade. Seu fator de sedução está na autonomia, domínio e velocidade, o que confere poder.

Aparentemente também, a oferta de informação na internet poderia representar a realização do antigo ideal moderno da liberdade de imprensa, em que todos teriam acesso à informação e poderiam se habilitar para o debate público racional, em favor da constituição de uma opinião pública, agora com dimensões transnacionais. Há nessa crença uma confusão, como frisa Wolton (2001) entre a globalização da informação e a formação de uma opinião pública mundial.

⁴⁵ A noção de *frame* é apresentada no capítulo 3.

⁴⁶ O autor mais conhecido é Ignácio Ramonet (1999).

Mas o limite da performance técnica se evidencia no fato de que o acesso à informação não substitui a competência prévia para saber qual informação procurar e que uso fazer dela. (Wolton, 2003, p. 87). A oferta supera e precede a demanda. Informações como notícias, serviços, conhecimento, lazer, possuem estatutos diferentes e não basta que sejam acessíveis pelos mesmos terminais para criar uma unidade teórica. Mas para além das desses tipos de informação, surge mais um não contemplado pelo autor: os serviços de informação dos ativistas políticos, cada vez mais especializados (em contra-informação) e que combinam diferentes linguagens, desde o discurso político ao midiático.

Essa perspectiva difere de muita coisa que já se falou sobre Internet, por exemplo. Algumas análises supervalorizam o ambiente da Internet para a democratização da comunicação. Moraes (2002) entende que a possibilidade de transmitir as reivindicações se dá sem “*os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia*” e também permite “*driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem...*” “*No ciberespaço, as contradições não precisam ser silenciadas, porque é da essência mesma do virtual a veiculação simultânea e indefinida de conteúdos, pouco importando as suas procedências, os seus alinhamentos ideológicos, as suas armas de confrontação e fascínio*”. Na mesma direção, Lévy (1996, p. 203) afirma que “o ciberespaço é justamente uma *alternativa* para as mídias de massa clássicas. [...] encoraja uma troca recíproca e comunitária enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (grifo meu).

Considerar que os filtros ideológicos não estão presentes no ciberespaço é conceber que os atores sociais, pelo fato de se relacionarem com um ambiente tecnológico, despem-se de suas posições e não entram no ciberespaço também para competir definições - igualmente ideológicas - de realidade. Não se pode falar de uma outra comunicação, uma vez que os interesses dos sujeitos envolvidos na enunciação orientam a organização das informações, mesmo considerando que o espaço de veiculação de mensagens na Internet seja menos restritivo que o da mídia convencional.

Posturas mais cautelosas apontam para o perigo do determinismo e, ao mesmo tempo em que reconhecem que as tecnologias da informação e comunicação facilitem o armazenamento e circulação, agilizem as buscas, afirmam que elas não determinam o procedimento de interação comunicativa nem garantem a reflexão crítico-racional (Maia, 2002). Portanto, se haverá ou não o debate, é algo que não pode ser decidido *a priori*, pois ele é mais que uma pluralidade de vozes.

A busca do indivíduo pela informação na Internet está relacionada a um conhecimento prévio que este possui e que organiza sua leitura. Sem isso, a informação simplesmente não tem valor. Dessa forma, se é possível entender a Internet como um espaço em que todos podem falar, não é verdade que todos são ouvidos. Como frisa Maia (2002), as informações disponíveis na mídia devem ser consideradas, entre outras formas de conhecimento, como recursos preliminares a serem processados.

Rodrigues (1993a) propõe pensar as TICs como dispositivos de linguagem, em vez de suportes ou instrumentos. Elas exploram as estruturas lógicas da linguagem e, dessa maneira, fazem acompanhá-las novas modalidades discursivas destinadas a legitimá-las. Não se limitam, entretanto, a uma interferência nas diferentes dimensões lingüísticas e discursivas, mas são específica e diretamente tecnologias da linguagem. Estabelecem novas fronteiras sociais, para além das geográficas, agora informativas.

A internet não tem ainda seus modos de linguagem totalmente conhecidos ou assimilados. O que se apresenta são experiências de relacionamento com esse dispositivo (se aceitamos a proposta de Rodrigues) que merecem atenção. Porque, se Castells (1999) está certo, ela muda o caráter da comunicação, que por sua vez molda a cultura. “Nós não vemos a realidade como ela é, mas como são nossas linguagens. E nossas linguagens são nossas mídias. Nossas mídias são nossas metáforas. Nossas metáforas criam o conteúdo de nossa cultura” (Postman, 1985, p. 15)⁴⁷.

⁴⁷ Postman, Neil. **Amusing ourselves to death: public discourse in the age of show business**. New York, Penguin Books, 1985. Citado por Castells (1999).

Wolton (2003) não aposta nessa visão que ele considera apologética. Nem aceita a internet uma mídia. Para ele, a internet é um sistema de informação. Uma mídia é regulada por legislação, tradições culturais e profissionais, códigos, saberes. Mas o aspecto mais fundamental é que uma mídia só existe com uma representação a priori de um público e a internet é pensada primeiramente em relação a sua capacidade técnica de transmissão. Em síntese, na internet não há garantia de um processo de comunicação, apenas de informação.

Mídia ou não, a internet tem sido utilizada, ao menos pelos ativistas dos movimentos por justiça global, como espaço de expressão e construção da sua ação. E o fazem combinando um discurso combativo e militante com um discurso referencial e tipificado como o jornalístico. E o fazem na internet. Seu público são outros ativistas e o intuito primeiro é reforçar os nós das redes de movimentos sociais, os quais, por sua vez se voltam para a mobilização dos seus quadros.

Se a internet não está acessível a todos, pode-se pensar a comunicação dos movimentos sociais nela desenvolvida como ação de uma “minoridade ativa” melhor habilitada que uma idealizada “maioria crítica” (Melucci, 1996). Trata-se de uma visão mais realista, como quer Wolton (2003), sem impedir, pela restrição de um conceito de mídia, de verificar que processos de comunicação estão ocorrendo nesse (ciber) espaço.

Assim, a esfera pública contemporânea é também uma esfera pública midiática, o que não significa que nela não haja espaço para a comunicação política consistente, mas que as formas de expressão dos atores coletivos são de alguma forma mediadas pelo campo especializado da comunicação pública. Em outras palavras, as demandas são publicizadas segundo critérios de inscrição e credenciamento midiáticos para o debate.

Isso não significa que a mídia tenha total controle sobre a comunicação, porque a recepção desses discursos pressupõe novo trabalho de interpretação, pelas interações que se dão nos espaços sociais, produzindo novos significados para as mensagens. E os atores coletivos, como vai mostrar esta tese, se valem dos *master codes* oferecidos para inserir seus problemas na agenda política.

Esses códigos são concebidos nesta tese como *frames* primários, na acepção de Goffman (1974) e serão explorados nos capítulos seguintes. A partir deles, os movimentos por justiça global (MJG) vão produzir um *re-frame*. E esse trabalho acontece nas interações com a perícia jornalística e sua subversão na produção de contra-informação na internet. É por isso que, no embate travado entre os ativistas dos movimentos sociais e a grande imprensa, se esboça uma espécie de “ciberespaço público”, lugar da construção simbólica dos problemas da realidade social, a fim de influenciar a opinião pública e, conseqüentemente, as decisões políticas sobre eles.

3. O PODER DA NOMEAÇÃO – proposta de investigação pela *frame analysis*

What is play for the golfer is work for the caddy.
E. Goffman (1974)

Diante das características de uma sociedade baseada na informação, a qual se torna seu fundamento de poder, a dimensão simbólica da ação coletiva não pode ser negligenciada pela análise sociológica. Ela é que auxilia na apreensão da ação como ela é definida pelos próprios atores, o que, tanto para Castells (2000) quanto para Melucci (1999) é a chave para a compreensão dos movimentos sociais contemporâneos e das estratégias de ação empregadas.

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (Melucci, 2001, p.21).

Por isso, o autor considera as formas de comunicação dos atores um dos níveis de análise significativos (junto com os processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança e ideologias). Esse aspecto da ação coletiva também é interessante para explorar o que Scherer-Warren (2005) define como dimensão cognitiva das redes de movimentos sociais, a qual refere-se à faculdade dos atores em rede de atribuir novos significados para a ação.

Assim, os atores dos movimentos por justiça global, ao empreenderem serviços de informação, evidenciam esse caráter da sociedade contemporânea ao lutarem pela nomeação dos problemas discutidos de uma forma própria, orientada por seus interesses que, por sua vez, opõem-se aos significados estabelecidos pelas agências definidoras dos códigos e linguagens, a saber, como foi anteriormente apresentada, a mídia.

Esse conflito se estabelece, portanto, numa relação de oposição entre dois ou mais atores que se confrontam para o controle de recursos, aos quais ambos atribuem

valor (Melucci, 2001, p. 36). Essa é, inclusive, uma das condições para indicar a existência de um movimento social, e não apenas uma ação conflitual ou conduta desviante. Em outro contexto, Melucci (1996) já ressaltava que no campo simbólico há ambivalências dos dois lados. Como o poder não se baseia mais apenas na força material, mas na produção e circulação de informação, ele se expõe às suas próprias fraquezas. Os significados entram na constituição do campo de embate, estão abertos a interpretações múltiplas e, portanto, nunca sob total controle. “What matters then is the construction of a sufficiently open arena of public spaces, where the conflicting nature of social issues can be expressed” (Melucci, 1996, p. 176).

Justamente nessas vulnerabilidades abertas pelos processos de atribuição de significado que Goffman (1974) localiza o trabalho de *framing* que, na leitura de Melucci, pode ser definido como as representações discursivas da ação coletiva, organizada de acordo com a posição do ator no campo de conflito⁴⁸. A conexão entre o particularismo do ator e certos valores gerais (verdade, liberdade, justiça, emancipação, etc.) é um mecanismo chave da atividade de *frame* de um ator coletivo.

Mas estes *frames* são ambivalentes. Os adversários compartilham o mesmo campo de ação, mas o interpretam de maneiras diferentes, como parte do esforço de submeter o outro ao seu controle. Essa interpretação é também *misinterpretation*, na medida em que o outro é destituído de legitimidade. Para Melucci (1996, p. 356), a tarefa da análise sociológica é desvendar o campo além das dos *frames* particulares dos atores e revelar suas tensões internas. Ou seja, a análise pode detectar a ambivalência desses discursos e reconhecer o campo de conflito comum aos adversários.

É nesse conflito que Melucci afirma que a ação coletiva desafia os códigos. “They challenge the technocratic power on a symbolic ground, opposing to its instrumental rationality cultural codes which reverse the logic of the dominant techno-

⁴⁸ Melucci (1996, p. 348) critica as teorias que tratam do *frame* como não atentas ao aspecto ideológico da definição da ação pelos próprios atores. Ele identifica no pensamento sociológico uma herança dualística, que considera a produção simbólica ora como uma expressão transparente das crenças e valores ora como puro reflexo dos interesses materiais.

scientific, political, and industrial-economic apparatuses: they assert the need for autonomy and meaning (...)” (Melucci, 1996, p. 357).

Nesses termos, os meios de comunicação (mídia) não são suportes para o conteúdo comunicado, mas ao contrário este serve de suporte para os meios. O uso estratégico da mídia se encontra em todos os movimentos contemporâneos. Através dela, a percepção do mundo é alterada, na tentativa dos atores de tentar se livrar da codificação imposta pelos *frames* estabelecidos. Se essa mídia pode ser incorporada pelo mercado, novas formas também tendem a reaparecer em algum lugar com outros atores envolvidos.

Na perspectiva da *frame analysis*, esses embates são entendidos como *frame contests*. Na verdade, somente nos momentos em que um *frame* estabelecido é desafiado é que suas margens são reveladas. Para compreender as orientações dessa análise, Goffman (1974) a situa tanto com referência à psicologia social de Willian Thomas – ainda que aponte seus limites – quanto como continuidade da tradição do pragmatismo de Willian James e da fenomenologia social de Alfred Schütz.

3.1 FRAME ANALYSIS DE GOFFMAN

A *frame analysis*⁴⁹ de Goffman (1974) quer extrapolar o conceito de “definição da situação” de Thomas, segundo o qual “se os homens definem sua situação como reais, o são em suas conseqüências”. Apresenta outra análise da realidade social, seguindo a tradição de James que, em vez de perguntar o que é a realidade, pergunta “sob que circunstâncias pensamos que as coisas são reais?”. Mais importante é o senso de realidade como subuniversos ou ordens de existência, o que se aproxima da idéia de realidades múltiplas de Schütz, como províncias finitas de significado. Diferentemente

⁴⁹ O termo *frame* foi cunhado com este sentido pela primeira vez por Gregory Bateson, em “A theory of play and fantasy” (Psychiatric Research Reports 2, American Psychiatric Association, December, 1955, pp. 39-51) e tratava da dificuldade de interpretar a “realidade”. Aparece também nos trabalhos de John Austin, Barney Glaser e Anselm Strauss, nestes últimos como noção de código padrão (ver Goffman, 1974).

de James, para Schütz não importa a estrutura ontológica dos objetos que constituem a realidade. Goffman aponta para os limites de James e Schutz, que não consideram os papéis e regras, coisa que faz a etnomedologia de Garfinkel⁵⁰.

Goffman (1974, p. 08) preocupa-se com o que um indivíduo se atém num momento particular, envolvendo outros indivíduos particulares e não necessariamente restritos à arena mutuamente monitorada do contato face a face. A questão é “o que está acontecendo aqui?”, portanto, a definição da situação corrente, respondida com recursos à mão. “When participant roles in an activity are differentiated – a common circumstance – the view that one person has of what is going on is likely to be quite different from that of another. There is a sense in which what is play for the golfer is work for the caddy. Different interests will – in Schütz’s phrasing – generate different motivational relevancies”.

A intenção do autor é isolar alguns *frameworks* básicos disponíveis e analisar as vulnerabilidades às quais eles estão sujeitos. Para isso, a análise opera “cortes” arbitrários na atividade corrente, na seqüência de acontecimentos.

Segundo a noção de *frame*, as definições da situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles. Refere-se a tais elementos básicos que é possível identificar. E a *frame analysis* é o slogan do exame desses termos de organização da experiência, para além do mundo da atitude natural (Schütz) (Goffman, 1974, p. 11).

Quando um indivíduo reconhece um acontecimento do mundo, ele tende a implicar na reação/resposta um ou mais *frameworks* ou esquemas de interpretação de um tipo que pode ser chamado de primário (Goffman, 1974, p. 21). Este interpreta o que de outra maneira seria um aspecto insignificante da cena e o torna significativo. Permite localizar, perceber, identificar e nomear (*label*) um número aparentemente infinito de

⁵⁰ A etnometodologia também se baseia nas premissas de Schütz. Estuda as propriedades do raciocínio prático de senso comum nas situações mundanas de ação. Para Garfinkel, o analista deve “pôr entre parênteses” suas versões da estrutura social e atentar para como os participantes criam, produzem e reproduzem as estruturas sociais para as quais se orientam. Para isso, a linguagem é entendida como um recurso mediante o qual os participantes sociais intervêm nas situações que envolvem a ação. (Heritage, 1999).

ocorrências. Os elementos centrais da cultura (esquemas, forças, agentes, estruturas interpretativas) são justamente os recursos cognitivos compartilhados que servem para diferentes interpretações. *Frameworks* primários são aplicados à realidade. Sem eles, não há classificação de eventos. Não são, porém, seguidos integralmente, mas por partes (*strips*), por transposição de parte do seu sentido.

A aplicação de *frameworks* primários se dá por dois processos: ajustes e fabricações. Por ajustes (*keys*), entende Goffman (1974, p. 44) o conjunto de convenções pelas quais uma atividade já significativa em termos de *frameworks* primários é transformada em algo padronizado sobre esta atividade, mas vista pelos participantes como outra coisa. Opera-se uma transformação sistemática de materiais já com sentido através de um esquema de interpretação. Os participantes devem saber e reconhecer que uma alteração está envolvida. É, assim, mais que uma variação de enfoque. Já as fabricações (Goffman, 1974, p. 83) constituem um esforço intencional de um ou mais indivíduos para manejar uma atividade de modo que um ou mais sujeitos sejam induzidos a ter uma falsa crença sobre o que está acontecendo. Como os ajustes, também sugerem uso de modelos – algo já significativo em termos de *frameworks* primários. Mas enquanto um ajuste conduz para que todos os participantes tenham a mesma visão do que está acontecendo, uma fabricação exige visões diferentes. A fabricação, ao contrário do ajuste, está sujeita a descrédito.

Quando uma atividade não está acontecendo, mas apenas servindo de modelo para um ajuste, pode-se dizer que a fatia exibe uma transformação que resulta em duas camadas ou lâminas – o modelado e o modelo; o copiado e a cópia – e pode-se ver a camada exterior – a borda do *frame* – como a que estabelece o status na realidade da atividade. As duas camadas – eventos não transformados e seus ajustes – constituem um corte relativamente superficial. O corte de um *frame* constituirá um elemento importante da sua estrutura.

De qualquer maneira, um *frame* provê um foco oficial de atenção. Os modos de atividade que ocorrem simultaneamente, fora do centro de atenção são denominados eventos *out of frame*.

Frame também implica num repertório de signos. A natureza de um *frame* se liga à natureza do papel (*person-role formula*) que o *frame* sustenta (Goffman, 1974, p. 290). Os difusos papéis sociais podem ser vistos como estilos, maneira de fazer as coisas que é “apropriada” a uma dada idade, sexo, classe. Assim o *frame* sustenta a definição da situação, pois oferece um lugar palpável no mundo. A ação dos indivíduos é uma reação ao que lhes é dito e essa ação se torna parte do mundo ao redor. É identificado por expressões indexicais (tempo, lugar, pessoas, normas de comportamento).

A perspectiva de Goffman se insere nos parâmetros de uma sociologia compreensiva ou interpretativa (herdeira direta do pensamento de Max Weber), que indica que a análise da sociedade não passa pela crença em uma ordem que extrapola a realidade dos próprios agentes e que, portanto, não é possível “revelar” a sociedade fora dos processos de interação que se dão no chamado mundo da vida. De alguma forma, a tensão entre indivíduo e sociedade é colocada sem prevalência de nenhuma das duas instâncias.

Na *frame analysis*, estão presentes os pressupostos da filosofia do pragmatismo, traduzida para a sociologia pela Escola de Chicago (especialmente no trabalho de Thomas) e na fenomenologia social.

3.2 PRAGMATISMO, ESCOLA DE CHICAGO E FENOMENOLOGIA SOCIAL – AS FONTES DA *FRAME ANALYSIS*

O pragmatismo é uma filosofia da ação, do significado e da verdade associada a Charles S. Peirce⁵¹ e William James. Parte da crença de que o significado de uma doutrina é idêntico aos efeitos práticos que resultam da sua adoção. A idéia central é que há uma estreita relação entre a crença e o sucesso da ação (Blackburn, 1997, p.307).

⁵¹ Fundador da Semiótica, ou a ciência dos signos.

Os pragmáticos questionam a dúvida cartesiana no sentido de que o *cogito* obriga o sujeito a encontrar certezas “mais certas” que aquelas que geraram a dúvida. Reivindicam, portanto, a verdadeira dúvida, que se enraíza nas situações concretas. “A noção cartesiana do eu solitário que duvida sucumbe à idéia de uma busca coletiva da verdade para resolver problemas reais encontrados no curso da ação” (Joas, 1999, p. 134).

A relação entre cognição e realidade muda: a verdade não é *a mais correta* representação da realidade, mas um aumento de poder de agir em um ambiente. James aponta a impossibilidade de encontrar soluções universalmente válidas. A ação não é o ponto de partida, mas o fluxo permanente da experiência. Nessa definição, a verdade refere-se aos resultados concretamente obtidos, e não aos esperados.

A Escola de Chicago é a tentativa de realização do pragmatismo do ponto de vista sociológico. A refundação do pragmatismo nas ciências sociais se faz por John Dewey e George Herbert Mead, cuja influência na sociologia ganha contornos de uma psicologia social preocupada em interpretar os processos psíquicos segundo sua eficácia na resolução de problemas.

Dewey critica as teorias que reduzem a ação a uma conduta determinada pelo meio. É contrário à idéia de que a determinação de um fim seja um ato consciente *per se*, que ocorre fora dos contextos da ação. Para ele, ela só pode ser resultado de ponderações sobre a resistência que uma conduta variamente orientada encontra (Joas, 1999). As conseqüências da ação são percebidas, interpretadas, confirmadas e levadas em consideração no preparo de ações futuras. É aqui que a comunicação ganha um papel relevante na percepção e interpretação das ações; é condição essencial da ordem social. Ordem social ou consenso não significa unanimidade, mas reconhecimento partilhado dos sistemas simbólicos.

A comunicação também é fundamental no pensamento de Mead, figura central da Escola de Chicago. É ele que elabora uma teoria das origens da comunicação e sociabilidade humanas que lança os fundamentos da interação simbolicamente mediada, redirecionando a maneira de encarar a relação individual/coletivo, na qual o

agente é fonte de estímulo para o parceiro.

A marca do pragmatismo na Escola de Chicago se evidencia na orientação enfaticamente empírica e na distância em relação às elaborações teóricas de caráter dedutivo. “A experiência com os factos, e não a visão pré-concebida da realidade, em harmonia com os princípios do pragmatismo, é a tônica da sociologia de Chicago” (Vila Nova, 1998, p. 79).

Nesse sentido, o pragmatismo diz respeito à própria concepção de sociedade, ao paradigma da sociologia de Chicago. Em Robert Park, a importância concedida ao ponto de vista subjetivo do ator social é uma provável influência de William James. A concepção dialética da relação sociedade/personalidade, central no pensamento de quase todos os autores, segundo a qual a sociedade é uma realidade simultaneamente objetiva e subjetiva, corresponde ao princípio pragmático que nega a dualidade entre o objetivo e o subjetivo, o sujeito e o objeto, o pensamento e a ação, a teoria e a prática (Vila Nova, 1998).

A ênfase na aplicabilidade do conhecimento (que foi rotulada de orientação reformista) reflete o princípio pragmático de que o critério de veracidade de uma idéia está na sua utilidade e funcionalidade, e não na sua origem; pelo seu sucesso na resolução de algum problema.

William Thomas divide com Park a liderança intelectual do departamento de Sociologia da Universidade de Chicago entre 1914 e 1918. Seu nome está mais freqüentemente associado ao clássico *The polish peasant in Europe and América*, que escreveu com Florian Znaniecki em 1919 e que inaugura a segunda fase da Escola de Chicago.

O aspecto mais original dessa pesquisa está na utilização das histórias de vida através de documentos pessoais, sobretudo cartas, como fonte de informação. Nela está definido o conceito de “definição da situação”, uma das mais duradouras elaborações teóricas de Thomas, que vai ser retomado por muitos outros autores na sociologia norte-americana. Segundo esse conceito, o indivíduo age em função do ambiente que percebe, da situação a que deve fazer frente. Para isso, vale-se das suas atitudes anteriores, que o

informam sobre esse ambiente e lhe permitem interpretá-lo. Definir a situação, portanto, depende tanto da ordem social como ela se apresenta ao indivíduo como da sua história pessoal. Com o objetivo de descobrir qual “imagem de si” os indivíduos (imigrantes) construíam é que Thomas e Znaniecki insistiram na necessidade de coletar os relatos de primeira mão (Coulon, 1995, p. 41).

George Herbert Mead também figura entre os principais nomes da Escola de Chicago, embora não tenha trabalhado no departamento de sociologia, mas no de filosofia. Sua concepção do *self* como produto da interação social é talvez a sua maior contribuição, que no entanto só veio a ser melhor difundida a partir do trabalho de um de seus alunos, Herbert Blumer, que reelabora suas idéias fundamentais e cria a denominação “interacionismo simbólico”.

Apesar da semelhança com a sociologia de inspiração weberiana, é acidental e insignificante a presença do pensamento sociológico europeu na sociologia de Chicago. Park ignorou Weber, apesar da convergência com o conceito weberiano de ação social pela ênfase no significado subjetivo das ações humanas. Vila Nova (1998) aponta uma provável justificativa no fato da divulgação do conceito de ação social e do método da “compreensão” (*verstehen*), básicos no pensamento de Weber e próximos ao conceito de interação simbólica de Mead, só ter se dado após a morte de Weber.

Essa dívida vai ser lembrada no trabalho de Alfred Schütz, que comunica a teoria da ação weberiana e a fenomenologia de Edmund Husserl. Na perspectiva da Fenomenologia Social (FS), Alfred Schütz se preocupa, de uma forma geral, com o mundo social como um conjunto de construções mentais e suas duplas raízes na experiência individual e nos padrões preestabelecidos de relacionamentos sociais e as características de diferentes domínios da experiência.

De acordo com Edmund Husserl, todas as experiências diretas dos seres humanos acontecem no “mundo da vida” (*Lebenswelt*), que é simplesmente toda a esfera de experiências cotidianas. Nas palavras do próprio Schütz,

'Mundo de la vida cotidiana' significará el mundo intersubjetivo que existía mucho antes de nuestro nacimiento, experimentado e interpretado por Otros, nuestros predecesores, como un mundo organizado. Ahora está dado a nuestra experiencia e interpretación. Toda interpretación de este mundo se basa en un acervo de experiencias anteriores que él, nuestras propias experiencias y las que nos han transmitido nuestros padres y maestros, que funcionan como un esquema de referencia en la forma de 'conocimiento a mano' (Schütz, 1974, p. 198).

Com esse “estoque de conhecimento à mão” (experiências individuais e coletivas armazenadas), o indivíduo se coloca no mundo, pois se encontra numa “situação biográfica determinada”. Isso significa dizer que o “mundo” é transposto a “meu” mundo, de acordo com os elementos significativos de minha situação biográfica. O indivíduo, como ator no mundo social, define, pois, a realidade que encontra. “El conocimiento socialmente aprobado consiste, entonces, en un conjunto de recetas destinadas a ayudar a cada miembro del grupo a definir su situación en la realidad de la vida cotidiana de una manera típica” (Schütz, 1974, p. 310. grifo meu). Isso porque o estoque de conhecimento é composto por tipificações do mundo de sentido comum. A acumulação de tipificações é que permite que os indivíduos interpretem aspectos das suas experiências. As experiências tipicamente apreendidas e interpretadas servem de base para suas ações posteriores.

Mas como as experiências “reais” nunca ocorrem de maneira típica, os indivíduos devem constantemente “definir sua situação”, ou seja, orientar-se numa situação atípica. Para Schütz, compreender o mundo social é compreender o modo em que os indivíduos definem sua situação. Essa categoria é emprestada de William Thomas, para quem as situações definidas como reais o são também em suas conseqüências (Schütz, 1974).

Desse modo, o mundo é a tipificação subjacente do sentido comum, construído na intersubjetividade, que, para Schütz, não se constitui um problema, na medida em que é tida como um pressuposto. Os indivíduos, segundo ele, confiam na estrutura básica do mundo da vida, que oferece soluções típicas em contextos típicos.

Mas se o mundo é formado de tipificações, nem tudo o que está presente numa situação dada é importante para as pessoas envolvidas. Alguns fatores impõem-se aos atores ou são escolhidos. Isso caracteriza o que Schütz chamou de sistema de relevâncias, que vai ser importante para compreender a ação social, uma vez que explica os princípios de seleção, atitudes, decisões e adesões que o indivíduo expressa e realiza. A relevância define as formas de ação⁵².

Posto que a situação biográfica e o estoque de conhecimento à mão condicionam a projeção das ações, os indivíduos são conscientes de seus motivos “para” (futuro) os quais instigam à ação; mas os motivos “por que” (passado), que poderiam explicar certos aspectos desse projetar, suas condições causais, permanecem ocultos para a consciência. Os motivos “para” formam uma categoria subjetiva e os motivos “por que”, uma categoria objetiva. É nesta formulação da dupla motivação da ação que Schütz aproxima o postulado weberiano da interpretação subjetiva do sentido com a teoria de Thomas sobre a definição da situação. A definição da situação, assim, depende do sistema de relevâncias pelo qual o indivíduo, naquele momento, se coloca no mundo.

Embora Schütz refira-se ao indivíduo, é possível pensar como os atores coletivos definem sua situação e planejam suas ações com base na ação do outro a partir de um sistema de relevâncias próprio. Os documentos produzidos por esses atores, disponibilizados na internet, podem ser considerados como síntese de como um sujeito coletivo define sua situação e interpreta aquele com quem interage e também como re-planeja sua ação.

A partir de Schütz, desenvolve-se uma teoria da ação que não busca as causas últimas ou essências das coisas, na medida em que considera que a realidade social, ou “as realidades”, é constantemente construída no fluxo contínuo da experiência cotidiana,

⁵² A importância da linguagem logo é ressaltada tanto para a tipificação (que exige sempre um processo de nomeação) como para a definição da situação, na medida em que ela define os códigos que organizam a comunicação estabelecida na interação e, conseqüentemente, a produção dos significados da ação. Schütz desenvolve, para a análise do problema da comunicação, os conceitos de marca, indicação, signo e símbolo. Seu objetivo era dar condições para a compreensão da interpretação que os atores realizam dos signos.

constituída pelas ações humanas. Ou seja, os indivíduos ao mesmo tempo *resistem à e atuam sobre* a realidade, resultando desse processo o que chamamos sociedade. Sua unidade é garantida pela partilha de significados comuns, que, todavia, não são fixos, porque dependem do endosso da ação de reconhecimento dos atores.

Segundo essas perspectivas, a realidade é construída a partir da experiência cotidiana num mundo de objetos ou mundo da vida, do sentido comum, da atitude natural. Os significados que organizam essa experiência (como estoque de conhecimento com seu sistema de tipificações) são atribuídos pelos atores nas suas ações, que são planejadas como base na expectativa da ação do outro. Perceber como as ações se realizam, bem como o significado atribuído a elas, exige observar o modo pelo qual os atores “definem sua situação”.

Todos esses conceitos – definição da situação, estoque de conhecimento, tipificações, sistema de relevâncias – são apropriados criticamente por Goffman para a elaboração do programa metodológico da *frame analysis*.

3.3 PROPOSTA PARA ANÁLISE DOS MOVIMENTOS POR JUSTIÇA GLOBAL

O recorte da pesquisa trata da apropriação, pelos ativistas dos movimentos por justiça global (MJG), do código jornalístico na produção de contra-informação nos seus *websites*. Esse código constitui um *frame*, o qual enquadra a interpretação da realidade mostrada/construída. A premissa que orienta esta tese é que nessa apropriação há um processo ao mesmo tempo de assimilação, indicação das margens do *frame* noticioso – entendido como *frame* primário – e estabelecimento de um *frame contest*, e simultaneamente de um *re-frame*.

Nos capítulos que seguem, esse processo será apresentado a partir de duas abordagens comumente realizadas sobre a relação mídia e movimentos sociais. Uma que procura evidenciar a presença do *frame* jornalístico nas ações dos ativistas, nos principais momentos de visibilidade do ciclo de protestos dos MJG (de Seattle ao Fórum Social Mundial, 1999-2001). A outra trata da linguagem ativista assumida nos

websites da rede informativa dos coletivos que mantiveram a produção da informação numa fase posterior aos protestos, caracterizando um momento mais reflexivo da ação coletiva (ou latente, como quer Melucci).

A primeira analisa a presença dos movimentos sociais na mídia – o que logram pautar, os aspectos negligenciados, as posições em disputa. A segunda analisa a chamada mídia “alternativa” dos movimentos sociais – geralmente como opositora da convencional. O primeiro trata do que chamo de intervenções ativistas nos *mainstream media* e o segundo de mídia ativista.

Assim, a concepção que orienta a discussão parte da noção de jornalismo como sistema perito (Giddens), produtor de tipificações da realidade (Schütz e Tuchman), as quais enquadram (*frame*) os acontecimentos nos limites da sua estrutura interpretativa, definidora de critérios de noticiabilidade a partir de um sistema de relevâncias, o qual caracteriza sua linguagem (código).

Os ativistas assimilam essa lógica e a subvertem em favor dos seus interesses. Primeiro apresentando-se publicamente nos protestos de modo a chamar a atenção da cobertura jornalística (portanto recriando a ação a partir dos critérios de noticiabilidade) e segundo utilizando esse *frame* jornalístico e produzindo sobre ele um ajuste (*keying*), que se verá mais adiante se tratar do que aqui se definirá *jornativismo*, num processo de *re-frame*.

Isso caracteriza o que Melucci (1996; 1999) chama de luta pela apropriação do significado. O conflito se estabelece neste caso pela busca do poder da nomeação: a capacidade de atribuir à realidade e inscrever no espaço público diferentes direções de interpretação. Está em jogo o que significa responsabilidade global sobre os rumos do desenvolvimento econômico, cultural e social, mediado pelos processos políticos. É assim que os atores coletivos desafiam os sistemas de poder, ao forçar a *accountability* dos centros de decisões. Com isso, credenciam-se para o debate político, ainda que para tanto recorram a uma linguagem etiquetada como pertencente ao sistema de poder que combatem, num processo denominado por Giddens (1991) de reflexividade.

Dessa forma, os contornos (pouco nítidos) dessa sociedade da informação vão se desenhando, a partir da volta dos atores coletivos ao espaço público, mesmo que com o acréscimo de demandas de caráter até então consideradas da esfera privada (Bauman, 2001). A informação é o recurso com o qual os atores coletivos apostam seus projetos, visões, versões de sociedade. E o mais forte emblema dessa sociedade – a internet – torna-se um dos espaços privilegiados para observar o fenômeno da construção do significado em *frame contests*.

Daí que para apreender a complexidade de tal objeto de investigação, este capítulo apresentou uma reflexão teórico-metodológica, de orientação compreensiva/interpretativa, procurando articular os conceitos dos capítulos anteriores com os procedimentos analíticos utilizados a seguir.

A análise se organiza primeiro no reconhecimento dos atores em conflito nos protestos de Seattle, Washington, Praga, Québec e Gênova e nos dois primeiros encontros do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Isso para verificar como esses protestos contêm na sua aparição pública elementos que se adaptam ao *frame* jornalístico (*frame alignment*). Trata dos *ativistas* atentos a esse caráter da ação coletiva contemporânea. A observação é realizada nos *websites* People's Global Action e nas conexões com o Indymedia que, além da análise da cobertura, oferecem *links* para matérias da imprensa internacional.

Em seguida, a análise se volta para a produção de contra-informação nos *websites*. A comunicação dos movimentos sociais na internet é chamada de mídia ativista, desenvolvida pelos *ativistas de mídia* e pelos *jornativistas*, sendo os primeiros ativistas que produzem material para expressar seu ponto de vista nos *websites* e os segundos, os profissionais de mídia que emprestam sua perícia à causa dos movimentos sociais. É o *re-frame*. Observa-se os *websites* Nodo50, La Haine, Rebelión, Indymedia e Attac.info.

Há centenas de *websites* relacionados aos protestos transnacionais, movimentos “antiglobalização” e assuntos correlatos. Por isso, é necessário delimitar o campo de análise de acordo com alguns critérios. A seleção dos *websites* se orienta pela

auto-referência, ou seja, as informações em cada uma das páginas remetem de forma circular a cada um dos selecionados, sendo o Indymedia uma espécie de centro catalisador de vários serviços de informação e de *websites* de campanhas transnacionais. Outro critério é que eles compartilham o que Van Aelst e Walgrave (2004, p. 106) chamam de mesmo *frame* de referência⁵³. Sem “significados partilhados e definições que as pessoas trazem para suas situações”, é muito improvável que haja identificação e junção de forças.

O foco se dirige para as discussões sobre economia e política globais e sobre a crítica ao neoliberalismo, temas que emergem tanto nos momentos dos protestos anticúpulas como nos momentos posteriores, em que as políticas e campanhas são organizadas e refletidas nos *websites*. Em pesquisa realizada em 17 *websites* por Van Aelst e Walgrave (2004), em 2001, a crítica à globalização ocorria por alguns temas predominantes: livre comércio, dominância econômica e distribuição desigual de riquezas entre os hemisférios norte e sul. Segundo eles, isso mostra que a globalização é enquadrada primeiramente como uma questão econômica, mas que traz conseqüências para seres humanos e ao meio ambiente. Por isso é também uma questão política, na medida em que o problema econômico cria um problema de governança democrática, uma vez que as instituições internacionais têm sua legitimidade questionada.

Estudar, portanto, os movimentos por justiça global (MJG) através da rede que formam na internet é entender que eles estão vinculados de forma fundamental às novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Como resume Rucht (2004, p. 49), os MJG são movimentos transnacionais contrários à globalização neoliberal, cujo foco é a economia e a política globais. Seu instrumento de contestação são as campanhas públicas contra as corporações transnacionais, nas quais as estratégias de relações públicas têm papel chave.

⁵³ O conceito de *frame* no contexto dos movimentos sociais foi introduzido por Snow et al. (1986) e posteriormente aplicado e desenvolvido por outros como Gamson, Meyer, Gerhards, Rucht, Walgrave e Manssens. (Ver Van Aelst e Walgrave, 2004). Neste caso, os autores procuram identificar as referências ou interpretações realizadas pelos ativistas para definir globalização.

As TICs se adaptam às necessidades ideológicas e organizacionais dos MJG, o que leva Van Aelst e Walgrave (2004) a identificar nesta parceria um “good match”, ou uma “Wahlverwandschaft” (afinidade eletiva), segundo Wilde *et al.* (2003). Isso sugere que não há uma relação de causa e efeito entre internet e tal onda de protestos, mas uma transformação das formas de mobilização e comunicação políticas.

De qualquer forma, é pela internet que os MJG duelam contra, mas também jogam com, a mídia, ao mesmo tempo alinhando-se ao *frame* jornalístico e construindo um outro, no seu trabalho de *re-frame* aqui denominado *jornativismo*.

4. ENTRE A IMAGEM E A MENSAGEM: as intervenções ativistas nos *mainstream media*

The whole world is watching.
T. Gitlin (1980)

Uma das principais marcas dos movimentos sociais contemporâneos é a sua familiaridade com o código jornalístico e com as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs). Nisso concordam diversos autores que se debruçam sobre esse aspecto da relação mídia e movimentos sociais. Castells (2000) afirma que os movimentos sociais são o que dizem ser – e o fazem via mídia. Van de Donk *et al.* (2004) observam na ação dos movimentos sociais uma preocupação com sua imagem como se “the whole world is watching”, utilizando uma expressão de Gitlin (1980). Gamson (1990) aponta para o crescimento da importância da mídia para a ação dos movimentos sociais desde a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. Rucht (2004a) identifica nesta relação uma assimetria, com vantagens para a mídia e desvantagens para os movimentos sociais. Essa é, portanto, uma relação de poder. Contudo, as análises mostram geralmente uma dicotomia que simplifica a interação de campos tão dinâmicos como uma batalha entre o bem (movimentos sociais) e o mal (mídia).

Os movimentos por justiça global (MJG) têm muito de sua constituição construída sobre a relação com a mídia. São “midiáticos” na medida em que organizam sua ação, não só mas muito, para obter visibilidade pública. Foram nomeados pela mídia primeiramente como movimentos antiglobalização (em 1999) e em diferentes contextos foram reformulando sua designação. Este capítulo trata do processo de aparição pública desses atores, de como a cobertura dos protestos do ciclo Seattle-Gênova-Fórum Social Mundial (1999-2002) orientou e reorientou as manifestações, de como os atores agendaram seus temas, especialmente a economia global e a crítica ao neoliberalismo, e como essa relação está refletida nas avaliações que os atores fazem do seu “êxito midiático” nos *websites* ativistas.

Trata-se aqui, portanto, de discutir e analisar as intervenções ativistas nos *mainstream media*, pela assimilação do *frame* jornalístico, entendido como chave de acesso à esfera pública, nas chamadas para os protestos, na cobertura dos mesmos comparada à da imprensa internacional, e nas avaliações dos resultados pós-protestos. A entrada na agenda pública, portanto, é realizada via protesto.

Assim, a análise começa em Seattle (N30, 1999) com os protestos contra a Organização Mundial do Comércio, passa por Washington (A16, 2000), nas manifestações contra o Fundo Monetário Internacional, Praga (S26, 2000) contra o Banco Mundial, Québec (A20, 2001) contra a Alca, e Gênova, contra o G8, bem como nas duas primeiras edições do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2001 e 2002). Nesse período, houve outras manifestações globais, mas essas foram as mais emblemáticas e contra cada uma das organizações alvo dos ativistas. Os fóruns sociais foram incluídos por representar dois momentos importantes: um de celebração da rede dos MJG e outro de reorientação da ação para protestos antiguerra.

Os *websites* que fornecem o material para a análise é o People's Global Action (PGA) (www.nadir.org) e a rede do Independent Media Center (IMC) (www.indymedia.org). O primeiro mantém um arquivo com textos e fotos de todas as manifestações organizadas pelos coletivos da rede de movimentos por justiça global. Boa parte do material disponibilizado pelo PGA é fornecida pelos vários centros de mídia independente espalhados pelos locais dos protestos anticúpulas e outros. Encontra-se no *website* uma seleção de notícias da grande imprensa sobre cada manifestação⁵⁴.

People's Global Action designa um coletivo surgido em 1997, com o objetivo de coordenar ações contra dois eventos no ano seguinte, o encontro anual do G8 e a

⁵⁴ Além do IMC, os *websites* Rebelión (www.rebellion.org), Nodo50 (www.nodo50.org) e La Haine (www.lahaine.org) também alimentam com informações o PGA. Juntamente com o coletivo britânico Reclaim the Streets (www.reclaimthestreets.net), se auto-referenciam e formam a rede de comunicação em torno das questões debatidas pelos MJG. Esses coletivos são analisados no capítulo 5, que trata das estratégias de comunicação interna ou da mídia ativista.

reunião da OMC, que aconteceriam quase simultaneamente em Birmingham, na Grã-Bretanha, e Genebra, na Suíça. A primeira conferência ocorreu em fevereiro de 1998, quando o coletivo lançou sua primeira carta de princípios que, entre outras coisas, se propunha a ser “um instrumento global para comunicação e coordenação de todos aqueles que lutam contra a destruição da humanidade e do planeta pelo mercado global, enquanto constroem alternativas locais e poderes populares” (Ludd, 2002, p. 19). Interessante frisar que uma das preocupações principais dos ativistas – identificados apenas pelo primeiro nome ou apelido nos artigos veiculados nos *websites* – é com o “filtro da mídia”.

O PGA organizou protestos em junho de 1999, em Colônia, Alemanha, contra o G8, e simultaneamente em várias cidades do mundo. Colônia foi uma espécie de “ensaio” para Seattle, onde ocorreria em novembro o encontro da OMC. “Dias de Ação Global” passaram assim a designar os dias de protesto contra os encontros de cúpula das instituições financeiras internacionais. Todas as manifestações subsequentes foram, como em Colônia, orquestradas pela internet. A ação é global porque não se restringe ao protesto no local do encontro, mas também em várias cidades do mundo, simultaneamente.

O Independent Media Center, ou Indymedia, surge como serviço de informação para a cobertura dos protestos em Seattle, em 30 de novembro de 1999. De acordo com a apresentação do *website*, trata-se de um “coletivo de organizações de mídia independente e de centenas de jornalistas que oferecem cobertura não corporativa (...) há mais de 150 centros de mídia independente em todo o mundo. Cada IMC é um grupo autônomo com seu próprio estatuto (...) compostos de ativistas de mídia independentes que trabalham para coordenar projetos internacionais de mídia independente”⁵⁵.

⁵⁵ Texto da apresentação do projeto do Indymedia. (www.indymedia.org), acesso em 14 de agosto de 2005.

A partir de Seattle, cria-se um padrão de manifestação, de modo a ganhar cobertura midiática – ou o que van de Donk *et al.* (2004) chamam de estratégia de comunicação externa – mas também produzem, pelos IMCs, sua própria cobertura e a disponibilizam nos *websites* – a estratégia de comunicação interna.

Como se verá mais adiante, o sucesso de Seattle não se repetiria nas manifestações subseqüentes. Entre os principais motivos estão o preparo das polícias para receber os ativistas, a previsibilidade das ações e a organização das reuniões de cúpula em lugares cada vez mais distantes e de difícil acesso.

4.1 LUTA POR VISIBILIDADE

Ao invés de inimigos, mídia e movimentos sociais, ao menos no caso dos midiáticos movimentos por justiça global (MJG), são ao mesmo tempo adversários e parceiros mais que eventuais. A repercussão da ação integra as estratégias dos atores. Para Rucht (2004a), os MJG são “profissionais de relações públicas”, os quais intensificaram e aprofundaram o curso tomado pelos novos movimentos sociais dos anos 1970 a 1990 na relação com a mídia, bem como desenvolveram um bom entendimento de como ela opera.

Como pondera o autor, esta não é uma relação fácil. Os públicos de um e de outro são diferentes, ou seja, requerem diferentes atenções. “Most, but not all, social movements and protest groups strive to get media attention and, if possible, positive media coverage, which in turn may be crucial to influencing people’s hearts and minds and, eventually policy decisions” (Rucht, 2004a, p. 29). Mas esse esforço varia muito, assim como seus resultados. Assim, enquanto os movimentos sociais lutam para entrar na agenda da mídia, esta pode reagir em algumas circunstâncias, ignorar em outras, repercutir positiva ou negativamente as atividades e objetivos dos movimentos. Isso ressalta aquela assimetria, segundo a qual os movimentos dependem muito mais da mídia que esta daqueles.

Por isso não é raro que os sujeitos dos movimentos reclamem da má cobertura midiática de suas ações e da pouca ou inadequada ressonância que uma ação,

tão estrategicamente voltada para essa cobertura, tenha obtido. Essas experiências frustradas com a mídia produzem diferentes reações entre os movimentos sociais, que Rucht (2004a, p. 36-7) nomeia de “quádruplo A”: abstenção, ataque, adaptação e alternativa. A abstenção ocorre quando os movimentos desistem de provocar impacto na mídia – estratégia de grupos mais radicais. O ataque é uma crítica explícita e eventualmente até uma ação mais violenta contra a mídia. Inclui coleta de assinaturas contra mau tratamento ou negligência em relação a algum assunto, contato com uma mídia concorrente. A adaptação é a aceitação ou exploração dos critérios de seleção midiáticos para influenciar a cobertura, geralmente desenvolvida por grupos mais “estabelecidos”. O exemplo típico é o Greenpeace. E uma reação alternativa refere-se à criação de uma mídia própria e independente.

Ao longo da história dos movimentos sociais, a estratégia da abstenção ocorreu em raras ocasiões. Na tipologia de Rucht, a New Left dos anos 1960 apresentou predominantemente a estratégia de ataque, enquanto os novos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980 desenvolveram mídias alternativas. E os movimentos contemporâneos, como os MJG, apresentam como característica principal estratégias profissionais de mídia, caracterizando o processo de adaptação.

Essa profissionalização tem a ver com a assimilação dos critérios de noticiabilidade de um jornalismo padrão. Os atores coletivos contemporâneos organizam a ação de modo a apresentarem a si e ao protesto de uma maneira que sejam rapidamente enquadrados pelas lentes e considerados material para uma boa matéria. *Adaptam*, portanto, sua ação para obter visibilidade, agendar suas pautas e se credenciar como atores válidos para o debate político.

Isso porque, de acordo com Koopmans (2002, p. 02), não é mais o público co-presente que conta, mas a audiência de massa que assiste ou lê a cobertura midiática das manifestações políticas. A importância para ativistas e autoridades de ganhar a simpatia desta audiência cresceu enormemente. É no noticiário, sobretudo, que a parte mais relevante da observação e interação mútuas entre ativistas e autoridades acontece. “Authorities will not react to - and will often not even know about - protesters that are

not reported in the media, and if they are reported, they will not react to the protests as they ‘really’ were, but as they appeared in the media”.

Se as autoridades acham que os protestos valem a pena ser respondidos, essa reação não é geralmente comunicada diretamente aos ativistas, mas o é pela mídia, e a mensagem não é só dirigida aos ativistas, mas também aos partidos, oponentes e opinião pública. É mais importante como a ação é avaliada do que como realmente aconteceu.

Koopmans (2002, p. 04) afirma que os movimentos precisam da mídia para mobilização, validação e alargamento do escopo do conflito; precisam introduzir seu discurso na esfera pública a fim de conseguir adesão; a mídia valida o fato que o movimento é um jogador importante; e a introdução ou subtração de jogadores altera relações de poder. Mas a mídia também é crucial para o fluxo de comunicação da direção inversa: o discurso midiático é fonte de informação estratégica nas quais os ativistas baseiam suas decisões e mesa de reuniões para avaliação de estratégias e, como tal, provê de informação para posteriores *rounds* de interação.

Isso não significa que hoje a mídia substitua sentimentos concretos de solidariedade e identidade partilhada. Organizações mais institucionalizadas como sindicatos e associações de trabalhadores têm acesso direto aos *policy-makers*, o que os torna menos dependentes da atenção da mídia. Não se trata de negar a relevância das realidades extra-midiáticas, mas chamar atenção para a crescente importância de se e como estas realidades são refletidas na mídia. O fluxo de comunicação é canalizado largamente pela mídia com todas as seleções e distorções que esta vincula.

Como são muitas as demandas por visibilidade, a desproporção entre o espaço disponível na esfera pública e o número de mensagens potenciais candidatas à inclusão nela implica um alto nível de competição entre grupos que almejam introduzir suas mensagens no discurso público. Para entender a dinâmica dessa competição, é necessário distinguir dois atores: os *gatekeepers* do discurso público e os *speakers* das mensagens (Koopmans, 2002, p. 7).

Como apresentado anteriormente, os primeiros são responsáveis pela seleção das mensagens e pela proeminência das escolhidas. Até a internet aparentemente não

hierárquica pré-estrutura o acesso à informação, de tal modo que certos *websites* são mais fácil e freqüentemente acessados do que seriam sem tal *gatekeeping*. Os *gatekeepers* produzem o primeiro e mais básico mecanismo de seleção na esfera pública: a visibilidade. Ela depende do número de canais comunicativos pelos quais uma mensagem é incluída e da proeminência de tal inclusão. Depende também dos valores notícia que estruturam as decisões dos jornalistas e editores para assegurar noticiabilidade aos eventos⁵⁶.

Organizadores de movimentos sociais e outros atores públicos, os *speakers*, conhecem esses critérios de seleção e tentam antecipá-los. As ações diretas do Greenpeace e dos protestos antiglobalização, por exemplo, tentam maximizar as chances de conduzir a atenção da mídia. Contudo, há limites para a influência no conjunto de visibilidade que é alocado para suas mensagens. As fontes podem manipular apenas uma pequena área dos aspectos da noticiabilidade.

Outras fontes dos mecanismos de seleção são a ressonância e a legitimidade. A ressonância é o grau pelo qual uma mensagem provoca uma reação. A mensagem é parcialmente reproduzida e pode alcançar novos públicos. Se for um apoio, é consonância (adesão). Se for uma discordância, é dissonância (oposição). Ambas são interessantes para os movimentos sociais, ainda que a reprodução de mensagens pela ressonância seja sempre imperfeita. Mesmo no caso da consonância, aliados provavelmente apóiam apenas alguns aspectos da mensagem original. Há sempre o risco, mas as mensagens que ressoam se tornam aos olhos dos jornalistas e editores mais relevantes e os atores mais proeminentes, aumentando as chances de manter a visibilidade e vir a tornar-se fontes de informação.

O grau no qual as reações apóiam ou rejeitam um ator ou suas reivindicações, Koopmans (2002, p. 11) chama de legitimidade, que é independente da ressonância, na medida em que mensagens altamente legítimas podem não ter ressonância porque não

⁵⁶ Ver capítulo 2.

são polêmicas, enquanto mensagens altamente ilegítimas podem repercutir fortemente. Idealmente, o *speaker* deseja alta ressonância e legitimidade, mas terá geralmente que se contentar com menos porque normalmente alta ressonância é apenas adquirida ao custo de um aumento em polêmica e conseqüentemente um decréscimo de legitimidade.

Assim, apenas uma pequena proporção de mensagens será incluída (visibilidade), destas somente algumas serão mais difundidas pelas reações de outros atores (ressonância) e destas apenas poucas adquirirão o *status* de legitimidade. Alguns atores em disputa serão mais bem sucedidos que outros nessa tarefa, por estratégias mais efetivas, mas freqüentemente como resultado de reações impremeditadas de outros atores. A seleção discursiva afeta a evolução do repertório dos atores, podendo resultar numa mudança para táticas, metas e formas mais exitosas.

Assim, apenas pedaços de realidade se tornam publicamente conhecidos, e como tais formam a base de informação para os atores para a avaliação dos efeitos de suas ações. Os atores podem ter informação independente da mídia, crenças e suposições sobre suas intenções e comportamento, mas a informação mediada é a mais importante fonte para muitos atores, e as crenças e suposições são influenciadas pelo discurso midiático.

Mas a esfera pública midiática não é um via de mão única, apesar do fluxo vertical de comunicação. Um número considerável de iniciativas da sociedade civil na disputa pública nas sociedades democráticas mostra que alguns passam pelos portões de seleção da mídia e conseqüentemente se tornam visíveis para novos recrutas, aliados, oponentes e autoridades. Apenas quando eles adquirem tal visibilidade, podem as ações, propostas e marcos interpretativos entrar no raio de visão de outros atores e começar a influenciar seu comportamento (Koopmans, 2002 p. 17).

Dessa forma, a maneira pela qual um tema é agendado pelo protesto não é controlada pelos ativistas. Se apenas parte da mensagem alcançou *status* de visibilidade, ressonância e legitimidade, os *websites* assumem o papel de oferta de informações

negligenciadas na cobertura das manifestações⁵⁷. A cobertura da grande imprensa internacional também integra o conteúdo dos *websites* ativistas, como forma de assegurar que a ação teve cobertura e que os pontos não contemplados naquelas notícias podem de alguma forma ser encontrados.

4.2 A MENSAGEM TORNADA IMAGEM: *FRAMING ALIGNMENT*

Em todos os protestos anticúpula, a imagem da manifestação foi uma das principais preocupações. A organização das marchas – pela internet – tinha como orientação uma espécie de ritual de aparição pública: por blocos de cores que identificavam os diferentes grupos que integravam o protesto. Isso era não apenas operacional para os ativistas na rua, mas também visualmente interessante para as lentes classificatórias do jornalismo.

Segundo Gamson, desde a década de 1950 virtualmente todos os aspectos da ação de grupos ativistas⁵⁸ são afetados pela presença real ou virtual na mídia. Essa presença afeta também a maneira pela qual as autoridades respondem à pressão. Isso muda o escopo do conflito, ampliando o papel do público na política. “Challengers are engaged in battles over meaning” (Gamson, 1990, p. 147). Isto é, as imagens, frases e metáforas utilizadas pela mídia para definir o conflito e o desafiante são centrais para determinar seu destino.

Para o autor, entender a relação entre mídia e movimentos sociais passa pela questão de como os temas são enquadrados (*frame alignment*) pela mídia e como os movimentos sociais os re-enquadram (*re-frame*). O objetivo dos grupos ativistas é

⁵⁷ Essas informações são apresentadas principalmente na forma de artigos (caso do PGA, Nodo50, La Haine e Rebelión), ficando o estilo jornalístico como prerrogativa do IMC.

⁵⁸ Gamson define esses coletivos *Challengers groups* ou apenas *challengers* como aquelas organizações dos movimentos sociais. Aqui serão traduzidos como Grupos ativistas. O autor é um dos principais autores da chamada teoria da Mobilização de Recursos e *The strategy of social protests* é o seu livro mais conhecido. Outros livros importantes dessa abordagem são *From mobilization to revolution* (1978), de Charles Tilly, e *Resource mobilization and social movements* (1977), de John McCarthy e Mayer Zald.

ampliar a composição dos seus quadros, o que permite conseguir mais recursos e apoios. Sem a mídia, é praticamente impossível atingir outras pessoas além daquelas diretamente envolvidas pela ação do grupo. Dessa forma, a mídia se constitui como um espaço estratégico para articular demandas autênticas dos membros dos grupos e fortalece a organização.

Gamson pensa nas táticas dos movimentos pelos Direitos Civis, contra a guerra do Vietnam e contra energia nuclear. Este último inaugura, bem antes portanto dos atuais MJG, as sessões de treinamento para “aparecer nas imagens”. Ao representar o papel de vítima num confronto policial, assimilando os valores notícia contra armas, álcool e drogas, os ativistas conseguiram apresentar uma auto-imagem positiva e um contraponto à “tecnologia violenta”. A cobertura mal tocou nas razões dos protestos, mas ajudou a solidificar o status emergente da energia nuclear como um tema controverso (Gamson, 1990, p. 159). E uma vez que um tema é assim designado, a prática jornalística pede equilíbrio e vai, no mínimo, ser obrigada a ouvir “os dois lados”.

Para ter sucesso em tal ação de *framing*⁵⁹, os ativistas precisam conhecer os métodos de seus adversários. Essa necessidade é frisada por Charlotte Ryan (1991), cujo livro é uma espécie de manual sofisticado para ativistas. Ela apresenta modelos teóricos de análise da mídia para defender um uso mais estratégico. Para ela, as ações de *frame* são uma questão de poder (sobre a interpretação da realidade).

Framing é mais que interpretar; é criar e atribuir significado pela hierarquia de importância a fatos da realidade em disputa. É estabelecer mecanismos de ênfase que induzem a notar alguns elementos e ignorar outros. O *frame* noticioso, por exemplo, é implícito e apresenta o mundo “empacotado”, cujos atributos são tidos como naturais. Essa naturalidade só é questionada quando um *opposite frame* lhe é confrontado.

⁵⁹ O termo *frame* é geralmente traduzido como enquadramento, mas pode significar também enfoque, versão. Aqui será mantida sua grafia na língua inglesa para preservar seu significado original. Ver capítulo 3.

As estruturas interpretativas, portanto, só são evidenciadas em disputas, nas quais a batalha é para fazer prevalecer um *frame* sobre outro. Escolher uma estratégia de disputa é implicitamente escolher também um público que, para os membros das organizações de movimentos sociais, pode ser a própria organização (para fortalecer os laços de solidariedade), apoiadores, público geral e a própria mídia. O desafio é subverter o *frame* da mídia através dos seus próprios “ganchos”, ou seja, utilizar o código para ganhar cobertura e, no processo, “emplacar” o *frame* alternativo.

Dessa forma, as intervenções ativistas nos *mainstream media* destinam-se a atingir um público que vai muito além daquele visado na chamada mídia alternativa. Os protestos dos MJG são emblemáticos dessa estratégia midiática, inaugurada em Seattle, em 1999, chegando a Gênova, em 2001 e nas edições do Fórum Social Mundial.

4.2.1 A Batalha de Seattle



France Presse

Os dias de ação global são caracterizados pelo PGA pela data em que aconteceram. Assim, as manifestações de 30 de novembro em Seattle são referidas pela marca N30, 1999. Neste dia, ativistas de diversas causas se reuniram na cidade norte-

americana para protestar contra o Acordo Multilateral de Investimentos⁶⁰, que seria discutido na reunião da OMC, a Rodada do Milênio.

De acordo com a descrição de van Aelst e Walgrave (2004, p. 101), a cidade foi tomada por ONGs, grupos de ação direta separados em marchas coloridas, que bloquearam as ruas e entraram em confronto com a polícia. As imagens dos protestos receberam da mídia a alcunha de “Batalha de Seattle”. A quase completa obstrução do dia de abertura da conferência e o fato das questões serem de interesse do noticiário internacional deixaram os ativistas com um sentimento de vitória, representado por um dos slogans – presentes nas faixas, grafites e no *website* – “We won”. Havia outras causas para o fracasso da reunião, que foi cancelada, mas a presença dos ativistas foi decisiva para o desfecho. Embora esta tenha sido uma manifestação *in loco*, a organização do protesto foi uma ação virtual na internet. Ao longo daquele ano, correu na internet uma lista que chamava para a campanha contra a OMC – “Say NO to WTO”. Essa campanha estimulou o debate e a adesão aos protestos.

Não foram apenas os ativistas que se impressionaram com o resultado dos protestos. O serviço de inteligência canadense publicou, no seu relatório 8/2000⁶¹, as táticas dos grupos ativistas, identificando alguns e nomeando-os, e a necessidade de prevenir tais “incidentes”. A manifestação de Seattle reuniu entre 50 e 100 mil pessoas (não há dados precisos). Um aspecto interessante desse evento foram as sessões de “*media training*”, nas quais os ativistas “ensaivavam” maneiras de atrair a atenção dos jornalistas presentes nas manifestações. As imagens das agências de notícias

⁶⁰ O Acordo Multilateral de Investimentos (em inglês MAI) foi concebido em 1995 por grupos de trabalho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e visava estabelecer um acordo sobre regras de tratamento e proteção de investimentos. O mecanismo seria implantado para a progressiva liberação dos regimes de investimento pela garantia de direitos a investidores estrangeiros e pela redução do poder dos governos sobre essas atividades financeiras. Ver *website* da ONG norte-americana Public Citizens’ Global Watch (www.citizen.org/trade), uma das organizadoras dos protestos em Seattle, a qual mantém um observatório do comércio global, o Global Trade Watch.

⁶¹ Perspectives. Canadian Security Intelligence Service. Anti-globalization, a spreading phenomenon. Report #2000/08.

internacionais disponíveis sobre a manifestação focam principalmente as posições mais curiosas, mais coloridas e inusitadas, mas também aquelas que mostravam o confronto violento entre policiais e manifestantes.

Esse foi o aspecto explorado pelos ativistas para conseguir cobertura midiática. O *frame alignment* aos padrões de noticiabilidade pode ser visualizado nas fotos, nas táticas e nas formas de organização dos blocos de ativistas por cores. Foi a partir do N30 que o Indymedia inicia suas atividades, fornecendo informações sobre a manifestação e com uma dura crítica à cobertura da grande imprensa.

No *website* PGA, as informações sobre o N30 dividem-se nas seções *Calls* (convocatórias), *Picture Gallery* (galeria de fotos), *Reports* (matérias sobre livre comércio e economia global), *Global Action Day Reports* (matérias sobre os protestos); *Selected Global Reports* (notícias sobre protestos em outros locais e da grande imprensa internacional). O conteúdo da maioria dos textos e também as fotos são fornecidos pelo IMC. A apresentação do N30 traz uma fotografia⁶² da Brigada do Barulho Infernal (Infernal Noise Brigade), com os ativistas vestidos com roupas escuras e máscaras protetoras contra gases. Logo abaixo um texto com o título “Seattle is only the beginning”.

O texto da convocatória⁶³ já se organiza como um *press release*, a ser enviado aos órgãos de imprensa: contém um título, um chapéu (texto em fonte menor disposto acima do título) e uma gravata (texto explicativo em fonte menor logo abaixo do título), no jargão do jornalismo.

Let our resistance be as transnational as capital!

November 30th, 1999

A Global Day of Action, Resistance, and Carnival Against the Global Capitalist System

⁶² Todas as fotografias utilizadas pelo PGA não oferecem créditos.

⁶³ <http://www.nadir.org/nadir/initiativ/agp/free/seattle/n30callen.htm>

Já é possível notar nesta disposição a assimilação da forma padrão do texto jornalístico, embora o conteúdo pouco provavelmente fosse construído pela grande imprensa, especialmente pela utilização da palavra “our” (nossa) e a explícita conotação de chamada para um protesto. Há uma combinação entre a forma jornalística e o conteúdo militante. A estrutura do *lead* – parágrafo introdutório da notícia que responde às perguntas o que, quando, onde e como – também é utilizada.

Activists from diverse groups and movements around the world are discussing, networking, and organizing for an INTERNATIONAL DAY OF ACTION on November 30th. On this day, officials of 150 governments will meet in Seattle for the 3rd conference of the World Trade Organization (WTO), at which they will decide on new policies that will further escalate the exploitation of our planet and its people by global capitalist system. Thus, there will be attempts to push through a new version of the Multilateral Agreement on Investment (MAI), strengthen intellectual property rights, and further neoliberalization through a new round of trade talks.

Ao longo do texto, há explicações sobre como as ações seriam organizadas. A chamada também orienta ações em outras cidades. O “recado” dos ativistas é dado quando explicitam o alvo dos seus protestos: o sistema capitalista, baseado na exploração de pessoas, sociedades e do meio ambiente para lucro de poucos, como causa os atuais problemas sociais e ecológicos.

O objetivo, segundo a convocatória, é “transformar a ordem do sistema capitalista” e “construir estruturas sociais e econômicas alternativas, baseadas na cooperação, sustentabilidade ecológica e democracia de base⁶⁴”. A associação entre exploração de trabalhadores, ruína de camponeses, deslocamento de populações indígenas, destruição do meio ambiente é o argumento para a formação de um movimento unificado.

O N30 é visto então como momento de união de diferentes forças sociais, solidariedade e fortalecimento dos vínculos entre grupos (trabalhadores, desempregados, estudantes, sindicalistas, camponeses, sem terra, pescadores, grupos de mulheres, minorias étnicas, indígenas, pacifistas, ambientalistas, ecologistas, etc.).

⁶⁴ No original em inglês *grassroots democracy*.

Portanto, a meta é a criação de uma rede de resistência aos programas de desenvolvimento das instituições econômicas e políticas do capitalismo.

A convocatória sugere aos grupos a estratégia do “carnaval”: criar uma atmosfera de festa com teatro de rua, piquetes, ocupação de escritórios, construção de jardins, apropriação e distribuição de produtos de luxo, passeios de bicicleta, marchas, música, dança, distribuição de panfletos e outras atividades⁶⁵.

A imprensa internacional cobriu largamente a “Batalha de Seattle”. Houve ações em várias cidades do mundo, com centenas ou milhares de ativistas, dependendo da cidade, o que gerou um critério de noticiabilidade fortíssimo: a extensão do acontecimento, que Traquina (2005) chama de notabilidade. As faixas com palavras contrárias à OMC (*WTO kills people; no commerce, no organization: self-management!; no Round, Turnaround!*) compuseram as imagens captadas pelas agências internacionais, que as distribuíram por todo o mundo.

As manifestações tornaram famosos grupos como os Tute Bianchi, na Itália, e o Black Block, na Inglaterra e Estados Unidos. Em Seattle, os ativistas fizeram uma corrente e trancaram a passagem para o Centro de Convenções, local das reuniões (fonte: Indymedia). O encontro foi cancelado, mas logo após a decisão, a polícia reprimiu as manifestações com gás de pimenta e balas de borracha, iniciando o confronto. Os chefes de Estado se pronunciaram (indignados com o cancelamento) pela imprensa.

Mas a postura da imprensa foi favorável aos protestos. Um artigo do Washington Post, intitulado “Um sopro de democracia em Seattle”⁶⁶, reconhece o papel central dos protestos para o cancelamento da reunião ministerial da OMC. Discute alguns pontos levantados pelos ativistas, como a exclusão dos representantes dos países

⁶⁵ O texto ainda apela para a tradução da chamada, oferece e-mails, endereço e telefone para contato. Há ainda uma *mailing list* para a organização do N30 e uma *discussion list* sobre as políticas da OMC, como também *links* para o *website* PGA e um específico para o N30 (já fora do ar).

⁶⁶ *A Whiff of Democracy in Seattle*, de Russell Mokhiber and Robert Weissman. Washington Post, 02 de dezembro de 1999. Disponível na página sobre N30 no PGA, seção Seattle Reports.

em desenvolvimento das decisões sobre as políticas, embora fossem convidados a assiná-las, e a questão dos subsídios agrícolas. Os jornalistas acreditam que foram os protestos que fortaleceram a posição dos países pobres na reunião.

A BBC afirma que a OMC saiu manchada de Seattle em razão do lado negativo do livre comércio ter sido mostrado⁶⁷. E o Los Angeles Times frisou o papel da internet na organização dos protestos, identificando as “origens digitais do que se tornou um dos momentos mais incendiários de uma geração”.⁶⁸

A visibilidade estava consolidada. O texto do PGA diz: “*News coverage, while following the violence, was forced to begin debating the issues. The WTO meeting finally finished without any agreement as to a new trade round :-)*”. Foi assim que os MJG agendaram seu *frame* na mídia. Questionaram a legitimidade da OMC para elaborar programas de desenvolvimento e disseram, via protesto e via mídia, que também queriam discutí-los.

Para os ativistas do N30, Seattle foi um grande êxito. O objetivo era chamar atenção para uma visão diferente sobre desenvolvimento econômico e social, muito distante do até então inquestionável consenso em torno das premissas do neoliberalismo. O *website* traz uma seção intitulada *Latest news*, na qual se lê (em caixa alta):

SEATTLE

WE ARE ALL FREE AGAIN

WE WON.

WE ARE GLAD.

WE LEAVE.

⁶⁷ *WTO tarnished by Seattle failure*, de Robert Pigott in Seattle. BBC World Service, 04 de dezembro de 1999. Disponível na página sobre N30 no PGA, seção Seattle Reports.

⁶⁸ *Protest's Architect 'Gratified'; D.C.-Based Activist Brought Diverse Groups Together* de Steven Pearlstein, Washington Post, 02 de dezembro de 1999. Disponível na página sobre N30 no PGA, seção Seattle Reports.

As imagens das agências internacionais mostram a amplitude dos protestos em Seattle. O *frame* jornalístico tratou dos eventos como um conflito entre policiais e manifestantes. Não entrou no mérito da discussão dos temas sobre livre comércio ou transparência das decisões (reivindicação dos MJG). Não pôde, contudo, ignorar a presença dos ativistas nas ruas, nem sua ação não violenta.

O “recado” dos ativistas nas faixas e cores foi dado pelas imagens e a violência contra eles também ganhou as páginas dos jornais e telas de televisão. O *frame* ativista - arbitrariedade da OMC e dos programas de desenvolvimento, práticas pouco democráticas de decisão política como causadores de injustiça social – emplacou na Batalha de Seattle, “vencida” pelos ativistas, e o N30 passou a ser o exemplo de ação bem sucedida e se transformou numa espécie de padrão para os protestos anticúpula subseqüentes.

4.2.2 Washington DC



Reuters

Se em Seattle os ativistas surpreenderam os conferencistas da OMC como a polícia, em Washington (A16, 2000), nos protestos contra o FMI e o Banco Mundial, a história foi diferente. Desta vez, o encontro aconteceu e a polícia já esperava pelos ativistas. Mas cinco meses depois do N30, o MJG já havia sido reconhecido pelos seus

adversários, os quais já admitiam publicamente que o modelo de globalização não era mais consenso.

A polícia infiltrou pessoas entre os ativistas, interceptou correspondências, fechou albergues para sem-teto, monitorou *websites* e listas de discussão, fechou gráficas acusadas de ser utilizadas para reproduzir panfletos, tudo para neutralizar os ativistas (Ludd, 2002, p. 75-6). Se os protestos não impediram a realização do encontro, eles forçaram os participantes a procurar diferentes itinerários e horários para chegar ao local das reuniões.

A página da PGA dedicada ao A16 contém menor quantidade de textos que a do N30. Traz três fotos de outros dias de ação global (posteriores) e dez hipertextos para artigos, sendo um deles apenas para as matérias sobre os protestos (*A16 Global Reports*). Há dois *links* para a página específica do A16 (já extinta) e para o Indymedia de Washington. O Indymedia centralizou a produção de informação sobre o A16, bem como ficou responsável pelos contatos (*press contact*). Isso mostra a centralidade da internet tanto para a mobilização quanto para a comunicação dos protestos.

Os textos referentes ao A16 já vão além do simples *frame contest* agendado em Seattle. O DC Indymedia traz, num dos *reports*⁶⁹, algumas sugestões, apresentadas como exigências, como a abolição do FMI, Banco Mundial e OMC, o cancelamento de todas as dívidas e programas de austeridade, conhecidos como Programas de Ajuste Estrutural (em inglês, SAPs), e ainda que os Estados Unidos garantam anistia a todos os seus imigrantes.

Os protestos forçaram uma mudança no foco das discussões do primeiro para o terceiro mundo, onde os efeitos prejudiciais da globalização corporativa são sentidos mais fortemente. A cobertura jornalística, segundo avaliação dos próprios ativistas⁷⁰, foi

⁶⁹ O texto trata das manifestações na cidade de San Francisco: “1,500 nonviolent protesters shut down market street Monday to protest the IMF and World Bank”. Página do A16 no PGA.

⁷⁰ Texto “Notes on World Bank/IMF protests, BMD conference”, do coletivo International Network on Disarmament and Globalization. Página do A16 no PGA.

novamente simpática às preocupações dos ativistas. Por um lado porque os impactos negativos da globalização sobre o meio ambiente, direitos humanos e questões de paz se tornaram evidentes. Por outro, porque alguns jornalistas também foram atacados pela polícia. Há ainda o fato de alguns ativistas terem freqüentado cursos sobre comunicação e imprensa, tornando-os mais aptos a relacionar-se com jornalistas.

Em Washington, os protestos não obtiveram um efeito meramente ilocutório – criação de um ato que se realiza na medida em que é enunciado – mas também perlocutório – provoca uma outra ação a partir da enunciação –, porque suas demandas foram incluídas na pauta da reunião. O A16 representou para os MJG um momento de legitimação do seu discurso. Não foi um evento tão grandioso como o que ocorreu em Seattle, mas os ativistas consolidaram sua imagem como atores importantes no debate sobre a globalização.

Assim, em Washington houve, além da visibilidade para as críticas ao FMI e Banco Mundial, e aos seus programas, ressonância para o *frame* ativista, com a entrada das preocupações dos movimentos na pauta de discussão. Mais exatamente consonância, tendo os MJG obtido apoio da imprensa internacional.

4.2.3 O outono de Praga



France Presse

Em setembro de 2000, os protestos aconteceram em Praga, quando o FMI e o Banco Mundial se encontraram de novo para sua conferência anual. As demandas do MJG já estavam incluídas na pauta de discussão: alívio da dívida externa dos países pobres, programas de combate à pobreza estavam mais proeminentes que antes. Mas o S26 teve menor número de participantes que o esperado e a cobertura midiática focou a violência e a depredação pelos anarquistas, pintando negativamente o MJG.

De acordo com uma notícia da agência France Presse (apud Ludd, 2002, p. 110-1), havia em Praga quase um policial para cada manifestante (11 mil para 13 mil). Tal demonstração de força não era vista desde a “Primavera de Praga”, em 1969. Foram criadas zonas de proteção, moradores das áreas próximas aos locais do evento foram aconselhados a deixar a cidade, as fronteiras e os aeroportos foram monitorados com listas de nomes de manifestantes mais notórios de Seattle e Washington.

Nas ruas, os protestos do S26 foram mais agressivos do que os do N30 e A16, com barricadas em chamas, ataques às lojas do McDonalds e confrontos violentos com a polícia, como mostram as fotos. A plataforma midiática não funcionou em Praga (van Aelst e Walgrave, 2004) e obscureceu a mensagem dos ativistas, embora o encontro tivesse sido cancelado após o primeiro dia de reuniões.

A página do S26 no PGA traz imagens da violência policial em Washington (A16). Os hipertextos tratam dos momentos antecedentes aos protestos, matérias da rua, avaliação e a longa seção S26 *Global Reports*, com a cobertura das atividades em outras cidades. Isso mostra a vastidão da rede dos MJG alimentando o *website* do PGA. E também o crescimento dos IMCs no mundo, embora em Praga o Indymedia tivesse sido pouco utilizado. Na seção avaliação (*Prague evaluation notes*), os ativistas refletem sobre a infraestrutura da mobilização, as táticas, sugestões para uma melhor comunicação, incluindo a relação com a mídia, violência, feridos, etc. Já traz a convocatória em português (além do inglês, francês, alemão, italiano e espanhol), que é uma reedição e atualização do texto que chama para os protestos em Seattle. As mensagens dos ativistas reforçaram o teor do A16, pelo cancelamento da dívida dos países pobres.

The Global Reports trazem informações sobre o dia de protestos em todo o mundo. Para Praga estava previsto um “Carnaval contra o Capital” antes da marcha pelas ruas da cidade. Cada grupo identificado por cores rumou para o local da conferência por caminhos diferentes, mas os ativistas não conseguiram chegar ao destino. Eram recebidos com bombas de gás lacrimogêneo e granadas enquanto outros jogavam pedras na polícia. Houve feridos entre ativistas, policiais e delegados e mais de 800 prisões.

O S26 representou o acirramento das divergências entre os grupos que integravam os protestos. Pela primeira vez desde Seattle, os ativistas sistematizaram no *website* do PGA um espaço para discutir o que deu certo, o que saiu errado, o que poderia melhorar. Diagnosticam problemas entre grupos socialistas e outros com hierarquia mais instituída, o que provocou desacordo em relação às estratégias⁷¹. Admitem uma falha grave na comunicação entre os diferentes espaços de organização (centro de convergência, centro médico, centro de mídia). Outra restrição foi a dominância da língua inglesa nos processos. As manifestações contaram com poucos ativistas, temerosos quanto a uma prisão, o que facilitou o trabalho da polícia.

Houve muita dificuldade para chegar a um consenso sobre que decisão tomar. Assim, as decisões foram tomadas por poucas pessoas, sem deliberação coletiva. As informações nos panfletos foram redundantes, com pouco conteúdo político, sem foco nas questões a serem debatidas. O IMC não foi utilizado e não havia fontes de informação para a mídia. O modelo de porta-vozes se apresentou problemático porque o grupo de mídia ficou desconectado do restante da mobilização. Alguns ativistas relutaram em falar com jornalistas (estratégia da abstenção), o que tornou difícil a difusão dos seus pontos de vista.

⁷¹ As divergências entre os grupos foram acirradas. ONGs como o Greenpeace, Oxfam, Anistia Internacional, Care, Médicos sem Fronteiras eram criticados por outros como Globalise Resistance (orientação socialista) e os Ya Basta! e Black Block (anarquistas) de elitistas. Neste momento, as diferenças são evidenciadas inclusive na maneira de designar os MJG: os primeiros falam em antiglobalização e os segundos se dizem anticapitalistas. Entre eles, instalou-se um conflito sobre as táticas, o que os identificava como grupos violentos versus não violentos (ver Neale, 2002).

Os pontos positivos foram o cancelamento do encontro no segundo dia de reuniões⁷², a música que não parou de tocar, as marchas rosa e prata deram o tom do S26, a inclusão do tema da pobreza na pauta das reuniões e as prisões funcionaram como fortalecimento da resistência. E finalmente, a discussão sobre vantagens e desvantagens da depredação de propriedades e sobre violência e não violência. Os ativistas reconheceram que, se eles não puderem falar uns com os outros, então “eles” (os outros) venceram.

Como isso, é possível perceber que a desorganização entre os grupos, a retenção de ativistas nas fronteiras e um processo falho de comunicação interna e externa frustrou o Carnaval contra o Capital. Os protestos se tornaram previsíveis para os policiais e a repressão foi mais efetiva. Sem o cuidado com a imagem (*frame alignment*), a mensagem não foi transmitida e prevaleceu o *frame* da grande imprensa: os ativistas causaram desordem na cidade de Praga e não tinham nada a dizer. A visibilidade neste caso trouxe dissonância e polêmica.

4.2.4 O muro de Québec



France Presse

⁷² Segundo Neale (2002), dos cerca de 400 convidados para a reunião do FMI, compareceram apenas 20. A TV tcheca mostrou as salas vazias.

Em virtude do insucesso do S26, para o encontro dos chefes de Estado do continente americano sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), em 20 de abril de 2001, os ativistas se prepararam para os protestos. Meses antes do A20, os grupos circularam na internet o *Field Guide to the FTAA Protest in Québec City*, que procurou assimilar as autocríticas para evitar os imprevistos.

A proteção policial aumentou, muito em razão da consolidação dos MJG como atores importantes no debate sobre a globalização. Em janeiro de 2001, ocorreu em Porto Alegre o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), como contraponto ao Fórum Econômico Mundial (FEM), realizado anualmente em Davos, na Suíça. O grande encontro dos ativistas na capital gaúcha e a famosa teleconferência entre intelectuais do FSM e economistas e políticos do FEM sancionaram o conflito de visões de mundo. Os ativistas rumaram para Québec mais fortalecidos.

O A20 ficou marcado pela cerca de seis quilômetros, construída em torno do centro de conferências para impedir a passagem dos manifestantes, que a chamaram de “muro da vergonha”. Os cerca de mil manifestantes que tentaram derrubá-lo receberam mais atenção da imprensa que os outros 25 mil que tomaram as ruas pacificamente (Van Aelst e Walgrave, 2004).

A página do A20 privilegia as informações sobre o dia do protesto. Faz *link* com o *website* da Alca (em inglês FTAA), mas apresenta também artigos de avaliação (*From Seattle to Québec City*). Esta é a página mais alimentada pelos IMCs e também a que oferece maior número de artigos em outros idiomas.

Os textos do A20 falam mais sobre os protestos em si, as dificuldades dos ativistas para alcançar a área protegida pelo “muro da vergonha”, do que sobre os temas que gostariam de agendar. São textos que remetem a experiências pessoais com a polícia e com outros ativistas. Poucos se dedicam a informar sobre o encontro e sobre a Alca, restringindo-se a se firmar como contrários à sua implantação.

Quando o texto não é do IMC traz só um título e o nome do autor, quando assina. Quando é do IMC, tem título e gravata. Um exemplo do primeiro é o artigo do ativista Michael Lessard, “*Two anti-FTAA demonstrations that must not be ignored!*”.

E do segundo é o artigo assinado pelo jornalista Zoe Michell, do Indymedia DC: “*Action at Rene Levesque: Wall goes down...*”, com a gravata “*A casual ‘shit goes down’ story. Except the shit is the wall of shame*”.

O *frame* ativista pode ser visualizado num deles, “*The Summit of the Americas. The view (through the tear gas) from the streets in Quebec*”, atribuído a Aaron, apenas, em que o autor questiona o acordo pela idéia de democracia, uma vez que a inclusão no acordo se restringe aos países que têm líderes eleitos democraticamente, o que exclui Cuba. O que é paradoxal para ele é a repressão violenta dos protestos, como forma de manter as pessoas longe das decisões. Comenta que a imagem dos ativistas e do movimento na mídia é retratada pelo viés da violência ou da ingenuidade e pela exploração dos aspectos vulneráveis, sem discutir as questões que os movimentos representam. Para ele, a mídia é a ferramenta mais poderosa de opressão, e por isso os ativistas devem aprender a usá-la.

Assim, o A20 amplia o *frame* ativista para o livre comércio, incluindo a questão da democracia e da exclusão dos países da América Latina. As imagens de Québec são as mais curiosas, coloridas e adaptadas ao critério do “inusitado” jornalístico. Ainda que o preço pela inclusão na agenda midiática tenha sido a pecha de violentos e/ou ingênuos.

4.2.5 Gênova de Giuliani



France Presse

O encontro do G8 de 19 a 21 de julho de 2001 em Gênova foi o episódio mais violento do primeiro ciclo de protestos dos MJG. Segundo Ludd (2002, p. 162-4), qualquer manifestante era alvo da polícia, que batia indiscriminadamente. Uma cerca como a de Québec foi montada e mais de 20 mil policiais estavam a postos, muitos disfarçados de ativistas, inclusive simulando um grupo do Black Block⁷³, quebrando vidros. Cerca de 200 mil manifestantes tomaram as ruas da cidade. A polícia também invadiu a sede do IMC e do Fórum Social de Gênova⁷⁴ e o alojamento da Escola Diaz. Documentos foram roubados, pessoas presas e espancadas, equipamentos foram destruídos.

Mas os protestos em Gênova são lembrados por causa do assassinato de Carlo Giuliani. O rapaz de 23 anos levou um tiro na cabeça e teve o corpo atropelado duas vezes por um jipe da polícia. Uma seqüência de fotos mostra um provável “*provocateur*” infiltrado entre os manifestantes, quem teria sido responsável pela violência contra Giuliani. Esse fato foi explorado tanto pela imprensa internacional quanto pela mídia ativista. E foi isso que deslegitimou o encontro do G8, pois gerou mais protestos em todo o mundo contra a repressão da polícia italiana. A imagem de Giuliani morto abre a página na internet dedicada aos protestos em Gênova, o que a diferencia das demais.

Os protestos foram enquadrados pela imprensa pelo *frame* da violência. Uma notícia da agência *Reuters* relata que a polícia italiana passou por quatro meses de treinamento com militares dos Estados Unidos. Utiliza a palavra brutalidade para referir-se aos confrontos em Gênova, que atingiram ativistas, jornalistas, policiais e pessoas não envolvidas com os protestos, e descreve o cenário como “campo de batalha militar”.

⁷³ Esse episódio marca também a criminalização do Black Block. Ver Ludd, 2002.

⁷⁴ Inspirado no Fórum Social Mundial realizado em janeiro em Porto Alegre. Vários fóruns regionais foram criados a partir de então.

Um artigo do londrino *The Observer* avalia os acontecimentos como a pior violência ocorrida em décadas na Europa⁷⁵. Descreve as atrocidades cometidas pela polícia italiana nas ruas, nos alojamento e na prisão Bolzanetto.

O grupo Black Block é culpado pela provocação dos policiais⁷⁶ e Carlo Giuliani é colocado na posição de mártir dos ativistas e as conseqüências dos protestos como momento de encruzilhada para o ativismo global. Matéria do *New York Times* mostra os ataques que os chefes de Estado e parlamentares faziam uns aos outros, exigindo investigações e cobrando das embaixadas ajuda aos feridos.⁷⁷

Se em Praga e Québec o *frame* jornalístico procurou manchar a imagem dos ativistas, em Gênova a mancha atingiu também seus adversários. Há pouca discussão sobre os pontos principais levantados pelos ativistas (livre comércio, dívida externa e acordos econômicos) nas informações tanto da grande imprensa como nos *websites*. Os artigos são relatos mais individualizados, impressionantes e emotivos. E numa quantidade muito maior. Uma das razões é que a violência é um dos critérios de noticiabilidade mais fortes, o que gera mais cobertura.

Um tema que entrou na pauta das reuniões foi o desenvolvimento de programas de combate à AIDS, especialmente nos países africanos. Mas enquanto o *frame* noticioso – consoante com a visão dos representantes do G8 – via o problema apenas como questão de saúde pública, o *frame* ativista o colocava como questão de

⁷⁵ 'You could sense the venom and hatred', de Paul Harris, Nick Paton Walsh, Martin Bright and Rory Carroll in Rome. 29 de julho de 2001. Disponível na página sobre Gênova no PGA, seção Media Reports.

⁷⁶ Neale (2002) também questiona a ação do Black Block que, segundo ele, seria formado por cerca de 300 pessoas e teria iniciado a provocação aos policiais. O fato de nenhum integrante do grupo ter sido preso (de acordo com o relato do livro) gerou rumores de que havia policiais infiltrados no grupo. Um deles teria sido o responsável por incitar Giuliani a confrontar policiais. Ludd (2002) não concorda com essa versão e assinala esse episódio como o início da criminalização do Black Block pelos outros ativistas.

⁷⁷ "Police Use of Force in Genoa Raises Outcry Weeks Later", de Melinda Hennenberger. New York Times, 8 de agosto de 2001. Disponível na página sobre Gênova no PGA, seção Media Reports.

valores, que envolve direitos de mulheres, homossexuais, que desafia o machismo, o patriarcalismo e a moral conservadora.

A página *Genoa G8 Reports* também oferece relatórios em português. Está organizada nas seções *Eyewitness Reports*, *Assassination of Carlo Giuliani*, *Police Raid on Diaz School*, *Black Block and Police infiltration*, *Bolzaneto etc*, *Prisoner Solidarity*, e *Backgrounds & post Genoa evaluation*. Ao pé da página, o link para as notícias da imprensa internacional sobre os protestos. A página tem muitas fotografias. Em quase todas as imagens enquadram policiais e manifestantes em confronto.

Na chamada para Gênova (*G8 – everyone to Genoa!*), escrita pelo grupo Tute Bianchi, os autores informam sobre a caravana de várias cidades e convocam para “o carnaval da desobediência”, que culminaria com a entrada na “zona vermelha”, área restrita e isolada pelo muro. Dizem que os protestos visam “dar aos organizadores da cúpula alguma coisa para pensar sobre”. Alertam para o que chamam de “programa usual de intimidação” da imprensa, com rumores de que o encontro seria transferido para outra cidade, que os ativistas planejavam usar aeromodelos com substâncias químicas ou sangue contaminado para ser lançado do céu... E pedem ajuda para organizar os grupos, com envio de informações para os organizadores dos protestos (Tute Bianchi e Ya Basta!).

Uma imagem não violenta em Gênova foi a da marcha Pink and Silver, com sua “frivolidade tática”. As “fadas cor de rosa” organizaram várias marchas com o slogan *Dance Down the G8*. Esses grupos produziram um contraponto pacifista ao tumulto que tomou conta das ruas da cidade.



Reuters

Em síntese, o processo de agendamento do *frame* ativista para as questões relativas à globalização, programas de desenvolvimento, livre comércio e correlatos teve uma trajetória interessante no ciclo de protestos que vai de Seattle a Gênova. Em Seattle as intervenções nos *mainstream media* se deram pelos critérios de noticiabilidade da notabilidade – os protestos foram grandiosos, inesperados e revelaram o conflito entre dois adversários. O ganho em visibilidade foi incontestável, uma vez que a cobertura jornalística foi internacional.

Em Washington, as questões levantadas em Seattle ganharam substância e as conseqüências midiáticas dos protestos foram a visibilidade positiva e conseqüentemente a consonância. Os temas foram assimilados pelos adversários e considerados ao menos como válidos para o debate. Houve inclusão de temas pela intervenção do *frame* ativista. Assim, além da ação ilocutória, os protestos geraram uma ação perlocutória.

Em Praga, houve um retrocesso. A desorganização, a dissidência entre os ativistas e as suas contradições evidentes, bem como a maior repressão por parte dos policiais, fez com que os protestos não estivessem sintonizados e o *frame* adversário também emplacou através da criminalização dos movimentos sociais. A polêmica em torno das táticas de depredação trouxe perda de legitimidade aos MJG como interlocutores válidos para o debate sobre a globalização. Sem mensagem, sua imagem ficou comprometida.

Em Québec, a mudança de foco dos protestos das instituições como OMC, FMI e Banco Mundial para um acordo de livre comércio como a Alca, ampliou o *frame* ativista para as questões regionais e a desigualdade econômica e política entre países centrais e periféricos. Com um trabalho mais cuidadoso com a mídia (os IMCs centralizaram a produção e oferta de informação aos jornalistas), os MJG recuperaram parte da legitimidade perdida em Praga e se tornam fontes de informação para a imprensa internacional, forçada a ouvir esse “outro lado”, que é mais uma exigência do padrão jornalístico.

Em Gênova, um aspecto interessante: com a consolidação dos MJG como adversários de peso, a repressão contra eles foi mais forte. Embora o teor tanto da cobertura jornalística como das avaliações dos ativistas tenha ficado restrito aos confrontos violentos entre policiais e manifestantes, houve, por parte da imprensa internacional, uma repercussão positiva da visão dos MJG pela condenação da violência contra eles.

A consonância midiática em relação aos protestos em Gênova provocou ao mesmo tempo um fortalecimento da rede e um recuo das manifestações. Isso significa que a solidariedade entre os ativistas dos MJG aumentou, mas gerou também um refluxo dos protestos, primeiro pelo trauma do assassinato de Giuliani e mais tarde pela onda de antiterrorismo que tomou conta do noticiário internacional depois do ataque aos prédios do World Trade Center, em Nova York. A partir de 11 de setembro daquele ano, qualquer manifestação poderia repetir a violência de Gênova e todo ativista passou a ser considerado um terrorista em potencial.

4.2.6 Fórum Social Mundial - celebração



Reuters

Em janeiro de 2001 foi organizado o primeiro Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre. Contou com a participação de aproximadamente 20.000 pessoas, das quais cerca de 4.700 eram delegadas de diversas entidades, abrangendo 117 diferentes países. A imprensa também esteve bastante presente com 1.870 jornalistas credenciados.

Funcionou como um momento de celebração da rede dos MJG ao reunir para um encontro, e não para um protesto, os atores globais em torno de uma idéia, a de que “um outro mundo é possível”. Segundo seus organizadores, o objetivo do FSM é apresentar alternativas para as políticas elaboradas pelas instituições do capitalismo global⁷⁸. Para Houtart e Polet (2002), Porto Alegre é o estabelecimento de uma referência, de uma instituição permanente, e um salto qualitativo em relação às manifestações que o precederam. É o momento “face a face” dos ciberativistas do MJG.

Propõe-se a realizar uma síntese das visões dos atores coletivos participantes e o fortalecimento dos nós das redes de movimentos. Os coletivos presentes no FSM se apresentam como parte de um movimento que cresceu a partir de Seattle que rechaça as políticas neoliberais da globalização e os processos antidemocráticos representados no Fórum de Davos. Tomam o modelo de gestão participativa de Porto Alegre (administração do Partido dos Trabalhadores) como alternativa concreta possível.

As várias oficinas, seminários e conferências procuraram articular os problemas gerados pela globalização neoliberal, como racismo, a escravidão, o genocídio de indígenas, a destruição do meio ambiente, a dívida externa, os paraísos fiscais, as privatizações, as corporações internacionais, o comércio injusto, o FMI, o Banco Mundial, a OMC, a OTAN, a concentração de terra, renda e riqueza, dentre outros. Com isso, pretendem ampliar o debate sobre a globalização para além da esfera econômica.

⁷⁸ Ver *website* www.forumsocialmundial.org.br.

O *frame contest* ficou evidente na própria nomeação do encontro: enquanto os participantes em Davos discutiam problemas de um ponto de vista econômico, os participantes em Porto Alegre frisavam que os mesmos problemas teriam de ser vistos de um ponto de vista social. Firmava-se neste antagonismo a diferença de enfoque das questões. Na convocatória de 2001, as 189 organizações que assinam o texto dizem: “Davos representa a concentração da riqueza, a globalização da pobreza e a destruição do nosso planeta. Porto Alegre representa a luta e a esperança de um novo mundo possível, onde o ser humano e a natureza são o centro de nossas preocupações”.

Sem fontes privilegiadas como as autoridades do FEM, o FSM teve que agendar sua existência pela notabilidade do número de participantes, pela presença de intelectuais respeitados, forçando a imprensa, ainda que hesitante em relação às causas do FSM, a incluir no noticiário o *frame* ativista.

A principal crítica da imprensa se dirigiu ao fato de que o FSM não apresentou alternativas concretas para os modelos de desenvolvimento econômico e social vigentes, embora a Carta de Princípios do fórum o coloca como espaço de encontro e troca de informações, para que as alternativas sejam construídas nos espaços locais a partir de questões específicas. Contudo, esta visão não era compartilhada por todos os participantes do FSM, discordância que ganhou espaço na imprensa.

A cobertura jornalística enfocou dois acontecimentos, os quais tornaram célebre o primeiro FSM. Um foi a teleconferência com os participantes do Fórum Econômico Mundial, em Davos, especialmente por causa da fala do administrador do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), Mark Brown. Embora ele tenha reconhecido a importância da participação da sociedade civil nas decisões coletivas, esta deve, segundo ele, aceitar as “regras do jogo” (Houtart e Polet, 2002). Outro foi a destruição de uma das plantações de alimentos geneticamente modificados realizadas pela Monsanto, ação capitaneada pela Confederação Camponesa da França, personalizada na mídia pela figura de José Bové.

As discussões se organizaram em torno de quatro eixos temáticos: a produção da riqueza e a reprodução social – que tratou das questões econômicas; o acesso à

riqueza e a sustentabilidade – sobre a dimensão ambiental da globalização; a afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos – sobre cultura política e cidadania; e poder político e ética na nova sociedade – que abordou temas da participação política, governo e instituições democráticas.

Esses eixos foram mantidos no FSM II, realizado no ano seguinte, com participação de mais de 50.000 pessoas, 12.274 delegados representando 123 países. A imprensa compareceu com 3.356 jornalistas, sendo 1.866 brasileiros e 1.490 estrangeiros de 1.066 veículos. A novidade ficou por conta das 622 atividades autogestionadas (seminários e oficinas organizados pelas entidades participantes do FSM).⁷⁹

Houve no segundo fórum uma preocupação maior com os rumos dos MJG, refletindo as ações até então desenvolvidas, e as questões de guerra, visualizadas nas propostas do eixo 4 (A contra-ofensiva neoliberal: contradições, desafios e oportunidades) e também o acirramento das discussões sobre migrações internacionais, combate ao fundamentalismo e à discriminação.

O primeiro FSM marca a ascensão do que os ativistas lá presentes chamaram de grande movimento transnacional contra a globalização neoliberal. Foi o momento da sua celebração e da afirmação de um *frame* contrário, simbolizado no slogan “um outro mundo é possível”. A segunda edição já sofreu as conseqüências, ainda que os eixos básicos tenham sido mantidos, da onda antiterrorista que emergiu depois do ataque ao WTC, bem como das fortes dissidências entre os organizadores, participantes e outros atores coletivos.⁸⁰

⁷⁹ O número de participantes dobrou no terceiro FSM, passando para cerca de 100 mil. Em 2004, o evento foi realizado em Mumbai, na Índia, e recebeu em torno de 75 mil pessoas. No ano seguinte, o fórum volta a Porto Alegre e conta com mais de 150 mil inscritos. Em 2006, o FSM foi descentralizado e realizado simultaneamente em três cidades de três continentes (Américas, Ásia e África): Caracas, na Venezuela, Karachi, no Paquistão, e Bamako, em Mali.

⁸⁰ No capítulo 5, essa dissidência é analisada a partir dos debates entre os ativistas nos *websites*.

Isso representou para os MJG uma reorientação da ação para protestos antiguerra – nomeadamente contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos. Com isso, o *frame* que organizava a mensagem dos MJG sobre o comércio internacional, programas neoliberais de desenvolvimento e suas conseqüências humanas e ambientais deu lugar a um outro *frame*, organizador da oposição dos MJG à militarização das relações internacionais. Com isso, o ciclo de protestos se fecha e os MJG tomam outra direção ao privilegiar o ciberativismo, ao qual voltam seus esforços a partir de então.

4.3 DE FATO A FONTE

O *frame contest* que se estabeleceu entre os MJG e as instituições do sistema econômico e financeiro do capitalismo ocorre num cenário midiaticizado, no qual as estratégias de comunicação desempenham um papel fundamental na configuração do conflito, bem como nos seus desdobramentos, caracterizando um processo reflexivo de *framing* e *re-framing*, tanto por parte dos MJG como da mídia.

O quadro da grande imprensa para os MJG desenha-os predominantemente como ativistas violentos, responsáveis por depredações, portadores de uma ideologia anarquista, mas também criativos. Privilegiou a cobertura pelo critério de noticiabilidade do conflito, da anormalidade, por isso pintou as táticas de desobediência civil como “distúrbio” e, ainda que as cores tenham sido favoráveis à sua mensagem, foi por esse viés que os MJG tiveram sua imagem construída. Por ele, os MJG ganharam visibilidade e passaram a existir no cenário político.

O trabalho de *re-frame* se deu pela entrada na agenda, pela inserção de pontos de discussão nas reuniões anticúpula pelo gancho do *frame* jornalístico. Ou seja, a mensagem foi dirigida aos adversários via imprensa e não diretamente. A inclusão das questões na pauta das organizações se deu, portanto, pela midiaticização do *frame* ativista. Pela definição da *frame analysis*, o entendimento até então consensual sobre livre comércio e programas neoliberais deixa de ser apresentado como “natural”, pois a ele foi contraposto um outro, que desestabiliza as estruturas interpretativas vigentes.

A trajetória dos protestos anticúpula mostra que a relação com a imprensa e mídia em geral foi fundamental na orientação da ação e condução da mensagem. A espetacularização da ação não se apresenta desprovida de conteúdo político, mas ao contrário, evidencia uma mudança nas formas de intervenção política, neste caso, intervenção ativista nos *mainstream media*.

A maneira pela qual a imprensa se refere aos protestos indica por qual imagem a mensagem dos MJG foi difundida. Assim, a “Batalha de Seattle” foi o primeiro golpe dos ativistas na aparente tranquilidade reinante no mundo político e econômico. O *frame* ativista foi apresentado ao mundo pelas lentes da imprensa internacional e o *frame* vigente, endossado pelo jornalístico, mostrou sua vulnerabilidade.

A imagem de Seattle permaneceu em Washington e foi a garantia de que a estratégia era mesmo bem sucedida e poderia transformar o ganho de visibilidade em ganho de substância política. Praga foi mostrada pela imagem da desorganização, da depredação de prédios, captada pelo *frame* jornalístico que remeteu os protestos a um “outono de Praga”, subvertendo a memória da primavera de 1969, o que provocou aos MJG perda de legitimidade. Québec foi vista pela imagem do “muro da vergonha”, que tornava explícitos os métodos antidemocráticos de deliberação política criticados pelos ativistas. Foi a retomada da legitimidade pela ampliação do *frame* ativista para as questões de democracia. Gênova foi o palco da morte de Giuliani, imagem dos protestos, motivo ao mesmo tempo de trauma e júbilo para os MJG.

Dessa forma, assim como não há homogeneidade na rede dos MJG, também não houve uniformidade na cobertura jornalística. Aos ganhos em visibilidade ocasionalmente se verifica perda em legitimidade. A organização dos protestos tornou-os pratos perfeitos para o menu jornalístico: todos eles contêm valores notícia suficientes para garantir a cobertura.

A batalha de Seattle foi o único acontecimento que apresentou os critérios da novidade e do inesperado. Uma vez que os MJG passaram a existir, os protestos subsequentes foram enquadrados pelos critérios da atualidade e da relevância. Todos

ofereceram aos jornalistas os critérios da notabilidade e do conflito. O primeiro refere-se à quantidade de pessoas envolvidas – e os protestos sempre reuniram milhares de pessoas –, e à inversão do curso normal dos acontecimentos – os protestos sempre são disruptivos. O segundo trata da identificação de dois adversários num combate: este foi o *frame contest* que interessava aos ativistas.

Assim organizados, os protestos apresentam o valor notícia da disponibilidade, pois facilitam o trabalho jornalístico. A notabilidade do número garante ainda o valor da visualidade, já que os protestos oferecem boas imagens para as matérias. No caso do MJG, o *frame alignment* fez da imagem a sua mensagem.

Aos valores notícia de seleção somam-se os valores de construção da notícia. As chamadas para os dias de ação global procuram adaptar a mensagem aos critérios de simplificação, procurando eliminar ambigüidades e apresentar claramente seus pontos, e do que Traquina (2005) chama de consonância, ou seja, a inserção do acontecimento numa narrativa já conhecida, o que no jargão jornalístico é conhecido como “suíte”. Outro valor é a dramatização, disponível principalmente no caso de Gênova.

A aparição pública e midiaticizada dos MJG não pode ser ignorada pela imprensa porque provocam uma concorrência entre veículos que estão atrás de exclusividade, assim tornando os MJG fontes de informação. Esse fator talvez seja o maior ganho das nem sempre satisfatórias intervenções ativistas nos *mainstream media*: de objeto a compor uma imagem jornalisticamente interessante, os MJG alcançam a posição de fonte de informação, credenciando-os como interlocutores importantes no debate político.

Ainda que o período pós-Gênova tenha representado um recuo em termos de visibilidade do *frame* ativista inaugurado em Seattle, ele significou também a virada dos MJG para a sistematização da informação para a construção de uma mensagem alternativa. Tendo esgotado a estratégia das intervenções ativistas nos *mainstream media*, os MJG partem para a sua própria mídia, hospedada na internet, produzida por ativistas familiarizados com a linguagem jornalística – os *ativistas de mídia* e os *jornativistas*.

5. ENTRE A PERÍCIA E O ENGAJAMENTO: a mídia ativista

Contra los que se han apoderado de la expresión y el language, y los han vaciado de potencial subversivo.

La Haine

O ciclo de protestos Seattle – Fórum Social Mundial apresentou, via imprensa, a existência de um outro *frame* para as questões que envolvem o comércio internacional, suas regras e princípios. Este foi o aspecto da visibilidade da rede dos movimentos por justiça global (MJG): a estratégia de enfrentamento de uma autoridade específica contra uma lógica de tomada de decisão. Depois de Gênova, outro aspecto da ação das redes passou a ser privilegiado, o da latência, que permite experiências com novos modelos culturais, criando novos códigos. A latência alimenta a visibilidade e esta reforça as redes submersas, fornecendo-lhes energia para renovar a solidariedade e atrair novos militantes (Melucci, 1999).

Das manifestações nas ruas, os ativistas dos MJG passaram, após esse ciclo, a desenvolver primordialmente campanhas internacionais de protesto ou pró-ativas pela internet. O ciberativismo – que não se restringe ao hackativismo⁸¹ – se caracteriza pela construção de um código híbrido que combina a noticiabilidade assimilada para os protestos e uma linguagem militante própria dos movimentos sociais.

Ou seja, a necessidade de entrar na agenda midiática – sem o que resta aos movimentos sociais a marginalidade – “treinou” os ativistas para a produção da sua própria mídia e, com isso, os critérios de noticiabilidade já fazem parte de sua prática informativa. Tendo entendido que o “preço” da entrada na esfera pública é valer-se do *frame* noticioso, a mídia ativista contém muito das convenções do jornalismo padrão.

⁸¹ Hackativismo é a ação virtual pela qual os grupos ativistas procuram apoio a algumas causas ou campanhas. Pode ser ainda ataque a *websites*, como inundação da caixa de mensagens dos adversários, para travar o sistema operacional, ou ainda lista de assinaturas em favor ou contra determinada situação. Ciberativismo já envolve o conjunto de ações desenvolvidas pelos ativistas pela internet, incluindo a produção de informação e a realização de campanhas globais.

Este capítulo trata da linguagem construída pelos ativistas nos seus espaços comunicativos da internet. Privilegia aqueles *websites* que se propõem um projeto de mídia “alternativa”, segundo seus próprios termos. Assim, o principal serviço de informação é o Independent Media Center (www.indymedia.org), organização que centraliza quase toda a informação sobre os temas caros aos MJG, formado por jornalistas e ativistas de mídia. Outro *website* é o ATTAC.info (www.attac.info), um serviço criado pela organização ATTAC – Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos – especialmente para coordenar as campanhas internacionais. E também os coletivos La Haine (www.lahaine.org), Rebelión (www.rebellion.org) e Nodo50 (www.nodo50.org). Os dois primeiros apresentam um perfil mais próximo aos padrões profissionais do jornalismo (*jornativistas*), enquanto os outros três são mais enfáticos na sua recusa da “mídia corporativa” (*ativistas de mídia*).

Nesses *websites*, o *frame* ativista é mais profundamente desenvolvido. Neles é possível observar os processos de ajuste (*keying*) a partir do código jornalístico, resultando disso um novo significado para a questão em debate (*re-frame*). Então, se o protesto funcionou para os MJG como inscrição do *opposite frame* na esfera pública, o ciberativismo opera como processo de recriação dos temas para os próprios ativistas. Mas a principal justificativa dos ativistas para a criação de sua mídia é a negligência e a superficialidade da cobertura jornalística.

Dessa forma, o que comumente se chama mídia alternativa será questionado em favor das características de uma mídia ativista, uma vez que os pressupostos da primeira dificilmente são realizados. Mais uma vez, a discussão sobre processos de mediação se faz necessária, para não desembocar numa visão instrumentalista de técnica, segundo a qual bastam boas intenções políticas para que a comunicação democrática se concretize.

Como se verá mais adiante, este ideal é mais complexo do que sonham os ativistas de mídia e jornativistas. A comunicação dos movimentos sociais na internet, como qualquer processo de tematização, traz conseqüências que os emissores não podem controlar. Pross (1997, p. 71) lembra que “uma vez mencionado, o tema se torna

independente. O confronto de opiniões cria um novo sentido, por sua vez sujeito a um número gratuitamente elevado de interpretações e capaz de entrar em confronto com a moral pública, jurídica ou religiosa ou com todas elas ao mesmo tempo”.

5.1 A MÍDIA ATIVISTA É ALTERNATIVA?

Alternativa, comunitária, oposicionista, contra-hegemônica, de resistência, engajada, independente, livre, radical. Qualquer iniciativa que se valha de meios de comunicação sem objetivos comerciais recebe essa sorte de adjetivos. Mas a despeito desta ou daquela designação, todas se referem ao universo de pessoas que compartilham uma visão negativa da mídia padrão, convencional, comercial, corporativa (e por aí também proliferam modos de nomeação) e uma esperança no efeito transformador dessa mídia por elas comandada. O que se nota é uma sobrevalorização do poder dessa mídia “menor” e uma idealização dos seus executores quanto ao seu papel na sociedade.

Com isso, o termo “alternativo” se torna um paroxismo, pois algo é sempre alternativo em relação a uma outra coisa. Por isso as experiências de comunicação dos MJG são melhor entendidas se colocadas sob a alcunha de *mídia ativista*, para enfocar a análise da mídia dos movimentos sociais e excluir as demais práticas.

A história das experiências com mídias alternativas está profundamente relacionada à prática dos movimentos sociais (Downing, 2002). Os estudos sobre essas experiências, no entanto, dificilmente separam o que é análise científica da visão normativa presente no discurso dos próprios ativistas. Ele prefere o termo “radical” a alternativo, justamente por entender que este termo mais oculta do que revela; é mais firme naquilo que exclui – a mídia comercial – do que naquilo que significa.

Mídia radical, na definição do autor, expressa uma visão diferente em relação às políticas, prioridades e expectativas hegemônicas. Coloca-se contra a pauta dos poderes instituídos e seu papel é manter viva a visão de como as coisas poderiam ser. Seu público é ativo, embora se circunscreva às organizações dos movimentos sociais.

É muito difícil diferenciar a mídia radical da não radical e daquela aparentemente radical. Essas experiências podem ter orientações progressistas ou

reacionárias, democráticas ou racistas e, às vezes, esses opostos convivem. Para Downing (2002), muitas vezes, essa mídia se atrapalha com a profundidade de seu radicalismo, se colocando na situação do “ou isto ou aquilo”, comprometendo sua intenção democrática.

Apresenta vários formatos, não quebra todas as regras, é uma mídia de pequena escala, com conteúdo às vezes atraente, outras entediante, repleto de jargões, alarmantes, ou inteligentes. Coloca-se dois propósitos: expressar verticalmente uma oposição às estruturas de poder e obter horizontalmente apoio para uma rede de relações. Essas características enumeradas pelo autor são resultado de uma vasta pesquisa sobre diferentes experiências de mídia radical, como a do jornal português República e da Rádio Renascença, durante a ditadura franquista; a do jornal italiano Il Manifesto e das rádios Popolare e Alice; da televisão comunitária nos Estados Unidos, bem como das rádios Berkeley e KPFA; e ainda o *samizdat*⁸², na antiga União Soviética.

Em todos os casos, Downing procura mostrar que, ao mesmo tempo em que esta ou aquela orientação ideológica buscava uma forma mais democrática de comunicação, a produção da informação apresentava os mesmos vícios que os ativistas criticavam na sua mídia opositora: supressão de informação, censura e visão parcial (atribuindo a si o monopólio da crítica, por exemplo), sempre adequada aos objetivos políticos do grupo. Além desses, adicionavam-se problemas gerados pela falta de profissionalismo, como o imprevisto e a imediação, resultando numa comunicação de gueto.

Então, se a mídia ativista procede de forma semelhante à mídia convencional, *alternativa* não parece ser um adjetivo adequado. A oposição pura e simples não a torna diferente, mas apenas se coloca de outro lado. Aqui talvez se insira a questão do par

⁸² Publicações independentes de circulação clandestina, com poemas, romances e ensaios. Material precário, datilografado, geralmente cópias de carbono borradas, produzido na década de 1960 (Downing, 2002, p. 452).

forma e conteúdo: o que definiria uma prática alternativa – o que se diz, como se diz ou uma relação mais complexa entre ambos? Por isso a idéia de *frame* é chave para enfrentar o dilema. A um *frame* estabelecido como natural se opõe um *frame* adversário, que desafia a organização do mundo daquele. Por isso a proposta de entender essa prática como mídia *ativista*, pois são os ativistas que empreendem tal trabalho de *re-frame*.

Isso não significa afirmar que de nada valem as iniciativas de comunicação radical, alternativa ou ativista ou que elas não tenham contribuído para a democratização da esfera pública em diferentes contextos históricos. Apenas é necessário frisar que o processo de comunicação é mais complexo do que parece e merece uma abordagem mais criteriosa. A mera posse dos meios de comunicação, como demonstrado na pesquisa de Downing, não garante sozinha que o processo seja mais democrático.

Se a prática da mídia alternativa teve seu papel em outros momentos, neste é preciso considerar outros fatores que influenciam a comunicação dos movimentos sociais. Um deles é o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação (TICs), que incide diretamente sobre os processos de sociabilidade contemporâneos e, portanto, sobre a forma de expressão dos sujeitos e atores coletivos. E ao contrário das características da mídia radical, a mídia ativista dos MJG não carece de profissionalismo. Ao contrário, esta vai ser a sua marca: uma competência técnico-comunicativa.

5.1.1 Ciberativismo político

Se a mídia radical dos movimentos sociais apresenta essas características, o que dizer da internet como veículo ativista? O que dizer do ciberativismo? É ele alternativo? Gustavo Lins Ribeiro (2002) coloca mais uma questão: como a internet altera as práticas políticas dos atores coletivos?

Ciberespaço⁸³, cibercultura e ciberativismo, antes de qualquer coisa, referem-se genericamente ao contexto das práticas sociais desenhadas nas redes de comunicação eletrônica. Para Ribeiro (2000), o ciberespaço representa um novo domínio de contestação, sendo a internet a base tecnológica que abre a possibilidade do surgimento de uma “comunidade transnacional imaginada-virtual”.

Com isso, ele não quer dizer que a internet é a promessa de um “admirável mundo novo”; ao contrário, frisa que a inovação tecnológica é ambígua, apresentando tanto um potencial utópico quanto distópico. Ele quer na verdade pensar como o ativismo à distância muda a forma de fazer política na sociedade da informação.

A política na rede é informada pelos mitos de origem da internet, ou seja, as versões militar, científica e contracultural estão presentes nas questões colocadas pelos ciberativistas: liberdade de expressão versus censura, interesses capitalistas versus comunitários, por exemplo.

O problema da censura se inverte na internet, de uma maneira geral. Ao invés de falta de informação, o que se tem é uma superabundância dela. A oferta supera a capacidade de processá-la, ocorrendo o que autores como Ramonet (1999) chamam de censura democrática, diferentemente da censura autoritária, que restringe e proíbe. Ao invés do *black out* – falta de informação –, tem-se o *white out* – excesso que provoca desinformação –, o que exige dos ativistas a definição clara de suas agendas.

E definir claramente as agendas depende do reconhecimento do adversário. Como na política contemporânea, esse adversário não se encontra em *bunkers*, ele é construído simbolicamente no que Ryan (1991) chama de *frame contests*. Daí que a

⁸³ A palavra "ciberespaço" surgiu em 1984 num romance de ficção científica de William Gibson. Para Lévy, (1996, p.92) designa "o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto de sistemas de comunicação eletrônicos [...], na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização". Refere-se ainda aos conceitos de tempo real, hipertexto, interação, virtualização da informação - que está fisicamente situada em algum lugar, mas também virtualmente presente em cada ponto da rede onde seja solicitada. Essa característica conduz também à virtualização das organizações, que tornam-se cada vez menos dependentes de lugares determinados.

expressão de Ribeiro “comunidade transnacional imaginada-virtual” sugere que a internet se constitui, para os ciberativistas, como uma comunidade que é imaginada, tanto quanto seus adversários (o que não significa que sejam irreais, mas construídos simbolicamente). Segundo ele, o testemunho à distância leva ao ativismo (também à distância). Dessa forma, a internet amplia a esfera pública e a ação política, sem, contudo, substituir outras formas de relacionamento.

Portanto, não é a Internet que cria um provável “movimento social transnacional”, como sugerem algumas avaliações⁸⁴. Mas o suporte tecnológico agiliza os contatos e acelera a entrada de temas na agenda de discussão pública e o processo de tomada de decisões em relação a eles, ainda que num nível simbólico-discursivo. Pois, na medida em que os atores em rede organizam a informação, atribuindo-lhe um significado diferente do estabelecido, eles mantêm a capacidade de produzir (ou anunciar) mudanças na sociedade.

Outra ressalva é feita por Rousiley Maia (2002), que reconhece que as TICs facilitam o armazenamento e circulação, agilizam as buscas, mas não determinam o procedimento de interação comunicativa nem garantem a reflexão crítico-racional. Portanto, se haverá ou não o debate, é algo que não pode ser decidido *a priori*, pois ele é mais que uma pluralidade de vozes. Em outros termos, há imensa oferta de informação, mas não necessária nem automaticamente isso implica em comunicação.

Embora a internet abra a possibilidade para uma interatividade não observada nos outros veículos de comunicação e seja possível entendê-la como um espaço em que

⁸⁴ Algumas análises supervalorizam o ambiente da Internet para a democratização da comunicação. Moraes (2002) entende que a possibilidade de transmitir as reivindicações se dá sem “os filtros ideológicos e as políticas editoriais da chamada grande mídia” e também permite “driblar o monopólio de divulgação, permitindo que forças contra-hegemônicas se expressem... “No ciberespaço, as contradições não precisam ser silenciadas, porque é da essência mesma do virtual a veiculação simultânea e indefinida de conteúdos, pouco importando as suas procedências, os seus alinhamentos ideológicos, as suas armas de confrontação e fascínio”. Na mesma direção, Lévy (1996, p. 203) afirma que “o ciberespaço é justamente uma *alternativa* para as mídias de massa clássicas. [...] encoraja uma troca recíproca e comunitária enquanto as mídias clássicas praticam uma comunicação unidirecional na qual os receptores estão isolados uns dos outros” (grifo meu).

todos podem falar, não é verdade que todos são ouvidos. Até porque o recurso da interatividade é pouco e raramente explorado pelos ativistas, como frisam van de Donk *et al.* (2004), que ainda notam que a comunicação na internet é ainda uma via de mão única. Para os movimentos, a internet não é nem um meio externo – de *broadcasting* como a televisão, o rádio e os jornais – nem um meio interno – responsável somente pela produção de *newsletters*. Ela é ao mesmo tempo um meio interno e externo e não apenas uma ferramenta, mas também um alvo de protesto e dissenso. Por essa razão, seu uso pelos ativistas não faz dela apenas uma “mídia alternativa”, onde é possível difundir suas visões, mas um espaço híbrido no qual atuam ativistas e jornalistas dos *mainstream media*.

Em virtude disso, embora os ativistas puguem o livre fluxo de informação, alguns meios de organizá-la e canalizá-la são necessários para evitar o *white out*, o que implica na necessidade de uma centralização, contrariando os desejos de uma comunicação sem qualquer amarra. Conflitos sobre o que publicar ou não também existem, portanto, na cibercomunicação.

Como ferramenta de empoderamento dos movimentos sociais, sabe-se muito pouco sobre a internet. Alguns mitos, no entanto, Rucht (2004b) faz questão de combater. Em primeiro lugar, a mera existência de *websites* ativistas não significa que a mídia convencional foi ou será substituída pela internet como ação estratégica. A repercussão ainda é importante e esses *websites* estão restritos aos próprios ativistas.

As mobilizações transnacionais teriam sido impossíveis sem a rede, contudo vários exemplos da era pré-internet mostram que sempre foi preciso longo período de preparação. Então é preciso diferenciar atividades impossíveis de se realizar sem a internet e aquelas que foram por ela facilitadas.

O autor não acredita que a expansão da internet signifique que ela seja uma ferramenta de grande importância para a comunicação política nem que a presença na internet diminua a diferença de poder entre “fracos” e “fortes”. Para ele, a tendência é o reforço dessa diferença, uma vez que ela também é fonte para os adversários dos ativistas, não sendo, portanto, uma prerrogativa dos movimentos por justiça global.

A justificativa do autor é que os ativistas já são usuários da internet e não há indícios da sua importância para a mobilização. A mídia convencional continua a ser a principal fonte de informação para não mobilizados. A internet é útil para quem já está habilitado a procurar informação nela. Por isso não está claro, para ele, se a internet é igualmente efetiva para a mobilização política como é para a reunião de informações. Também não há um controle de qualidade dessas informações. Se todos podem falar, fica difícil separar o joio do trigo, o que afeta a confiança nas informações veiculadas na rede.

O que Rucht não percebe é que a internet propicia diferentes níveis de empoderamento, dependendo da estrutura organizacional dos grupos ativistas. Empoderar significa desconcentrar recursos (econômicos, políticos, sociais, culturais) de modo a reverter a desvantagem e decidir de forma autônoma sobre o próprio destino (Horochovski, 2005). Assim, a internet tende a conferir maior empoderamento a grupos pouco formalizados e a facilitar práticas preexistentes nos mais institucionalizados (Bennet, 2004).

Como a internet é um meio impessoal, os encontros ainda são importantes para reativar a confiança mútua. Por isso, os movimentos sociais continuam promovendo encontros para troca de informações e manifestações *in loco*, porque os protestos eletrônicos repercutem apenas na rede, mas não atingem diretamente a audiência nem os alvos institucionais.

Mas então, como atuam os movimentos por justiça global hoje, cuja presença na internet tornou-se sua marca? Para Ford e Gil⁸⁵, há um aspecto interessante no ciberativismo. Segundo elas, tradicionalmente os ativistas de mídia atuaram com repórteres ou documentaristas, mediando as notícias. Através das redes eletrônicas, eles passam a também se expressar diretamente, o que torna as fronteiras entre ativistas e profissionais de mídia cada vez mais indistintas.

⁸⁵ Capítulo intitulado “A internet radical”, inserido em Downing (2002), p. 269-307.

O que se sabe é que a internet é um grande facilitador. É um engano considerá-la simplesmente como um dado, e que o único desafio é fazer uso efetivo dela. “A net não é a chave para uma estratégia ‘alternativa’ que permite aos movimentos sociais se tornar independentes da mídia convencional” (Rucht, 2004b). Embora o autor não acredite que a internet afete as relações de poder existentes, o ciberativismo, mesmo circunscrito aos seus próprios quadros, vem se constituindo como força política importante, na medida em que se tornam os MJG fonte de informação para os *mainstream media*⁸⁶.

Mas o adjetivo “alternativa” quando associado à mídia deve ser entendido mais como uma declaração de “guerra” (e neste caso guerra informacional) e menos como uma proposta absolutamente inovadora. A mídia alternativa não é livre da disputa pelo poder, da supressão de informação, de censura e não atinge, portanto, a pureza das suas premissas. Ela é sim de oposição, adversária e desafiadora do *frame* estabelecido pelos *mainstream media*. Mas ela é ainda mídia, o que implica em interpretação, *framing*, e produção de significados durante o processo interminável de comunicação.

Assim, a relação dos movimentos sociais com as TICs promove o surgimento de um tipo de comunicação mediada que aqui será chamado de mídia ativista. Algumas características dessa relação foram sistematizadas por van de Donk *et al.* (2004).

Em primeiro lugar, alguns movimentos são mais inclinados que outros a adotar as possibilidades das TICs em suas estratégias, com diferentes propostas e níveis de sofisticação. Os autores sugerem que a diversidade dos movimentos sociais se reflete no layout de seus *websites* na internet. Mas esta tem sido especialmente interessante para campanhas transnacionais que centralizam num foco o alvo dos protestos.

Outro ponto é que a internet facilita formas tradicionais de protesto, como manifestações, mas dificilmente as substitui. Mas o que a internet certamente faz é permitir a mobilização imediata em todo o mundo. Isso leva ao seguinte aspecto, que é

⁸⁶ Ver capítulo 4.

o fato da internet afetar a estrutura interna das organizações de movimentos sociais, ajudando a intensificar a comunicação entre todas as partes de uma organização. Isso evidencia que as TICs ajudam a forjar alianças e coalizões (ainda que temporárias) entre diferentes movimentos. Aparentemente foi isso que facilitou a emergência dos MJG.

Em conseqüência, serviços de informação especializados foram criados para dar suporte às redes, mas também para prover informação que tende a ser suprimida pelos meios de comunicação estabelecidos. É o caso do Indymedia. Com isso, os grupos ativistas se tornam cada vez menos dependentes da cobertura jornalística. Ao mesmo tempo, a internet passa a ser meio de mobilização e alvo a atingir – pelo hackativismo.

Como se verá adiante, a mídia ativista não apresenta homogeneidade. Há inclusive, divergências entre os ativistas sobre o melhor uso da internet como espaço de comunicação para os movimentos sociais. Dessa forma, a análise mostra duas possibilidades para a cibercomunicação política: uma operada pelos *ativistas de mídia* e outra pelos *jornativistas*. A distinção não é rígida, servindo apenas como categorização analítica, mesmo porque os *websites* analisados compartilham o material informativo produzido.

A diferença está na concepção do trabalho de contra-informação. Assim, o *frame* ativista varia conforme as características dos atores que produzem a informação, bem como conforme as relações entre os grupos ativistas e seus adversários. Os *ativistas de mídia* utilizam uma linguagem mais combativa e claramente contrária ao jornalismo padrão, enquanto os *jornativistas* apostam na linguagem referencial do jornalismo para obter mais credibilidade e interferir pragmaticamente nos rumos das decisões políticas. Para os ativistas de mídia, o conteúdo prevalece sobre a forma e para os jornativistas, é a forma que antecede o conteúdo.

5.2 OS ATIVISTAS DE MÍDIA

Há centenas de *websites* na internet dedicados à produção de contra-informação. Cada um deles faz referência a uma rede de coletivos que têm em comum a desconfiança em relação aos meios de comunicação “corporativos” e uma proposta de

mídia “alternativa” a eles. Como o espectro de questões caras aos MJG é muito abrangente, muitos desses *websites* se pulverizam na rede, quando não têm vida muito efêmera. Então a seleção dos *websites* analisados foi feita pelo critério da auto-referência, ou seja, por aqueles que citam uns aos outros e utilizam material informativo uns dos outros e também por terem sido estes os que cobriram os protestos e sobreviveram depois do ciclo.

Desde os protestos anticúpula, portanto, que os grupos Nodo50, Rebelión e La Haine publicam artigos sobre a crítica à globalização neoliberal e suas questões correlatas. Os três formam uma rede de contra-informação importante para os MJG e se alimentam do material do Indymedia e da ATTAC. Embora sua atenção seja mais localizada – os três *websites* são em língua espanhola e voltados para temas da Espanha – eles não deixam de conectar-se aos movimentos transnacionais.

5.2.1 Nodo50 e a contra-informação em rede

O *website* Nodo50 define o espaço como “território virtual para os movimentos sociais e ação política na internet”, que abriga “um projeto autônomo de contra-informação telemática orientado para os movimentos sociais (...) um servidor de internet para o qual confluem vozes antagônicas e alternativas (...) um centro de encontro, difusão e contra-informação para @s sem voz, dissidentes, subersiv@s, utopic@s, desencantad@s, ... nada mais e nada menos”⁸⁷. Opera pelo sistema de software livre Linux, entendido como alternativa ao monopólio das Microsoft e às leis de patentes.

O coletivo surgiu como instrumento de comunicação do Fórum “50 anos bastam”, realizado em 1994, em Madri, que contestou a celebração dos 50 anos do acordo de Bretton Woods e da criação do FMI e Banco Mundial. O *website* foi criado dois anos depois e passou a integrar a rede de movimentos através de campanhas, ações

⁸⁷ Ver www.nodo50.org/faq.htm. Último acesso em 06/02/2006. Tradução livre do espanhol.

e congressos. Seu idioma é o castelhano, oferecendo traduções para três dialetos e para o esperanto.

Definido como uma rede de grupos de esquerda⁸⁸, articulados com diversas lutas sociais, o Nodo50 defende que a legitimidade dos movimentos sociais se baseia na sua credibilidade como produtores de informação. Por isso, convoca os movimentos a “jogar o jogo cuja lógica denunciemos: resistir às estruturas do discurso único, falando no lugar de ser falados, gerando novos discursos e com eles novas realidades, ampliando as lutas reais a partir do virtual”.

A contra-informação é entendida como a legitimação dos “discursos insurgentes frente ao pensamento único neoliberal”. Ela significa ainda o combate ao mito da objetividade, sendo instrumento de comunicação dos movimentos sociais que pretende “combater o ruído com aparência de música que emana dos gigantes midiáticos” e “desbaratar a ilusão de uma ‘opinião pública livre’”. É definida ainda como ferramenta de difusão horizontal de informação⁸⁹.

A página inicial contém *links* que remetem a conteúdos de campanhas coletivas, que vão sendo substituídas periodicamente. Na coluna central, há informações sobre as organizações que compõem o Nodo50 ou textos de outros coletivos que parecem interessantes ao *frame* de referência. As principais matérias da primeira página são constantemente atualizadas, mas todas são mantidas num arquivo que pode ser acessado pelo sistema de busca por palavras chave.

Para cada um dos 271 temas oferecidos pelo *website*, há dezenas e em alguns casos centenas de textos disponíveis. Com mais de mil textos, aparecem os temas “Iraque”, com 1248, “antiglobalização”, com 1.455, “guerra global”, com 1.911, e “guerra”, com 2.254. Em seguida vêm “ecologismo” (923), “anti-ue” (617) e

⁸⁸ Em janeiro de 2006, eram 993 organizações hospedadas no *website*.

⁸⁹ O *website* oferece um Guia de Contra-Informação, pelo qual se visualiza a rede capitaneada por Nodo50, que inclui os Indymedia Barcelona, Euskal Herria (País Basco) e Estrecho/Madiaq, Alasbarricadas, Rojo y Negro, CNT-AIT, CGT, ACP e RedConVoz.

“contrainformação” (597). Esses textos ora são assinados por militantes ou intelectuais, ora são provenientes dos serviços La Haine, Rebelión, Indymedia e ATTAC, além de outros.⁹⁰ Mas apesar da organização dos textos por temas, há uma quantidade muito grande de informação, o que compromete a precisão nas buscas.

Uma assembléia de dez pessoas decide sobre o que vai para o *website*, bem como sobre as campanhas e assistência aos usuários. A coordenação se dá por correio eletrônico e reuniões periódicas. Essa equipe fica responsável, portanto, pela seleção dos textos, que são classificados de acordo com a organização temática. De modo geral, todos os textos enviados pelas organizações hospedadas no servidor são veiculados.

São nove as campanhas às quais os ativistas de Nodo50 aderem. A primeira na coluna esquerda da página inicial do *website* é “Vigiando o vigilante”, iniciada em março de 2002, para combater a espionagem policial sobre as listas de correio do *website* e sobre os MJG. A campanha visa identificar os usuários infiltrados nas listas e bloqueá-los e combater a criminalização dos movimentos sociais, equiparados pela polícia espanhola, a terroristas.⁹¹

Assim dispostas, as informações do Nodo50 não apresentam um *frame* que possa ser entendido como construção de sentido operada pelo coletivo. Como servidor, Nodo50 aglutina as tantas posições das mais de 900 organizações a ele conectadas. Pode-se dizer que o ponto de convergência é a busca por um espaço de expressão negado na grande imprensa. No entanto, a superabundância de informações dilui a força que tais textos poderiam ter se fossem melhor editados.

⁹⁰ Os mais frequentes são resistir.info (www.resistir.info) – um serviço de informação em português, A-Infos (www.ainfos.ca) – website anarquista, Tortuga (www.nodo50.org/tortuga) – grupo antimilitarista e Alasbarricadas (www.alasbarricadas.org) - apresentado como serviço de “difusão libertária”.

⁹¹ Artigo do jornal El Mundo, de 12 de dezembro de 2001, traz declaração do diretor geral de Polícia do Ministério do Interior da Espanha, Juan Cotino, que diz que o movimento antiglobalização representa uma ameaça à segurança nacional. Este artigo provocou o início da campanha.

Ou seja, na tentativa de abrir o espaço para a livre expressão, o resultado é a desinformação, o *white out*. O usuário, ainda que um habilitado ativista dos MJG, encontra dificuldades para percorrer um caminho que o leve à informação desejada. A liberdade neste caso é suprimida pela desorientação, o que mostra que em Nod50 não há um trabalho de *frame*. Este é apenas esboçado na seleção temática.

5.2.2 La Haine e a desobediência informativa

A designação do serviço – La Haine⁹² – já desenha um *frame* mais consistente. A maioria dos textos apresenta conteúdo de teor socialista, definindo o capitalismo como o principal obstáculo para a construção de outro mundo possível. Define-se como coletivo de pessoas que procuram difundir as lutas contra as políticas neoliberais. La Haine é especialmente sensível às questões relativas ao País Basco (Euskal Herria) e aos movimentos camponeses e indígenas da América Latina.

Apresenta muito claramente os pontos de vista nos aspectos centrais da concepção de transformação social pelo socialismo. Por isso, é o *website* com o maior número de artigos críticos a alguns movimentos da rede MJG. Essa crítica se dirige a grupos como a ATTAC, ONGs como Greenpeace, e também ao Fórum Social Mundial. Essas organizações são acusadas de promover uma “burocracia reformista” e de excluir o movimento operário da condução das lutas. Trata-se de um *frame* claramente anticapitalista, termo que preferem a antiglobalização. A maioria dos artigos é de autoria dos “repórteres” do La Haine ou de intelectuais de esquerda.

A organização espacial das informações no *website* é bastante semelhante a um webjornal, com sessões que podem ser consideradas editoriais. Os repórteres do La Haine assinam as matérias com pseudônimos. Há, portanto, produção própria de

⁹² O nome é inspirado no filme de mesmo título (O ódio) do diretor francês Mathieu Kassovitz, produzido em 1995. Conta a história de três jovens, que vivem em uma cidade próxima a Paris, surpreendidos num dia por violentos confrontos entre jovens e policiais, provocados porque um rapaz de 16 anos é torturado num interrogatório policial. Trata do estado de guerra na periferia de Paris, ironicamente atual em face de novos enfrentamentos ocorridos em 2005 entre imigrantes e policiais no mesmo cenário retratado no filme.

informação, equipe e uma orientação ideológica a qual estrutura o *frame*.⁹³ Mas ainda que a página inicial se aproxime da forma jornalística padrão, os textos são artigos de opinião, nos quais a linguagem panfletária prevalece.

Os artigos estão dispostos em quatro sessões principais: *Destacamos*, com as últimas informações sobre as lutas internacionais; *Estado Español*; *Movimientos sociales*; *Mundo*; *Movimientos sociales*; *Mundo*. Na coluna direita estão os *links* para as campanhas, para as sessões de bate-papo, para as sessões especiais, serviço de busca e para o arquivo. Mais abaixo está o *link* para Nodo50 e contatos. O arquivo está organizado em dez sessões, uma das quais dedicada à cobertura dos temas relacionados ao movimento antiglobalização.⁹⁴

Os textos procuram ser esclarecedores em relação aos adversários políticos. Por firmar fortemente seu lugar discursivo, os ativistas do La Haine distinguem globalização e neoliberalismo, para negar a alcunha de antiglobalistas e assumir a de anticapitalistas. No texto “*La globalización y el neoliberalismo son dos cosas distintas*”⁹⁵, a globalização é a “desculpa” do FMI, Banco Mundial e OMC para afirmar a inevitabilidade do neoliberalismo. Os chamados ajustes seriam consequência natural do processo de globalização. Tal prodígio é definido no texto como “monstruosa mentira”, que oculta que as “formas de dominação” não são resultado dos avanços da ciência, mas das “relações de classe”. Os MJG, ou anticapitalistas como querem, são os condutores do processo de superação do capitalismo, tido com uma “obrigação”.

⁹³ Apenas os textos assinados pela equipe do La Haine são considerados na análise, na medida em que é a visão do coletivo que importa e não os textos autorais de alguns ativistas, embora estes estejam em consonância com a orientação ideológica dos produtores.

⁹⁴ As outras sessões são *España, País Vasco, Internacional, Antimúsica, La prensa al servicio del neoliberalismo, Anticultura, Pensamiento Autónomo, Desenmascaremos a Garzón, Reconstruyamos la Historia de América Latina*.

⁹⁵ Artigo sem data definida, constando apenas o ano de 2001. Ver www.lahaine.org/internacional/globalneoliberal_doscosas.htm. Último acesso em 06/02/2006.

Essa “missão” histórica tem um adversário poderoso, os meios massivos de comunicação, instrumentos da propaganda do discurso único que faz globalização e neoliberalismo parecerem a mesma coisa. Aqui fica clara a crença típica dos ativistas de mídia, segundo a qual se os meios de comunicação estivessem nas mãos das maiorias desfavorecidas, “las horas del capitalismo estarían contadas”.

Aqueles que são contrários às políticas das instituições financeiras, mas não ao capitalismo, são considerados “farsantes” ou “raposas da democracia” e pertencem ao que o texto define como “direita”. De “esquerda” são os que lutam pelo socialismo. Essa distinção se desdobra em “reacionários” e “revolucionários”. Assim, as organizações sociais, ambientalistas, de direitos humanos e semelhantes são acusadas de servir “o grande capital” por não apontar suas denúncias contra ele, sendo-lhe assim funcionais.

A crítica às inteligências cooptadas aparece mais uma vez no texto “*ATTAC, ONGs y la burocracia reformista del movimiento antiglobalización*”⁹⁶, de 13 de junho de 2001. Este é mais enfático ao localizar uma “ala reformista” que agrupa ONGs, igrejas, a ATTAC, burocracias sindicais, entre outras, a qual sustenta uma estratégia de “humanizar o capitalismo” e mantê-lo. A outra “ala” seria uma vanguarda mais radical, basicamente juvenil, que aponta o sistema capitalista como causa da miséria, representada por grupos anarquistas, autonomistas, autogestionários e trotskistas.

O FSM é considerado um intento dos “reformistas” de institucionalizar o movimento anticapitalista nos marcos de uma alternativa possível e realista ao neoliberalismo. Os autores do texto não aceitam a construção de “um outro mundo possível” sem a derrota do poder “burguês” e a instauração do poder da classe operária, dos camponeses e setores populares.

O texto exalta a ação dos “vanguardistas”, que atacam as sedes dos organismos internacionais e enfrentam duramente a polícia. No entanto, entre os mais

⁹⁶ Ver www.lahaine.org/internacional/attac_antiglobalizacion.htm. Último acesso em 06/02/2006.

“radicais”, os anarquistas também são rechaçados por não reconhecerem a importância da aliança com a classe operária. Aí, outra distinção: anarquistas e “marxistas revolucionários”. A estes últimos caberia ainda a estratégia de lutar contra a “esterilidade política” de campanhas como a da Taxa Tobin, a qual estaria substituindo uma estratégia de classe, operária e socialista. A “superioridade ideológica, teórica e estratégica do marxismo revolucionário” faz frente a uma “utopia pequeno burguesa” que não considera o antagonismo capital-trabalho, e atravessa todas as questões dos chamados novos movimentos sociais.

Um ano depois, outro texto retoma a discussão sobre reforma e transformação. “¿De qué hablamos? El movimiento antiglobalización, entre la reforma y la transformación”,⁹⁷ de 29 de março de 2002, identifica uma nova fase do movimento antiglobalização, momento em que há repercussão e aceitação do seu discurso. Atribui isso ao êxito midiático obtido no ciclo de protestos. Há neste texto um reconhecimento de que as propostas anteriormente acusadas de mero reformismo são necessárias porque urgentes (redução das emissões de CO₂, abolição do trabalho infantil, perdão da dívida, supressão dos paraísos fiscais). Reconhece também que essas reformas tratam de dar conteúdo concreto a um discurso muitas vezes genérico e negativo, mas insiste que isso não é suficiente, porque o risco é cair num “portoalegrismo light”.

O FSM volta a ser alvo de críticas, nos textos “*Porto Alegre, un foro ‘anti-terrorista’ y ‘anti-política-alternativa’*”, de 06 de fevereiro de 2002, e “*No podemos participar en el Foro Social Mundial porque creemos que outro mundo es posible solo destuyendo al capitalismo*”, de 10 de janeiro de 2003. O primeiro, escrito por uma feminista, sugere que os organizadores do evento recuaram muito facilmente de um enfrentamento mais contundente para não ser tachados de “terroristas”. O segundo é uma resposta de La Haine ao convite do movimento piqueteiro Barrios de Pié para

⁹⁷ Ver www.lahaine.org/global/de_hablamos.htm. Último acesso em 06/02/2006.

participar do segundo fórum. A “carta” expressa total descrédito ao FSM e retoma o teor anticapitalista de textos anteriores. Afirma não acreditar num fórum que não diferencia padrões e empregados, “lobos e ovelhas”, que não convida organizações bascas e cubanas, mas ministros de Estado, e que condena ações mais radicais com as das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Na sessão especial *Violência como herramienta de lucha política* aparece mais uma vez a divergência entre os MJG. No texto “*Por la extensión de los disturbios: manifiesto en favor de la acción directa violenta*”⁹⁸, fica claro o posicionamento de La Haine. A esse manifesto, várias cartas foram dirigidas e algumas publicadas. Vêm logo abaixo num *hyperlink*. Nele é discutida a validade da violência para a luta política.

Para os ativistas, o esgotamento das formas de protesto pacífico coloca a necessidade da violência, encarada como “parte natural do processo”. Qualquer ação ativista será sempre enquadrada como “fora da ordem” e vai exigir repressão. Assim, a violência funciona como forma de expressão que rompe o bloqueio da mídia (o que traz o ganho da visibilidade, mas também o prejuízo da criminalização dos movimentos sociais), como forma de desobediência civil e como forma de fazer justiça (rebelar-se contra a inquestionabilidade do monopólio da violência).

Essas características fazem de La Haine o *website* mais típico entre os ativistas de mídia. Seu *frame* é claro, direto, e revela um *frame contest* interno aos MJG. Primeiro pela oposição aos “reformistas” (firmando-se como socialistas revolucionários) e também pela defesa da ação direta violenta contra os pacifistas. Possui um entendimento próprio do que seja “um outro mundo possível”, diferente da convergência do FSM.

Todos os textos trazem junto do título uma gravata. Mas apesar de “emprestar” esse recurso do jornalismo, o conteúdo dos artigos (e não notícias) é claramente a defesa do ponto de vista de um socialismo revolucionário. Coerente com o

⁹⁸ www.lahaine.org/global/manifiesto.htm. Escrito por ativistas de Madri, País Basco e Argentina, em dezembro de 2001. Último acesso em 06/02/2006.

nome que designa o *website*, os textos são fortes, marcados pela adjetivação e expressam de forma contundente “o ódio” (la haine) ao capitalismo e às suas instituições, bem como aos seus “pseudo” críticos.

Em síntese, a organização da informação é conduzida pelo *frame* socialista, que entende o ativismo como contestação do capitalismo e luta pela implantação do socialismo, recusando reconhecer como crítica qualquer outra perspectiva que não se encaixe nas categorias de análise da sociedade do marxismo militante. Outra marca é a defesa do uso da violência nos protestos.

5.2.3 Rebelión – David contra Golias

A borda do *frame* não é tão nítida em Rebelión. Os ativistas não se colocam nem como antiglobalização nem como anticapitalismo, mas como parte de um movimento de resistência global à globalização neoliberal. Ao *frame* organizador socialista é acrescentada uma noção de esquerda um pouco mais flexível que em La Haine.

A história do surgimento do *website* Rebelión começou com um bate papo entre um técnico em informática e um jornalista, ambos de Madri. O primeiro anunciava ao segundo a possibilidade de criar um jornal na internet e perguntava se ele conhecia jornalistas capazes de conseguir material para alimentá-lo periodicamente. Era 1996. A intenção era criar uma mídia com funções de agência que nutrisse de informações rádios livres, boletins locais e outros meios alternativos e comunitários.⁹⁹

Possui hoje um conselho de redação com dez pessoas – e outras dezenas de colaboradores entre jornalistas e intelectuais –, que se dividem por sessões, ficando responsáveis pela postagem e exclusão dos textos que chegam a Rebelión. As dúvidas sobre a publicação ou não de um texto são sanadas por referendo aos demais colegas. Os ativistas reconhecem que se trata de um espaço restrito à participação dos leitores.

⁹⁹ Texto intitulado *La Honda de David*, de Pascual Serrano, jornalista fundador. Disponível em www.rebellion.org/noticia.php?id=10881. Último acesso em 06/02/2006.

Mas para isso sugerem outros serviços de informação, como o Indymedia.

Rebelión rechaça o discurso da imparcialidade, independência e objetividade do jornalismo e afirma que a informação é uma guerra entre modelos sociais. Aposta na crise de credibilidade do jornalismo padrão para se estabelecer como porta voz importante dos movimentos sociais na internet. Na sessão *Mentiras y Medios*, faz link com outros *websites* da sua rede de comunicação alternativa, bem como ao que denominam “rádios e televisões rebeldes”.¹⁰⁰

As sessões estão dispostas em três colunas na página inicial. Na coluna central, estão as informações gerais que são atualizadas diariamente e, em primeiro plano a charge do dia. Na coluna esquerda, as sessões temáticas e mais abaixo, informações específicas por território. Logo abaixo vêm as colunas dos autores, a sessão *Libros libres*, o espaço para cartas dos leitores e para contatos e informações sobre Rebelión. Na coluna direita, artigos considerados *Lo más destacado* e as resenhas de livros recomendados.

Na disposição das informações, as sessões temáticas funcionam como as editorias de um webjornal comum. Os textos apresentam a estrutura da notícia: um artigo principal (que seria a manchete), seguido de outros secundários, o que sugere uma hierarquia de importância entre os textos. Há distinção entre os textos opinativos e as notícias, a qual, contudo não se refere tanto à forma do texto, mas ao fato dos primeiros virem assinados pelos intelectuais colaboradores e apresentarem uma análise sobre os temas que exploram. As notícias também podem ser assinadas, mas se diferenciam pela gravata – texto explicativo do conteúdo do texto. Todos sem exceção apresentam o chapéu – palavra ou expressão que informa o assunto.

O *frame* que perpassa as construções de sentido dos variados temas contemplados pelo *website* é construído pelo ajuste ao aspecto político de cada um. Seja uma questão ambiental, cultural, econômica ou de gênero, os textos exploram, pelo viés

¹⁰⁰ Ver www.rebelion.org/seccion.php?id=4. Último acesso em 06/02/2006.

crítico, as conseqüências políticas de todos os acontecimentos narrados. Não há em Rebelión nenhum slogan bombástico (como em La Haine); o posicionamento é interno aos textos. A apresentação das informações é sóbria e a organização dos textos facilita a leitura.

Apesar dos textos estarem mais próximos da forma de artigo que de notícia, há uma preocupação com a reportagem: informações sobre o lugar dos acontecimentos, personagens, questões em debate. Mas o *frame* é ainda ativista. Dessa forma, os textos de Rebelión ora têm estrutura de notícia, ora (mais freqüentemente) de artigo opinativo e muitas vezes se iniciam com reportagem e terminam com comentários impressionantes.

No texto “*La protesta contra la globalización ahonda la crisis del FMI y el Banco Mundial*”¹⁰¹, uma parceria de Rebelión e El País, é visível o ajuste ao padrão jornalístico. O primeiro parágrafo é um *lead*, com informações sobre o acontecimento (cancelamento da reunião), data (27 de setembro de 2000), local (Praga), devido aos protestos dos ativistas dos MJG (desenrolar dos fatos). O chapéu é “Reunión del FMI y BM en Praga” e a gravata diz “El FMI cede a las protestas y adelanta el fin de su asamblea”.

O texto consulta várias fontes, mas privilegia as oficiais, tanto do lado dos organismos internacionais quanto do lado dos movimentos sociais (presidente, diretor, porta-vozes). Há inclusive uma fonte sigilosa. Traz ainda números de participantes dos protestos, de feridos nos confrontos com a polícia, mas não se aprofunda nas questões. Neste caso, o texto é uma notícia.

Sob o mesmo chapéu, há outro texto em outro estilo. Apresentando mais detalhes sobre o acontecimento, com informações sobre número de detenções e o desencontro de declarações entre ativistas e policiais, o texto¹⁰² trata do dia a dia na

¹⁰¹ Texto de 28/09/2000. Disponível em www.lahaine.org/economia/praga280900.htm. Último acesso em 07/02/2006.

¹⁰² “Los organizadores de la protesta denuncian el estado de excepción contra la dicitencia en Praga”, assinado por Josu Juaristi. Mesmo endereço do texto anterior.

cidade pela técnica de reportagem de ação (que narra ato por ato). É também um texto jornalístico, claramente favorável, contudo, ao ponto de vista dos ativistas, o que confirma a intenção de combater o mito da objetividade.

Desde meados de 2004, a forma jornalística ficou mais freqüente. Exemplo é um texto de 2006, “*Empleados del FMI repudian cambios salariales*”, uma nota curta, quase restrita às informações do *lead*.¹⁰³ Mas esse tipo de notícia ainda é pouco freqüente diante da expressiva quantidade de artigos formalmente opinativos.

A forma da notícia está no título (utilização de verbo no presente para reportar a ação), no primeiro parágrafo pelo recurso ao *lead*, nas gravatas que explicam o conteúdo e nas entrevistas com as fontes, atribuindo a elas as declarações. Dessa forma, ainda que critiquem na grande imprensa a parcialidade, esta é assumida pelos ativistas de mídia. Embora não acreditem na objetividade como atitude, buscam-na no estilo. Assim se apresenta a maioria dos textos de Rebelión: com títulos nominais (sem verbo), com a opinião já expressa no chapéu, assinados por intelectuais engajados nas lutas representadas.

5.2.4 Públicos e *frame*

Os ativistas de mídia atuam como representantes de um ponto de vista coletivo – o *frame* de referência. Este orienta a organização das informações nos *websites*. Dessa forma, quanto mais abrangente o espectro de lutas políticas, maior é a dificuldade de encontrar um ponto de convergência que permita reconhecer o lugar discursivo desses atores coletivos.

Ainda que os ativistas de Nodo50 vejam seu trabalho como um “projeto de contra-informação”, com o objetivo de “combater o ruído com aparência de música que emana dos gigantes midiáticos”, o que eles conseguem, com a reunião de textos das

¹⁰³ www.rebelion.org/noticia.php?id=25770

mais variadas origens é gerar mais ruído¹⁰⁴ e restringir seu uso aos seus próprios produtores.

Por ser voltado para um segmento particular dos MJG, o *website* de La Haine, embora também seja repleto de informações, apresenta mais claramente seu *frame* – vê a luta política e a expressão na internet como missão que desemboca no socialismo pela via da violência. De forma semelhante atua Rebelión, mas a construção do seu *frame* se dá não *somente* pelo conteúdo dos artigos e notícias (estas quase ausentes em La Haine), mas também pelo “empréstimo” do código jornalístico para organizar a informação.

Com isso, o que define os limites do *frame* na ação dos ativistas de mídia é a imagem de um público. Falar para um público significa construir uma comunidade imaginada em torno de questões que são compartilhadas, ainda que não haja consenso absoluto. É justamente a divergência que forma um público em torno de uma questão (Blumer, 1946). Se há muitas questões, é difícil identificar seus públicos e, conseqüentemente, desenhar um *frame*. Assim, o *frame* ativista refere-se ao processo de organização tanto do conteúdo (ativista) quanto da forma (mais ou menos jornalística) dos textos, dirigidos para certos públicos.

Na forma de autodenominação – e também demarcação do lugar do discurso – os ativistas de mídia apresentam seu público: antiglobalistas, anticapitalistas, socialistas, rebeldes... Embora concretamente esses públicos sejam os próprios ativistas (ou a rede de movimentos sociais à qual estão conectados), a construção do público é necessária para configurar o *frame*. Quanto mais seletivo em relação à informação é o coletivo, mais padronizada é a forma de expressão. Instala-se o dilema: quanto mais próximos ao padrão jornalístico de organização da informação, mais fácil se torna a leitura e, conseqüentemente, mais penetração no público. As armas do inimigo são as mais eficazes para combatê-lo.

¹⁰⁴ De acordo com as teorias da comunicação, ruído significa perda de informação. Ver Gomes, 1998.

Interessante notar, por fim, que há pouca utilização dos recursos multimídia disponíveis na internet. Raramente se encontram fotos nos *websites*, as quais poderiam dar equilíbrio ao peso dos textos. Também os recursos de interatividade não são explorados, o que, junto com a necessidade de selecionar o material que vai para a página, acaba por frustrar um dos principais pressupostos de uma mídia “alternativa”: a participação dos leitores na produção de informação.

5.3 OS JORNATIVISTAS

Os “reformistas” dos MJG são aqueles que desenvolvem serviços de informação mais próximos do padrão jornalístico. Por essa proximidade, produzem informação pela fórmula reconhecida, ainda que imprimam sobre ela a marca ativista. Por isso são aqui chamados *jornativistas* – ativistas que utilizam o código legitimado do jornalismo para construir um outro sobre e contra ele. É o processo de *framing* pelo ajuste da forma à visão de mundo que organiza a experiência ativista.

Observa-se nesses serviços a definição de critérios de noticiabilidade próprios ou combinados e uma crítica à grande imprensa que, contudo, não recusa todos os seus pressupostos. Como em qualquer projeto político, não está livre de contradições entre a proposta e a execução. O aspecto inovador desses serviços é justamente a recriação do conceito de “alternativo”: não se trata de voltar as costas para os *mainstream media*, mas construir outros pontos de vista a partir de seu próprio *frame*. Com isso, eles ao mesmo tempo em que o contestam, provocam sobre ele um *re-frame*, que é o que constitui o *jornativismo*.

A seguir é apresentada uma descrição das práticas informativas dos *websites* ATTAC.info (www.attac.info), e Indymedia (www.indymedia.org), especializados na produção de informação sobre os temas relativos às lutas dos MJG. A análise procura mostrar a construção dos critérios de noticiabilidade no processo de *re-frame*. O primeiro para a construção de contra-perícia e o segundo pela hipertextualização.

5.3.1 ATTAC.info e a contra-perícia

O surgimento do movimento internacional ATTAC (Association pour la Taxe Tobin pour l'Aide aux Citoyens) coincide com as primeiras manifestações por justiça global não por acaso. Foi criado em 1998, por ocasião de uma reunião em Paris depois do apelo de um editorial do jornal *Le Monde Diplomatique*, escrito pelo seu diretor Ignácio Ramonet, no qual examinava a possibilidade de controle internacional dos mercados financeiros e suas instituições. A inspiração veio do prêmio Nobel de Economia, o americano James Tobin, cuja proposta de taxar em 0,1% as transações financeiras foi adotada como principal campanha – a conhecida Taxa Tobin.

Na apresentação do *website* oficial da ATTAC (www.attac.org), o movimento coloca como seus principais objetivos “combater as políticas neoliberais e respectivas conseqüências, e de reconquistar o espaço perdido pelas democracias face à esfera financeira”¹⁰⁵. O movimento se faz presente em 33 países na Europa, África, América Latina, bem como no Canadá e Austrália. A plataforma internacional da ATTAC convive com as diversas plataformas locais e está traduzida para 15 idiomas.

A ATTAC é um dos principais atores na concepção, planejamento e participação dos/nos protestos anticúpulas. Também integra as comissões organizadoras das edições do Fórum Social Mundial. Tem se mostrado como um nó forte da rede de movimentos sociais que compõem a convergência “antiglobalização”. Mas ao contrário dos outros coletivos que compõem os MJG, ATTAC possui um presidente, Bernard Cassen, e um conselho científico. Este é formado por mais ou menos 20 acadêmicos e pesquisadores. Em 2001 esse conselho foi dividido em cinco grupos temáticos: controle das transações financeiras, crimes financeiros, fundos de pensão, emprego e finanças, desenvolvimento sustentável (Grignou e Patou, 2004).¹⁰⁶

¹⁰⁵ Página da ATTAC Portugal (www.portugal.attac.org/attac.html). Há páginas em alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e português. A página da Attac Brasil está fora do ar, constando apenas os e-mails de contato. Acesso em 15/08/2005.

¹⁰⁶ Isso ocorreu em parte porque à proposta da Taxa Tobin somou-se mais questões como cancelamento da dívida do Sul e da Europa Oriental, combate aos paraísos fiscais, ao poder das

A relação entre o conselho científico e os ativistas é de cima pra baixo, contudo não parece aborrecer ou incomodar os ativistas. Aceitam a assimetria de conhecimento. “The internet allows each activist to become an expert, to spread knowledge about globalization and to diminish the differences between experts and non-experts” (le Grignou e Patou, 2004, p. 170).

Os autores afirmam, com base nas palavras do presidente, que o movimento procura produzir contra-perícia e contra-peritos (2004, p. 167). A importância do conhecimento pode ser vista pela estrutura e pelas características dos seus membros: categorias como professores e outras atividades intelectuais são quase 20%, enquanto trabalhadores somam 0,6% dos cerca de 30 mil membros. A internet é o vetor dessa empreitada pedagógica.

O compromisso com “arenas supranacionais” tende a favorecer a lógica da perícia que está implicada parcialmente pela complexidade e natureza técnica das questões, bem como da especialização dos atores envolvidos. Mas o que torna a ação da ATTAC especial é, segundo os autores, o fato de que “it resorts to transnational forms of action (against international meetings) and to new technologies, not only to build its own organization, mobilize people, and protest, but also to ‘hunt’ information and acquire the skill of experts” (le Grignou e Patou, 2004, p. 166).

Sua singularidade está na capacidade de reinterpretação de questões globais com preocupações locais. A proposta inicial – a Taxa Tobin – foi rapidamente reformulada como um projeto para ajudar a cidadania, caracterizada por uma redistribuição material e acima de tudo uma difusão de conhecimento sobre os mecanismos econômicos. Com isso, pretendem lançar luz sobre o segredo das decisões tomadas pelos organismos internacionais (OMC, Banco Mundial, FMI) e lutar contra a opacidade das políticas públicas.

corporações transnacionais, à transformação da educação, saúde e serviços públicos em mercadoria, à ideologia do livre mercado, à padronização cultural, à financeirização do mundo e pela bioética. (www.france.ATTAC.org).

A internet é, para os ativistas da ATTAC, o principal instrumento do que eles chamam de “renovação dos repertórios de ação” (le Grignou e Patou, 2004). Seu uso é encorajado para organização dos movimentos sociais e para apoiar sua causa. A forma virtual do movimento neste caso precede sua forma física. A internet é uma necessidade para quem quer que deseje apoiar a ATTAC. Mas também há o problema da superlotação de textos, segundo os autores, cerca de 20 novos textos são colocados no *website* a cada dia. Uma solução é a especialização de competências.

The internet could then be considered as an efficient tool keeping with the process of ‘frame extension’ (Snow et al. 1986:472). It can also be linked to the process of ‘frame clouding’, i.e. the loss of any thematic visibility of the movement, which would then look like a hotchpotch of ideas, as a local member once said. So, on the one hand, the internet makes visible the fragmented plurality of its action by listing together subjects and causes. On the other hand, it simultaneously makes homogeneous and coherent a set of analyses, activities and movements, which would otherwise be scattered. For ATTAC’s supporters, ‘everything is connected when it comes to world globalization’. (le Grignou e Patou, 2004, p. 172).

Por isso, uma das principais ações desenvolvidas pela ATTAC é a produção de informação, sistematizada principalmente no boletim “Grão de Areia”, editado desde 1999. Os boletins alimentam muitos outros websites da rede MJG. Mas é em 2002, com a criação do espaço ATTAC.info, que é apresentada “a mídia alternativa da ATTAC”.

De acordo com os propósitos dos ativistas da ATTAC, ATTAC.info tem uma contribuição a oferecer para a comunicação internacional¹⁰⁷. Mas o principal motivo da criação do serviço de informação é a necessidade da constituição de uma visão comum sobre eventos e campanhas internacionais. Ou seja, para a organização e mobilização dos próprios quadros em termos de produção de informação.

A intenção é formar equipes especializadas na produção de documentos, informações, fotos, entrevistas para alimentar o *website*. Isso já vinha sendo feito de forma assistemática pelas ATTACs locais em ocasiões de protestos anticúpulas e dos

¹⁰⁷ Texto publicado em www.attac.info/txt/attac-info-communic-em.txt. Acesso em 14/08/2005. Assinado pelos autodenominados ativistas Afonso (Brasil), Massimo (Itália), Petra (Alemanha) e Roland (França), coloca como contribuição de Attac.info a construção de um movimento internacional em torno dos princípios da plataforma ATTAC. Acesso em 14 de agosto de 2005.

fóruns mundiais. Foram as campanhas internacionais que exigiram maior organização da informação, de modo que a ação coletiva se coordenasse de forma mais coerente. Outro aspecto importante é a realização das reuniões de cúpulas estarem sendo organizadas em lugares cada vez mais distantes, com o objetivo de dificultar os protestos, o que reforça a necessidade de procurar renovadas estratégias.

Mas para isso, a ATTAC.info adota certos critérios para definir o que é de relevância internacional, que deve refletir as preocupações de um certo número de ATTACs (mínimo três). Dessa forma, a natureza do evento ou ação torna-se potencialmente de interesse geral e de alcance junto aos públicos nacionais e internacionais. Só assim se justifica a abertura de uma página no ATTAC.info sobre o evento e/ou campanha.

Quando um conjunto de ATTACs decide empreender uma campanha, deve entrar em contato com uma equipe de gestão internacional que mediará o processo. Caso o projeto seja aceito, o teor das informações deve refletir aquela visão comum a que ATTAC.info se propõe, nos diferentes idiomas oferecidos. Há, pela equipe internacional, um compromisso de prestação de contas às ATTACs regionais em relação aos conteúdos veiculados.

Interessante notar que os critérios para identificar se determinado tema ou campanha tem relevância internacional para caber no ATTAC.info se aproximam muito daqueles definidos por um jornalismo padrão de assessoria de imprensa. Um guia orienta os ativistas a planejarem seu trabalho, nos moldes dos manuais. Pressupõe uma equipe de repórteres, responsáveis pelo envio das informações da “rua” para os responsáveis pela veiculação on-line dos conteúdos. Sugere ainda um planejamento para antes, durante e depois do evento, com descrição detalhada sobre o local, materiais informativos utilizados, contatos estratégicos (incluindo fontes a serem entrevistadas), logística, hospedagem, ou seja, tudo o que for necessário para uma *cobertura jornalística* do evento. Há ainda a preocupação com possíveis problemas legais decorrentes de manifestações – precaução tomada desde os protestos de Gênova, em 2001.

Trata-se de um modelo de organização da cobertura, cujo texto inclui até os jargões da linguagem jornalística, como a diferenciação entre informações “quentes” (de maior atualidade, que ocorrem no momento da cobertura) e “frias” (informações de contextualização). O objetivo, no entanto, difere daqueles de uma assessoria padrão; ele é claramente apresentado como a mobilização dos ativistas em determinado evento, produção da informação (contra-informação) e análise do sucesso da ação.

Além dessa proposta, o *website* ATTAC.info ainda oferece um “guia do correspondente”¹⁰⁸, documento cujo teor já transparece bem mais seu caráter militante. Além dos procedimentos técnicos que o ativista deve realizar para criar a página do evento ou campanha, o coletivo apresenta alguns princípios que devem orientar a cobertura. Define sua mídia alternativa como “aberta e coletiva” (autogerenciada pelos militantes); “internacional e multilíngue”; “que cooperativiza as competências” (recusa divisão do trabalho¹⁰⁹ segundo linhas hierárquicas e todos colaboram em todas as etapas da produção de informação).

Nesse último ponto, entra em contradição com a proposta oficial de ATTAC.info, a qual prevê a constituição de uma equipe responsável pela manutenção de uma unidade editorial (visão comum das ATTACs), o que implica em seleção e edição. Outro princípio apresentado é o da ATTAC.info como experiência de “Comunicação”, ou seja, fazer e difundir informação é parte do próprio evento. Daí que o ativista de mídia é também um militante. Por esse motivo também, a cobertura visa sempre “reforçar a coesão entre os militantes” em torno de um projeto comum, através de informações práticas para antes, durante e depois do evento.

O trabalho é organizado coletivamente, mas sempre visando desenvolver um ponto de vista internacional sobre o assunto tratado. Prevê uma reunião diária matutina para decidir que eventos cobrir – o que no jornalismo padrão denomina-se reunião de

¹⁰⁸ Arquivo PDF “Info-guia do correspondente Attac.info – www.attac.info, a mídia alternativa ATTAC”, disponível na página inicial. Acesso em 14/08/2005.

¹⁰⁹ Diferenciação de funções: técnicos, jornalistas, editores, revisores, pessoal da limpeza...)

pauta. Decide-se ainda um horário limite para a publicação dos conteúdos – conhecido como o *dead line*. Exige-se dos ativistas certas competências informáticas (tratamento técnico do material informativo), editoriais (escrever textos), lingüísticas (idiomas), diplomáticas (trabalho coletivo).

Até agora, apenas quatro eventos foram organizados dentro dos padrões definidos pelos documentos de ATTAC.info. As terceira e quarta edições do FSM (2003 em Porto Alegre e 2004 em Mumbai), o Fórum Social Europeu (FSE) em Florença, 2002, e a cobertura da reunião do G8, em Evian, França, em 2003. Desde então, não houve atualização nem a inclusão de campanhas internacionais.

O padrão é o mesmo para todos os eventos. As páginas são traduzidas para o inglês, francês, italiano, alemão e espanhol. Para o português, apenas as coberturas dos FSMs. O idioma oficial do evento é aquele do local que o sediou. A coluna esquerda traz os artigos assinados. A coluna central traz as imagens do evento (“Visto”) e também algumas entrevistas em áudio (“Ouvido”). Na coluna direita estão disponibilizados os documentos oficiais dos eventos e as parcerias e as notícias produzidas por outros veículos.

Na barra superior consta a cobertura por dia, incluído um “antes” e um “depois”, bem como informações sobre o programa. Assim as páginas de ATTAC.info pretendem ser um guia para os participantes e um contraponto referência para leitores em geral, mesmo porque há trabalho de assessoria de imprensa que informa o endereço do *website*.

O aspecto mais propriamente jornalístico das coberturas fica por conta das reportagens fotográficas, algumas vezes havendo também vídeos. Observa-se que a cobertura dos fóruns sociais assume o teor do próprio evento: celebração das ações dos ativistas lá presentes e privilégio das imagens para o próprio trabalho da equipe de ATTAC.info. Na página do FSE, as fotografias não têm legendas explicativas. Naquelas dos três FSMs, já há algumas e um texto de abertura para cada conjunto de imagens.

A diferença se encontra na página destinada a Evian G8. A quantidade de reportagens fotográficas é maior, os textos de abertura são mais detalhados a maioria

das fotografias tem legendas, nas quais os temas do encontro são justapostos: montagem das barricadas e repressão policial; protesto contra a Esso e discussão dos monopólios na distribuição de combustíveis; alojamentos dos participantes e diversidade de movimentos sociais; “Tribunal da dívida” (faixas) e campanha pelo perdão da dívida do terceiro mundo.

Com isso, a cobertura do evento de Envian é aquela que mais se vale dos recursos do jornalismo, além de oferecer artigos sobre os temas em debate. Trata basicamente da ilegitimidade do G8 para definir programas de governança mundial. A página contém ainda artigos sobre o papel da mídia independente, saúde e organismos geneticamente modificados (OGMs), guerra do Iraque, entre outros.

Nas páginas dos fóruns, há apenas manifestos, palavras de ordem e textos com teor de denúncia, o que afasta o *conteúdo* do jornalismo padrão. Para Envian, os textos são mais referenciais, descritivos e contêm mais informações e menos análise. Mas em relação à apresentação dos textos, a equipe editorial de ATTAC.info mantém em todas as coberturas as diretivas da proposta inicial e do guia do correspondente.

Os textos não estão veiculados completos na primeira página; são anunciados por uma chamada e acessados por hipertexto. A quantidade de informações não é excessiva, o que facilita a leitura, e a linguagem dos textos é simples, direta e “objetiva”, no sentido de fazer referência a acontecimentos e não apenas a críticas à globalização neoliberal e seus operadores.

A busca por uma visão comum caracteriza-se como uma linha editorial que orienta os ativistas a selecionar temas, enfoques, fontes. São critérios de noticiabilidade próprios (militantes) que funcionam, portanto como delimitadores dos assuntos tratados. Assim como na mídia convencional, também pressupõe uma equipe responsável por esse trabalho.

Por isso, a recusa da hierarquia produtiva se mostra inviável, uma vez que ela é necessária para a realização do trabalho. Até porque não é qualquer pessoa que tem as competências para se tornar um jornativista. Segundo as exigências da proposta, ele precisa estar apto a desenvolver certas habilidades. Dessa maneira, ATTAC.info é de

fato uma mídia aberta, coletiva, internacional, multilígue, mas que ainda engatinha na intenção de cooperatizar as competências.

Com base na noção de *frame* de Goffman¹¹⁰, é possível dizer que a comunicação da ATTAC.info mantém o *frame* informativo da mídia padrão. Mudam os conteúdos, fontes e enfoques, mas não chega a se constituir como um *frame* alternativo. (Goffman, 1974, p. 44). Em outras palavras, a mídia ativista mantém uma referência no jornalismo padrão, embora sua experiência conduza a uma prática diferente da própria atividade. Coerente com a meta da ATTAC, seu serviço de contra-informação é mais um canal para construção de contra-perícia, não só para forçar a *accountability* dos organismos internacionais, mas também para utilizar seu código e subvertê-lo em favor da luta política contra eles.

5.3.2 “Tornar-se Indymedia”

O Centro de Mídia Independente, ou Indymedia, é o veículo de comunicação dos MJG. Surgiu no mesmo momento em que a convergência foi notada pela imprensa internacional em Seattle, 1999. É o emblema desses movimentos que têm nos CMIs (IMCs em inglês) um sustentáculo importante. Para os protestos do N30, os ativistas de mídia que já atuavam para suas organizações se reuniram para criar o Indymedia, que na ocasião publicou o impresso “The Blind Spot” e o primeiro *website*.

O Indymedia se apresenta como um coletivo formado por centenas de jornalistas que oferecem cobertura “não corporativa e de base”¹¹¹, através de um processo democrático que visa a contar a verdade de forma “radical, precisa e apaixonada”. Há um grupo que coordena a página internacional (www.indymedia.org) e questões técnicas e de política editorial.

¹¹⁰ Ver capítulo 3.

¹¹¹ *Grassroots*, no original. Neste documento, encontram-se também as informações sobre origem, objetivos, linha editorial, dinâmica de trabalho, etc. <http://docs.indymedia.org/view/Global/FrequentlyAskedQuestionEn>. Acesso em 14 de agosto de 2005.

A principal meta do Indymedia é “habilitar as pessoas para que se ‘tornem mídia’”, ou seja, facilitar a proliferação de centros de mídia independente por todo o mundo, de modo que possam oferecer informações honestas e potentes, de modo a fazê-las perceber que podem ter o controle daqueles aspectos da vida que deixaram para “peritos” ou “profissionais”. Os projetos paralelos são a criação de uma rede de televisão e de rádio e de jornais.

A maioria dos ativistas pertence à rede dos MJG. No *website* internacional reconhecem essa pertença e recusam o rótulo “antiglobalização” porque ele não representa a realidade do movimento. O termo foi cunhado pela imprensa em Seattle em razão dos protestos serem contra as organizações que defendem o livre comércio como queda das fronteiras econômicas entre nações. É pelo Indymedia que “justiça global” passa a designar a convergência dessa rede porque, segundo os ativistas, no lugar de “*free trade*”, reivindicam “*fair trade*”, que beneficie a todos e não só às corporações. Não se trata, portanto, de oposição à globalização dos recursos, mas a um tipo de expansão da globalização econômica. Assim, o projeto Indymedia se coloca como a possibilidade de prestar contas (*accountability*) sobre o que se passa no mundo, forçando assim os adversários a fazer o mesmo.

A coordenação do processo de postagem de informações é realizada por um grupo, mas isso ainda está em fase de desenvolvimento. A idéia é formar um “*global spoke council*” para confirmar decisões sobre questões globais que os IMCs locais tenham anteriormente tomado. Enquanto este conselho não é criado, a maneira que o coletivo encontrou para democratizar as decisões é abrir espaço para discussão através de listas de e-mail, que cumprem o papel de coordenar os vários setores da organização.

Assim, há listas para organização dos sumários das atividades desenvolvidas nos IMCs locais, para propostas, para discutir a estrutura do Indymedia, para a política editorial, para melhorar a comunicação entre os IMCs locais e a coordenação internacional, para questões técnicas, para a criação de uma publicação impressa, para a equipe de tradução, para organizar as finanças, para decidir sobre o *web design* e uma para selecionar as notícias que vão para a coluna central da *home page*.

Os IMCs locais trabalham de forma presencial, mas a coordenação internacional é realizada exclusivamente pela internet. Não existe um escritório central, nem endereço ou telefone. Além das listas de e-mail, outro recurso utilizado é o Indymedia Twiki, um sistema de gerenciamento de conteúdo que trabalha como um *website* de acesso aberto. Às vezes, os organizadores de projetos Indymedia se “encontram” em salas de bate papo no Indymedia IRC (Internet Relay Chat). Alguns grupos mantêm encontros semanais.

O *website* trabalha com o princípio da publicação aberta, a pedra de toque do projeto, que permite aos jornalistas independentes publicar notícias instantaneamente num espaço globalmente acessível. O Indymedia encoraja a postagem de artigos, análises e informações. “Qualquer pessoa” pode mandar material de qualquer computador conectado à internet, bastando para isso clicar no link “*publish*”.

Esse ponto é bastante problemático. Uma equipe é responsável por receber esse material e se compromete a não editá-lo. Porém há sessões com notícias editadas e os envios do “público” são direcionados para uma sessão especial (*Newswire*). A equipe se restringe a evitar postagens duplicadas, mensagens comerciais e “outras postagens que não se ajustam à linha editorial”. Não ficam claros quais os critérios para julgar o que entra e o que não entra no *website* e o que acontece com o material rejeitado.

Ao clicar “*Post your news*”, na coluna esquerda da página inicial, outra página se abre com as instruções para postagem. Elas são dadas passo a passo e é de fato muito simples enviar o texto. É solicitado um título, com a recomendação de que seja claro e tenha sentido e um resumo, que é uma introdução curta com as principais informações do artigo. Aconselha a não repetir esse parágrafo no texto principal. Esse procedimento é jornalístico, o qual orienta a não redundar a chamada no *lead*.

A postagem pode ser anônima, assinada por pseudônimo ou assumida pelo autor. É preciso se ajustar a um dos tópicos oferecidos (como nas editorias dos jornais): liberdades civis, comércio, eleições, imperialismo e guerra, corporações, migrações, clima, social, trabalho, biotecnologia e indymedia. É possível ainda solicitar inclusão de outras mídias, como vídeo, áudio e imagens fotográficas.

Se o texto postado tratar de uma questão local, ele é redirecionado para o IMC local, pois assim, segundo os coordenadores, ele terá mais chances de ser lido. Para a página internacional é preciso que o texto tenha “relevância internacional”, outro critério que não fica claro nas instruções. Aqueles textos que entram nesta categoria vão para a coluna central da página inicial.¹¹²

A cobertura não é orientada por uma pauta. Cada jornalista ou grupo de mídia decide o que cobrir. É uma “mídia independente” também por esse motivo. Mas embora se procure dar espaço para diferentes visões políticas, o *frame* que organiza as informações é “de esquerda”, definido como postura contrária às políticas das agências multilaterais e preocupação com a distribuição justa das riquezas materiais e culturais.

Os jornalistas que trabalham para o Indymedia se definem também como ativistas. Por isso, a questão da objetividade e imparcialidade é outro ponto problemático no projeto. Embora assumam que todo repórter tem tendências políticas impossíveis de neutralizar (nem assim desejam), afirmam que ter um ponto de vista não os livra da obrigação de oferecer notícias verídicas, precisas e honestas. Para garantir isso, os IMCs têm políticas explícitas para impedir que os repórteres participem em ações diretas no exercício do trabalho.

De qualquer maneira, os textos do Indymedia são notícias na forma e no conteúdo. A estrutura dos títulos, a apresentação dos textos, sempre acompanhados de fotos, a preocupação com a precisão da informação são características do jornalismo padrão adaptado aos critérios de noticiabilidade ativistas. São eles que evidenciam o *frame* jornativista, pela definição da hierarquia de importância das sessões/editoriais. O texto não é uma convocatória.

Ou seja, para ser notícia, um acontecimento precisa estar sob o guarda-chuva das questões caras aos MJG e a suas organizações. No lugar das tradicionais editoriais de política, economia, cultura, esportes, tem-se liberdades civis, comércio, eleições,

¹¹² Informações disponíveis em <http://process.indymedia.org>. Acesso em 14 de agosto de 2005.

imperialismo e guerra, corporações, migrações, clima, social, trabalho, biotecnologia e indymedia (já citados anteriormente).

A página inicial traz as chamadas para as notícias de relevância internacional. São textos curtos, na grande maioria das vezes acompanhados de fotos. O texto completo é acessado via hipertexto. Geralmente o produtor da notícia é um IMC local. Assim, além do conteúdo da notícia, a chamada conduz também para *websites* relacionados, como os das organizações envolvidas e eventuais campanhas em andamento.

A coluna direita reserva espaço para o anúncio dos eventos que ganharão cobertura e para as notícias da publicação aberta, com as últimas postagens e acesso para arquivo. A coluna esquerda é destinada aos *links* para os IMCs locais (167 entre países e cidades). Dessa forma, a estrutura do Indymedia se assemelha à de uma agência de notícias. Não é apenas um webjornal.

Em 2001, o Indymedia noticiou o FEM e o FSM com as seguintes chamadas: “Swiss police and activities battle in streets outside of Globalization Fórum”; e “World Social Forum Convening in Porto Alegre, Brasil”. Desde o surgimento, portanto, que a linguagem é muito semelhante ao jornalismo padrão, cujos títulos remetem apenas ao fato jornalístico. O texto da notícia também não faz comentários ou deixa impressões, características de uma notícia “objetiva”. Essas estão presentes nos hipertextos e nos links para os *websites* dos organizadores dos dois eventos.

O mesmo acontece com a cobertura do A20, em Québec. Neste caso, no entanto, havia uma campanha dos ativistas dos MJG pela divulgação do conteúdo do tratado que criaria a Alca – a campanha Free the Text, que serve, inclusive, de chapéu para a chamada “*Activists demand to see the text for FTAA*”. Dois dias antes dos protestos, a chamada era: “*FTAA protesters face off against Montreal Police State*”, sob o chapéu “*FTAA protests kick off at cocktail party*”. Aqui o engajamento já é visível no conteúdo (e reforçado no parágrafo de abertura), mas a organização das informações pela forma jornalística padrão permanece. E a fotografia mostra os anarquistas em Montreal, sem comentários extras.

A cobertura sobre os protestos de Gênova foi mais ampla e trouxe mais informações. Além disso, revela a extensão da rede dos MJG, que forneceu informações de mais variadas origens. Uma das chamadas era “*Police raid IMC Italy & GSF, steal legal documentation, leave 20 seriously wounded*”. Ao final do texto, basicamente referencial, há *links* para reportagens fotográficas, para a cobertura completa do IMC Itália, para uma lista de artigos sobre o fato, um vídeo e a cobertura de rádio do IMC Gênova. O texto italiano é mais impressionante, os títulos são mais interpeladores e o teor é de uma história de horror.¹¹³

Depois dos ciclos de protestos, os textos ficam cada vez mais curtos. A profundidade é construída pelo leitor ao acessar os hipertextos. Em matéria de 18 de dezembro de 2002, sob o chapéu “*Oil politics*”, o Indymedia noticia “*Protestors turn focus towards oil companies*” e registra a virada da ação dos MJG. Além dos *links* para os IMCs do Reino Unido (de onde vem a foto da matéria com a legenda repetindo a faixa de protesto “*Oil makes war*”), Washington e Nova Iorque, a notícia ainda direciona para o *website* da campanha “*Stop ExxonMobil*”.¹¹⁴

A guerra é tema de matéria também para tratar da (questionada) cobertura midiática. A principal crítica é sobre o slogan “*War against terror*”. Na notícia, cujo texto destoa dos demais por ser quase um panfleto, há um *link* para o *website* Frontline: *merchants of cool*¹¹⁵, que identifica sete grupos de mídia (AOL Time Warner, Sony, Walt Disney, Vivendi Universal, Viacom, News Corp e Bertelsmann).

A guerra contra o terror é o gancho para outra notícia, sobre os Jogos Olímpicos de 2002 em Salt Lake City, EUA, na qual os temas da justiça global são explorados. Em “*In the shadow of the Olympics: themes of global justice*”, além dos gastos com segurança para prevenir ataques terroristas, a degradação ambiental,

¹¹³ <http://italy.indymedia.org/news/2001/08/5539.php>. Último acesso em 06/02/2006.

¹¹⁴ www.stopexxonmobil.org/. Acesso em 07/02/2006.

¹¹⁵ www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/cool/giants/. Acesso em 07/02/2006.

exploração humana e animal, mas principalmente as corporações multinacionais patrocinadoras do evento (em particular a Reebok) são temas discutidos na notícia pelos hipertextos.

A opinião está presente, mas não é explícita nas palavras, e sim evidente nas imagens. A foto da matéria “*Oil & empire, from Washington to the Gulf*”, de 08 de maio de 2003, é uma simulação que mostra uma bomba de combustível apontando a testa de uma menina, com a legenda “*A gun at your head*”. O texto fala do plano de energia do governo Bush e das suas conseqüências, como aumento da dependência do petróleo, o uso do carvão, aquecimento global, entre outras.

Outra questão ambiental aparece em matéria de 29 de março de 2004. “*Stealing the commons; the commodification of water*”, discute a privatização da distribuição da água na Índia. As questões debatidas são um acordo entre uma empresa e o governo, o aumento das tarifas de água e as lutas contrárias ao acordo e contra a mercantilização da água no mundo (para as quais há *links* de campanhas). Uma delas é da ONG India Resource Center, contra a Coca-Cola.¹¹⁶ Fonte de “*Coca-Cola sucking India dry*”, de 27 de abril de 2005, sobre a exploração da água pela empresa.

Os textos do Indymedia são curtos, rápidos e objetivos. A palavra “precisão” (*accuracy*) aparece várias vezes, o que mostra a preocupação e um certo rigor com a informação, a mesma formalmente exigida num jornalismo padrão. No Indymedia, mais que no ATTAC.info, é nítida a apropriação da perícia jornalística para fins ativistas. A intenção da ATTAC é a criação de contra-perícia para habilitar os ativistas a circularem melhor pelos temas discutidos. O jornativismo do ATTAC.info serve de ponte para a construção do conhecimento. Para o Indymedia, o jornativismo é um fim em si mesmo, ou seja, idealiza que qualquer pessoa possa “tornar-se mídia” – fazer de si um veículo de comunicação.

¹¹⁶ www.indiaresource.org/campaigns/coke/2004/heatison.html. Acesso em 07/02/2006.

Ambos mostram uma preocupação com a informação não só para expressar um ponto de vista, como fazem os serviços de contra-informação Nodo50, La Haine e Rebelión. Enquanto estes centram sua ação informativa no conteúdo dos artigos, aqueles colocam em primeiro plano a necessidade de padronizar a oferta de informação pela sua forma.

Como coletivos mais organizados, ATTAC e Indymedia desenvolvem um sistema de seleção das informações de modo a torná-las mais fáceis de acessar, ler, mas também de modo a identificá-las ao seu projeto. Desenvolvem seus próprios critérios de noticiabilidade para avaliar a pertinência dos textos. Os dois projetos defendem o valor notícia “relevância internacional” para aceitar e destacar suas matérias principais. Para isso, uma equipe fica responsável por isso.

O que orienta essa avaliação é o *frame* ativista, presente em ambos. ATTAC.info está mais preocupado com a cobertura de eventos e campanhas do movimento internacional ATTAC, enquanto Indymedia se volta para a cobertura jornalística de qualquer fato ajustado aos temas das lutas dos MJG. Pode-se dizer que o jornativismo de ATTAC é predominantemente voltado para a ação da própria organização e o jornativismo do Indymedia é o veículo de informação da rede MJG.

Os *links* que fazem os websites permitem visualizar algumas coisas. O Indymedia oferece vários deles em todas as notícias, além de estruturar as matérias e ampliar a cobertura pelo recurso do hipertexto. Ele é fundamental para seu jornativismo. É essa a particularidade da internet em relação às outras mídias. Isso permite visualizar as redes e, embora não prove o relacionamento entre os coletivos, indica as formas básicas de aliança. Já ATTAC.info não faz muitos *links*. Apresenta-se como uma mídia mais fechada, pouco interativa. A produção é realizada apenas pelos seus membros.

Jornativismo, assim, configura essa prática de noticiar os acontecimentos relativos às lutas e temas dos MJG. É uma estratégia de luta diferente da tradicional comunicação alternativa, baseada na recusa de qualquer referência à mídia comercial. A independência está relacionada com o compromisso com uma causa e na luta contra o adversário que utiliza a mesma arma: a mobilização da opinião pública.

O que se pode dizer é que quando esses ativistas combinam uma linguagem referencial, como a jornalística, assimilam junto com ela a legitimidade da sua perícia. Mas ao apropriá-la através de outros *keyings* (ajustes) constróem uma outra prática, que não é meramente panfletária nem unicamente informativa. A noção de jornativismo abrange a dimensão *informativa* da linguagem – como oferta de informações negligenciadas pelos *mainstream media* – e também a sua intenção *formativa* – como mobilização e construção de uma unidade de luta política.

5.3.3 Público: o consumidor político

Ao privilegiar as campanhas internacionais, os jornativistas acabam por criar um público que Rosenkrands (2004) chama de “consumidor político”: o público dos *websites* anticorporações. O consumidor político pode ser definido como uma pessoa que leva seriamente em consideração valores quando deliberadamente compra ou deixa de comprar certos produtos para atingir uma meta política.

Uma das características dessas campanhas é que elas se voltam contra uma corporação, numa estratégia de educação pública, para “dar um exemplo”, influenciar agenda pública e “acordar” políticos (Rosenkrands, 2004, p. 60). A lógica é se as companhias se apresentam como mais que provedoras de produtos, como ligadas a um estilo de vida e com responsabilidade social, então devem estar abertas ao escrutínio político.

O crescimento da importância da imagem das corporações tornou-as mais vulneráveis. Essa vulnerabilidade é explorada pelos ativistas, o que Naomi Klein¹¹⁷ chama de *brand boomerang*. Como essas marcas são conhecidas, elas atingem um público maior de forma mais contundente. Ao invés de discutir globalização, os ativistas discutem a ação de uma corporação. Segundo Klein, as empresas não são o alvo principal, mas uma “porta”.

¹¹⁷ Entrevista realizada por Rosenkrands, 2004.

Essa tem sido uma estratégia dos MJG. Vide os ataques a marcas como Monsanto, na questão dos transgênicos, Microsoft, na questão do software livre, Nike e Reebok, na questão da exploração do trabalho em países periféricos. Além destes, Rosenkrands (2004) ainda enumera a Coca-cola e o problema da poluição da água na Índia, a Exxon Mobil e a distribuição de petróleo, Wal-mart e o desrespeito às leis trabalhistas, e finalmente McDonalds, como a marca mais emblemática da globalização neoliberal.

Rosenkrands (2004, p. 73-4) observa a presença de *websites* orientados para informação, outros para mobilização, outros para formação de comunidades. Os primeiros servem como mídia alternativa, os segundos para obter apoio para campanhas, angariar fundos e ativistas. Os terceiros visam construir relações e dividir visões entre cidadãos. Todos refletem a lógica do protesto e não do projeto. São usados basicamente para distribuir informação. Facilitam o fluxo de informação, internamente entre os movimentos e externamente em relação à imprensa e demais cidadãos. “Websites literally brings activism to a computer near you” (Rosenkrands, 2004, p.76).

Essas campanhas evidenciam o objetivo comum dos MJG: tornar transparentes os processos de decisão política (*accountability*). Mesmo objetivo de ATTAC.info e Indymedia. Dessa forma, a atuação desses projetos nos *websites* aponta para mudanças na forma de fazer política, baseadas na luta pelo poder da nomeação dos problemas. E nisso, o *jornativismo* emerge como estratégia fundamental.

A mídia ativista é então a forma de expressão da rede dos MJG. Cada nó da rede tem suas conexões, as quais influenciam na maneira de enquadrar (*frame alignment*) as informações. Ela não atinge a pureza das suas intenções: a indistinção entre produtores e consumidores da informação, ausência de censura, pluralismo de opiniões. A razão disso é que a organização da informação exige *frame*, o ajuste à visão de mundo que une os ativistas em torno de um objetivo. Exige ainda a utilização de uma linguagem reconhecida socialmente – o jornalismo –, importando dela sua forma tipificada de construção da realidade. Do contrário, a ação perde força e frustra a comunicação de suas demandas.

Essa necessidade também impossibilita construir um *frame* homogêneo para as informações. Por isso os *ativistas de mídia* de Nodo50, La Haine e Rebelión, bem como outros coletivos das suas redes, atuam de forma diferente dos *jornativistas* do Indymedia e da ATTAC.info. No entanto, suas informações são compartilhadas e, se não há unidade de projetos, pelo menos há a partilha de um *frame* de referência, sobre o qual produzem novos ajustes de sentido.

Essa mídia é *online* e se vale dos recursos que tal meio dispõe e que, no contexto do ativismo político, evidencia aquelas conexões nos *hyperlinks* que constrói. Seu público é formado pelos próprios ativistas, mas alcança outras redes e cria a figura do consumidor político. Dessa forma, povoam o ciberespaço com produtos informativos diferentes, cujas características são aqui englobadas na noção de mídia ativista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – A mobilização da opinião pública

Ever tried, ever failed. No matter. Try again. Fail again. Fail better.
Samuel Beckett, 1961

Na sociedade da informação, a publicidade dos discursos políticos assume uma dimensão performática. Isso não significa que a política tenha perdido consistência, mas que seus agentes, ciosos da importância da sua imagem pública, precisam, para atuar eficazmente nesta esfera, de certa competência comunicativa.

Neste sentido, a opinião pública – entendida como fluxo, provisória e contingencialmente, canalizado de opinião por determinados grupos de interesse – torna-se arma de competição no mercado dos discursos públicos. Ela ainda é referência incontornável da vida coletiva e da organização da sociedade, embora se apresente de maneira muito diferente de quando emergiu nos séculos XVII e XVIII, como mediadora da produção de respostas às demandas da sociedade civil pelo Estado.

Hoje, a capacidade de resposta se tornou muito limitada, tecnicamente complexa, formalmente burocratizada e socialmente seletiva e a performance da comunicação passou a se estabelecer com base em recursos perlocutórios (exteriores ao processo comunicacional). Os meios de comunicação têm papel crucial nesta mudança: a opinião pública contemporânea é também uma opinião midiática (Esteves, 2003).

Por isso a mobilização da opinião pública hoje depende irremediavelmente do contrato com os meios de comunicação, agentes principais do que Lattman-Weltman (2003) chama de mercado dos discursos públicos, termômetro da democracia cuja qualificação se dá pelo processo de *accountability*, termo que se refere à prestação de contas, à responsabilidade pública das pessoas públicas.

Segundo o autor, mobilizar a opinião é também legitimar as estratégias de conduta política ou as intervenções na estrutura institucional democrática. Assim, considera tão ou mais importante que o desempenho “real” das instituições a percepção desse desempenho e do compromisso dos mandatários com os interesses dos representados.

Nesta acepção, os representados são consumidores de informação ou, como prefere o autor, investidores do mercado de discursos públicos. O “investimento” depende da capacidade de se fazer ouvir ou repercutir as versões de seu interesse. A formação da opinião pública depende então da potencialização retórica de grupos sociais, os quais promovem, midiaticamente, a *accountability*.

O problema é que nesse processo a mídia exige a transparência dos outros campos sociais – por ora caindo no “denuncismo” – mas recusa a promovê-la para si, “o que demonstra a urgência da absorção da mídia, suas linguagens e especificidades como objeto central e inescapável da investigação política contemporânea” (Lattman-Weltman, 2003, p. 177).

Os movimentos por justiça global (MJG) localizam na mídia um adversário central, por entender que ela reproduz o discurso dos centros de poder. Colocam como meta forçar esse poder (das corporações, das agências multilaterais e da própria mídia) a prestar contas e tornar transparentes suas decisões. E utilizam as convenções da mídia para subverter esse estado de coisas.

Embora na fala dos ativistas, exista a crença na independência dos movimentos sociais em relação ao Estado, sua ação – competir no mercado público de discursos – mostra que ainda há a necessidade de traduzir demandas em respostas, de mediar o discurso por uma linguagem institucionalizada que já tem canais de acesso à esfera pública, influenciando assim as decisões políticas.

Outra crença dos ativistas é o que Miguel (2000) chama de miragem da sociedade da informação, de que as novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) promoveriam a democratização da participação política. De fato, aumenta o fluxo de opiniões, mas aquelas que se constituem no espaço público precisam ainda concorrer com todas as outras. Por isso é preciso verificar como e onde os movimentos sociais conseguem tal empreendimento, objeto desta tese.

A pesquisa mostra que essa democratização ocorre em duas direções, não necessariamente naquelas sonhadas pelos ativistas. Uma que se dá via protestos, no que aqui foi denominado “intervenções ativistas nos *mainstream media*”. A subversão do

código jornalístico para entrar na agenda pública, com todas as perdas e ganhos que tal estratégia traz. As perdas referem-se às conseqüências de uma cobertura superficial e freqüentemente criminalizadora dos movimentos sociais. Os ganhos são a visibilidade e a entrada, ainda que não da maneira desejada, na agenda de discussão pública.

A espetacularização passa a ser, com a ação dos MJG, o recurso pelo qual os ativistas exploram os critérios de noticiabilidade, ajustando seu *frame* ao *frame* jornalístico. Essa estratégia, no entanto, na medida em que se torna familiar aos meios jornalísticos, perde força, mas torna os ativistas fonte de informação relevante toda vez que um protesto se realiza. Algumas organizações dos MJG são mais bem sucedidas que outras nisso, justamente aquelas cuja ação está mais institucionalizada.

O fato de tornar-se fonte é muito importante numa estratégia midiática, considerando que são as fontes que canalizam o fluxo de informação para determinados enfoques e, conseqüentemente, vão formar o movimento da opinião pública sobre a questão em debate. Nunca é demais frisar que a opinião pública resulta da divergência e não do consenso, como se crê. Os públicos discordam em relação a um tema e o resultado do debate configura, mas não de forma uniforme nem harmônica, o estágio da discussão até aquele momento. Há, obviamente, diferenças de acesso das fontes aos *mainstream media* – as oficiais são as mais procuradas e outras são sub-representadas –, mas uma vez agendado o *frame contest*, as chances de inserir a leitura da realidade em desvantagem aumentam.

A outra direção da democratização da comunicação é a construção do que os ativistas chamam de “mídia alternativa” e que aqui foi chamada de “mídia ativista”, a qual se apresenta pelo menos de duas formas distintas: *ativismo de mídia* e *jornativismo*. Interessante é notar que a produção de notícias dos *websites* dos MJG se aproxima muito da forma dos seus adversários. A comunicação interna fala a linguagem dos ativistas, mas de uma maneira a “emprestar” a perícia jornalística e, por extensão, sua legitimidade.

A rede de comunicação tecida pelos ativistas mostra que essa prática informativa não configura um espaço de idéias convergentes. Ao contrário, apresenta

frame contests “internos”, ou seja, divisões entre os ativistas sobre seu papel na luta por justiça global, sobre o que é um serviço de contra-informação e sobre as formas de enfrentamento dos seus adversários. Isso mostra o desenho da diversidade de atores presentes na rede. Liberato (2003) já havia identificado a fratura no seio do movimento antiglobalização provocada pelo conflito entre movimentos de oposição e de resistência. Os primeiros têm mais entrada na mídia porque traçam caminhos mais institucionalizados e os segundos tendem a ser por ela criminalizados por causa da ação direta que promovem. Por isso os *jornativistas* são diferentes dos *ativistas de mídia*, por vezes trocando acusações entre si.

Dos *jornativistas* é conveniente destacar a construção de seus próprios valores notícia, a conseqüente definição dos critérios de seleção de informação e das sessões que organizam as informações nos *websites*. E na oposição ao *frame* jornalístico acabam por negar a este o que acham legítimo para si: a parcialidade. Acusam os *mainstream media* de tomar partido dos interesses das corporações, o que faz deles “pseudo-objetivos”. Mas o engajamento não é visto como problema para a mídia ativista.

O que vale ressaltar é que a comunicação dos MJG se dirige a públicos específicos, os chamados “consumidores políticos” de Rosenkrands (2004). Quando se fala em consumo de informação, há uma conotação pejorativa, porque consumo sempre foi associado à passividade. Mas quando se trata de comunicação, a recepção da informação é sempre interpretação, re-elaboração, re-significação.

Se as fronteiras entre público e privado não são tão nítidas, assim como a distinção entre Estado e sociedade civil, a questão dos públicos precisa de reavaliação. Os públicos para as informações sobre os temas da mídia ativista estão em formação, assim como os demais públicos em torno de outras questões. O público das campanhas dos MJG é formado genericamente pelos usuários ativistas da internet. Se é possível falar de um “ciberespaço público” construído pelo debate promovido pelos *websites* ativistas é uma questão a discutir.

A mídia ativista deixa visualizar as conexões das redes dos MJG. Ao desenvolver os serviços de contra-informação, compartilhando textos e visões, os ativistas fortalecem seus laços, no que Scherer-Warren (2005) chama de dimensão estratégica das redes sociais. E o desenho do *frame* –, com formas mais ou menos nítidas, dependendo do contexto de ação dos atores, pela construção de outros significados para a informação (*re-frame*) –, diz respeito a sua dimensão cognitiva. Com isso, a internet pode ser pensada como um cenário de ação política, no qual os problemas sociais são concebidos, percebidos e perlocutoriamente debatidos.

A internet é ainda, para os MJG, um espaço de empoderamento, entendido como a reunião de recursos que permitem aos ativistas tomar parte das decisões que lhes afetam, ainda que no nível da nomeação dos problemas, por meio de sua voz. Segundo Horochovski (2005, p. 28), “pessoas e grupos se empoderam quando conquistam autonomia para, nos limites das coerções normais em qualquer agrupamento humano, decidir sobre seu destino”. Para ele, os recursos (sociais, econômicos, políticos e psicológicos) são poderes e empoderar significa desconcentrá-los.

Bennet (2004) afirma que a importância da internet (ou redes de comunicação digital) se deve ao fato de que ela possibilita a mudança do jogo político em favor daqueles pobres em recursos, para os quais ela é mais transformadora do que para as organizações mais instituídas. Nestas a internet funciona como facilitadora de rotinas comunicacionais preexistentes. Naquelas, conduz à formação de coalizões amplas e flexíveis, que as tornam fortes seus nós frágeis.

A pesquisa mostra que os serviços de contra-informação mais exitosos, em termos de empoderamento, nos seus projetos são justamente aqueles que se dedicam a um trabalho de edição. Com um *frame* mais preciso, mais chances tem a informação de se transformar em conhecimento útil para o consumidor dela. Quanto mais frouxo este *frame*, a perda de informação só tende a crescer e frustrar a intenção ativista de mobilização.

O ideal da “comunicação de mão dupla” mostra-se difícil de atingir, ainda que o Indymedia mantenha um espaço para o envio de textos pelos usuários. Não há

comunicação ativista sem padronização, sem seleção de informação – que ora é tachada de censura –, sem uma equipe especializada para a tarefa. Como frisa Miguel (2000), o jornalista, quando em meio a amadores, tende a centralizar o poder e tutelar os demais. Quando ausente, obriga os ativistas a “reinventar a roda”, resultando um produto tosco, de baixa qualidade.

A comunicação dos movimentos sociais na internet concorre com a grande mídia com desvantagens. Primeiro porque a internet ainda é um espaço para habilitados. E segundo, como já antecipou Rucht (2004a), os ativistas dependem muito do espaço da imprensa convencional para conduzir a sua mensagem a públicos mais vastos. O que torna a mídia ativista na internet diferente é a descentralização da produção de informação e a edição personalizada das informações pelo recurso do hipertexto. Mas apesar da impressão de liberdade que a hipertextualização pode dar, ela reforça a divisão entre produtores e consumidores de informação (Miguel, 2000).

Apesar dessas ressalvas, não se pode negar a existência de efeitos políticos do ciberativismo. Para Bennet (2004), as implicações políticas da internet variam e dependem de como ela é utilizada na prática social associada. As práticas comunicativas dos ativistas caracterizam e organizam sua política. Assim, as redes de comunicação informam as redes sociais, ou seja, não é a internet que cria os laços entre os movimentos sociais, mas ela os recria. “The idea here is not that communication networks replace social transactions or dispel the identity issues of collective action. Rather, the nature of social transactions, themselves, is changing due to the capacity of distributed communication networks to ease personal engagement with others” (Bennet, 2004, p. 129). Dessa forma, a comunicação dos movimentos sociais é ao mesmo tempo estratégia política e recurso organizacional.

O ativismo global se caracteriza pela comunicação de campanhas permanentes para organizar protestos e publicizar questões. As campanhas internacionais são elas mesmas organizações políticas que sustentam as redes na ausência de lideranças de organizações centrais. Seus alvos são largamente conhecidos e noticiáveis, são conectados com questões de estilo de vida, e os *websites* para elas

criados formam uma “comunidade epistêmica” que faz da campanha fonte de conhecimento sobre os problemas. A campanha também não exige ação do consumidor, pois mira a marca da empresa para lhe ameaçar com publicidade ruim.

A cibercomunicação é ideologicamente fraca, mas precisa nas ações. As redes dos MJG não produzem uma ideologia comum e permitem que diferentes perspectivas políticas coexistam sem os conflitos que tais diferenças pudessem criar em coalizões mais centralizadas. Adversários em algumas campanhas podem tornar-se eventuais aliados em outras.

A ATTAC ilustra bem essas características apresentadas por Bennet. Ela surge como organização da campanha específica pela Taxa Tobin e rapidamente acolhe outras questões, principalmente com o engajamento na rede dos MJG. Com isso, alarga o seu escopo de ação, mas perde em unidade de conteúdo. Daí que a criação da ATTAC.info representa uma tentativa de recuperar essa unidade e precisar seu *frame*.

Outra generalização possível é que os padrões de uso da internet afetam a qualidade organizacional das redes e o desenvolvimento interno das organizações membro. Bennet (2004) observa que as redes de comunicação na internet afetam de diferentes maneiras as dinâmicas organizacionais. A parceria pode mudar o padrão da rede, pode levar a outras redes, pode criar outras redes e até transformar a organização pela característica das informações produzidas.

A última generalização é que a nova mídia pode alterar os fluxos de informação da mídia de massa, o que esta tese analisa como transformação dos *websites* ativistas em fontes de informação para os *mainstream media*. Segundo Bennet (2004), as esferas públicas criadas pela internet são mais que universos paralelos de informação que existem independentemente da mídia de massa. Ao contrário, a internet muda a forma como são feitas as notícias em função da oferta de contra-informação, porque a capacidade de *gatekeeping* se enfraquece diante do surgimento de outras fontes de informação que não as oficiais.

Isso também está relacionado com a habilidade dos *jornativistas* de subverter a perícia jornalística nos seus *websites*, estabelecendo uma competição de *frames* no

mercado dos discursos públicos. É nesse sentido que se pode falar de uma democratização da comunicação, não pela eliminação da mídia inimiga, mas pela convivência democrática entre as mídias adversárias.

Dessa forma, a mídia ativista se caracteriza pelo empreendimento de campanhas permanentes (as quais têm mais chance de cobertura positiva do que os protestos), pelo crescimento de amplas redes apesar e por causa do seu caráter pluri-identitário, e pela capacidade de comunicar mensagens dos *desktops* para as telas de televisão e páginas de jornal. “The same qualities that make these communication-based politics durable also make them vulnerable to problems of control, decision-making and collective identity” (Bennet, 2004, p. 145).

A questão da democratização da comunicação, para além do ideal liberal de liberdade de imprensa, atenta para a existência de um dilema entre a meta *universalista* de empoderar todos os cidadãos por mecanismos que os habilitem a expressar suas opiniões coletivamente, e a meta *pluralista* de assegurar que uma variedade de opiniões possa ser expressa por cidadãos particulares, os quais representariam um “público” (Keane, 1991, p. 165). Este parece ser o impasse para os MJG, que fica acirrado principalmente nos momentos dos fóruns mundiais: o limite muito tênue entre a abertura para uma participação democrática e o risco da ação cair no vazio.

O livre fluxo de informação é um mito a ser combatido pelo reconhecimento de que o combate às desigualdades da liberdade comunicativa não passa pela eliminação da mídia, como um mal em si, mas pela proliferação de uma ampla variedade de outras mídias, das quais apenas algumas estariam sujeitas aos procedimentos de uma “democracia direta”. A tese segundo a qual a liberdade de comunicação é um veículo para a certeza, conhecimento e difusão de um consenso racional democrático está obsoleta (Keane, 1991, p. 175). Ao contrário, práticas democráticas facilitam o desentendimento, possibilitam a desaprovação e a revisão de acordos estabelecidos.

“Democratic procedures sometimes allow the majority to decide things about which they are blissfully ignorant; but they also enable minorities to challenge blissfully ignorant majorities, to bring them to their senses. They enable some citizens to tell

others what they do not want to hear. Democratic procedures enable citizens to think twice and say no” (Keane, 1991, p. 178).

A afinidade eletiva entre MJG e internet evidencia um fenômeno interessante: as TICs não são apenas instrumentos de democratização da comunicação pela facilidade de oferta de outros significados para a informação, mas o próprio exercício democrático de disputa simbólica. Talvez seja o que Mouffe (2003) chama de pluralismo agonístico, ou seja, a convivência de pontos de vista e projetos de sociedade distintos e até divergentes, com concessões deste e daquele lado.

A autora frisa a importância do dissenso numa sociedade democrática, que não pode mais ser concebida como aquela que realizou o sonho de uma perfeita harmonia e transparência, mas como espaço no qual nenhum ator social poder atribuir a si mesmo a representação da totalidade. Assim, no conflito político, o “outro” não é visto como inimigo a ser destruído, mas como adversário, que possui o direito de lutar. Daí que o antagonismo entre inimigos seja transformado em agonismo entre adversários e seja também, para ela, o objetivo da política democrática. “Longe de por em perigo a democracia, a confrontação agonística é sua condição de existência” (Mouffe, 2003, p. 16).

A divergência diz respeito ao significado e implantação dos princípios ético-políticos da democracia, os quais, no entanto, são partilhados. O consenso é sempre provisório e baseado numa confrontação em curso. Isso significa que não há uma democracia como devir, mas se realizando. Embora o discurso dos movimentos sociais – como é típico de seu *frame* – apresente uma idéia de democracia como porvir, a sua prática contra-informativa evidencia o debate democrático acontecendo entre adversários políticos. E é justamente o fato desses adversários não terem igualdade de condições de disputa a *raison d'être* da democracia. Não há um Éden após a vitória de um dos combatentes.

Os *ativistas de mídia* e os *jornativistas* encenam com seus adversários dos *mainstream media* um conflito em torno do significado da informação. Manejam recursos, constroem seus *frames* mediados pelas TICs, as quais recriam as experiências

de enfrentamento. Lutam pela canalização da informação para um sentido que se torne predominante no fluxo contingente de opinião, ou seja, lutam para mobilizar a opinião pública para aumentar seus recursos simbólicos e legitimar sua posição no mercado público de discursos.

Com isso, os ativistas pressionam os poderes instituídos a se tornarem visíveis, para então negociar publicamente os significados para os problemas sociais. A globalização, tida até a emergência da rede dos MJG como fenômeno resultante da inexorável expansão internacional do comércio, passa a ser “lida” também como causadora de prejuízos sociais e culturais até então não discutidos abertamente.

Para tal abertura, os agentes da globalização contestada são apresentados, mas o são estrategicamente, de modo que seus canais de comunicação sejam ocupados pelas visões de seus adversários e não possam ser ignorados. A contra-ofensiva é a criminalização e deslegitimação da oposição e o resultado do enfrentamento é o reconhecimento de posições antagônicas em disputa.

O poder de nomear a realidade social – a ação ilocutória – orienta a tomada de decisão sobre seus problemas – ação perlocutória –, por isso a dimensão simbólica da ação coletiva é tão fundamental para os rumos da política. Por isso a mobilização da opinião pública envolve processos de *accountability*, desenvolvimento de projetos de contra-informação para competir com os *frames* estabelecidos.

As redes de comunicação são então canais de empoderamento dos movimentos sociais, diminuem a defasagem de recursos entre os adversários e abrem caminho para a inserção dos pontos de vista dos ativistas no debate público. Mas elas, as redes, não são desprovidas elas mesmas de disputa de poder, nem são absolutamente independentes das práticas que contestam.

A noção de *jornativismo* quer justamente evidenciar que a experiência da mídia ativista é informada por práticas já estabelecidas e reconhecidas como garantia de credibilidade para as informações. Quando a mídia ativista lança mão das rotinas produtivas e das convenções de um jornalismo padrão não significa que os seus produtores tenham “cedido” a um mal necessário, mas que o trabalho de *re-frame*

pressupõe um ajuste sobre um *frame* primário, sem o qual não é possível subverter o sentido anterior.

O lugar das TICs na comunicação dos MJG evidencia que a tecnologia não é apenas instrumento de veiculação de informação, mas que opera um processo de mediação e, portanto, um trabalho reflexivo, no qual a estratégia de comunicação interna – a mídia ativista – comunica a estratégia de comunicação externa – as intervenções nos *mainstream media*.

Ao mesmo tempo em que informam, os *jornativistas* se formam: comunicam não apenas aos outros seus pontos de vista, mas também se reconhecem como ativistas e, com isso, reorientam sua ação constantemente. A noção de *jornativismo*, enfim, abrange, portanto, a dimensão *informativa* da linguagem – como oferta de informações negligenciadas pelos *mainstream media* – e também a sua intenção *formativa* – como mobilização e construção de uma unidade de luta política.

A *frame analysis* permitiu, nesta pesquisa, perceber a ambivalência dos discursos dos ativistas e diferenciar suas orientações. O *frame* sustenta a definição da situação – como luta anticapitalista, antiglobalização, rebeldes, desobedientes, contra-peritos –, mas está sempre referenciado nas formas tipificadas de interpretação da realidade, sendo uma delas o jornalismo. O *frame contest* é, portanto, uma ação reflexiva, pela qual os atores têm que redefinir a situação na interação com o outro, porque a realidade nunca acontece de forma típica. A mídia ativista oferece outras formas de tipificação, mas essa oferta só é possível porque houve um ajuste do *frame* contrário, subvertido para outra construção de sentido, com outro sistema de relevâncias.

Assim a cobertura jornalística do ciclo de protestos apresenta a seguinte ambivalência: enquanto o texto da notícia abordava os acontecimentos de forma desfavorável aos ativistas, as fotografias, ao contrário, comunicavam uma imagem favorável, mesmo quando só enquadrou o confronto com policiais. A fotografia da agência Reuters, que mostra a manifestante em Washington (p. 109) oferecendo uma flor ao policial, diz o que não seria possível dizer no texto. Mostra não apenas o

confronto físico, mas também o confronto simbólico de visões de realidade, de valores e formas de expressão. Este exemplo é suficiente para visualizar que a construção da notícia pelos *mainstream media* também é permeada de contingência e a notícia, produto final, é um resultado impremeditado da interação entre repórteres, editores e as fontes.

O resultado do *frame contest* para os ativistas é a mídia ativista. Este *frame* já é um segundo ajuste sobre o padrão jornalístico, com as variações que a pesquisa procurou mostrar. As TICs participam de forma fundamental na construção desse *frame* ativista e não são meros suportes técnicos, mas parte constitutiva dele. Não apenas transmitem a informação, mas é fator primeiro da organização da rede, o que incide sobre as formas de expressão por elas veiculadas.

A mídia ativista provoca uma crise no sistema especialista do jornalismo porque sua perícia é assimilada pelos leigos (não tão leigos) e sua legitimidade é assim questionada. Como ação reflexiva, o *frame contest* transforma ambos os *frames*. Os *mainstream media* são obrigados a rever a hierarquia das suas fontes e a mídia ativista tem naqueles um público importante. E as ações de ambos – mas principalmente da mídia ativista – estão baseadas na expectativa da ação do outro.

Escolher um *frame* é escolher um público. E escolher um público pressupõe a intenção de mobilizar a opinião. Nesse momento, a mídia ativista vive um dilema: ela é mais “mobilizadora”, ou seja, atinge públicos mais vastos e consegue potencializar sua mensagem, na medida em que se aproxima do *frame* jornalístico. Em outros termos, quanto mais “profissional” a sua produção de informação, maior a penetrabilidade das suas questões na esfera pública.

Por isso que a denominação mídia ativista é mais adequada para a comunicação dos MJG do que mídia alternativa. Se os atores coletivos pretendem que essa mídia opositora tenha algum efeito político, é preciso ser estratégico e usar as mesmas armas dos adversários. Apostar numa mídia que recusa qualquer identificação com práticas já institucionalizadas pode levar a ação ao vazio. Outro aspecto a considerar é a expectativa da participação dos usuários na produção de informação: essa

participação não é livre, mas está sujeita a critérios preestabelecidos. No caso da mídia ativista, o *frame* é o limite.

Isso fica claro na comparação entre os *ativistas de mídia* e os *jornativistas*. Os primeiros utilizam a internet como espaço para veicular todas as informações que julgam relevantes. Para os três serviços de contra-informação pesquisados a internet é “a” mídia alternativa, na qual a liberdade de expressão não pode ser restringida, porque está baseada na “difusão horizontal” da informação. Os coletivos, no entanto, apesar de partilharem o *frame* de referência – de esquerda, socialista e contra o neoliberalismo – produzem diferentes estratégias. Nodo50 se propõe a ser um provedor para todos os grupos ativistas, funcionando como um denso banco de dados. Com isso, restringe-se ao *frame* de referência.

Já La Haine apresenta a própria posição ideológica como organizadora do *frame* das informações. Produz artigos opinativos, geralmente assinados por intelectuais engajados ou escritos pelos seus “repórteres”, os quais, contudo, imprimem muito claramente sua tendência. A *home page* se parece com um webjornal, mas o conteúdo dos textos marca bem o lugar discursivo dos produtores. Rebelión produz “quase-notícias”, ou seja, mostra uma preocupação um pouco maior com informações referenciais do acontecimento narrado, em razão até das eventuais parcerias com os *mainstream media* “críticos”. A disposição dos textos de Rebelión é a mais próxima, entre os *ativistas de mídia*, das convenções de um jornalismo padrão.

Percebe-se assim, uma certa oscilação do *ativismo de mídia*: ora se afasta ora se aproxima do padrão jornalístico. Recusam a objetividade jornalística, mas assumem a parcialidade e a tendenciosidade. E embora acreditem na internet como a grande chance de democratizar a comunicação, não exploram suas potencialidades técnicas e, conseqüentemente, expressivas.

Os *jornativistas*, por sua vez, assumem não só sua posição política, mas também a utilização das convenções jornalísticas para comunicar sua mensagem. Defendem genericamente o pluralismo de vozes, especialmente facilitado pela internet, mas delimitam mais claramente as fronteiras entre os objetivos políticos e os projetos de

contra-informação. A ATTAC define o objetivo da ATTAC.info como a produção de informação que habilite seus usuários a tornar-se peritos nos assuntos tratados. É uma meta pedagógica, baseada numa cobertura jornalística qualificada. A perícia jornalística é subvertida para a produção de contra-perícia.

O Indymedia não visa a produção de conhecimento, mas a difusão de notícias sobre os temas dos MJG. Ainda que “qualquer pessoa” possa “tornar-se mídia”, a veiculação de notícias nos *websites* passa necessariamente pelo crivo de uma equipe editorial, a qual define os critérios de noticiabilidade do acontecimento coberto. Funciona como uma grande agência ativista de notícias, a qual padroniza e orienta sua produção em todos os indymedia espalhados pelo mundo.

Assim, para cada categorização se abrem novas distinções. A mídia ativista é, portanto, um fenômeno multifacetado, assim como a sociedade na qual ela dinamicamente se desenvolve.

Esse estudo da mídia ativista deixa várias questões em aberto. O fato das campanhas globais terem se tornado a ação privilegiada dos MJG exige um olhar mais atento para o processo de formação das redes de movimentos em torno delas: quais coletivos ativistas as iniciam, como se dá a articulação das redes, quais *websites* são criados e quais criam novos coletivos e como são construídas as identificações entre eles.

Um ponto de partida pode ser investigar a iniciativa de várias ATTACs e outros coletivos como o Network Institute for Global Democratization (NIGD), que visa unificar numa só campanha todas as outras que defendem uma taxa para transações financeiras. O projeto, lançado no Fórum Social Mundial de 2005, em Porto Alegre, se chama “Campaign and Draft Treaty on Currency Transactions Tax (CTT)” para o qual foi criado o *website* www.ctt.campaings.info.

Outra possibilidade é explorar o perfil dos ativistas, verificar as suas motivações, bem como suas origens sociais e profissionais, para observar de que maneira essas características orientam ou não a sua ação política e informativa. Olhar

mais de perto como eles “definem sua situação”, como organizam o trabalho e a formação das equipes editoriais, para comparar suas falas com a análise de seus produtos. Em relação à linguagem dos *websites*, outra possibilidade é elaborar tipologias das formas de expressão (ou *frames*) relacionadas com a questão principal que une o coletivo ativista e verificar se há variações nos processos de *framing*.

Assim como não há homogeneidade na mídia ativista, vale também observar as variações do *frame* jornalístico nos *mainstream media*, nos quais é possível encontrar veículos mais ou menos “críticos” e/ou pluralistas.

Existe ainda o aspecto da recepção da informação pelos usuários/ativistas, se há mudança de percepção dos problemas a partir do relacionamento com a produção de notícias dos *websites*, o que exigiria um esforço considerável para selecionar públicos e analisá-los via métodos de pesquisa qualitativa. Mais uma vez, Goffman e sua “análise da fala” e a etnometodologia seriam interessantes para tal investigação.

Walter Benjamin, no ensaio “O Narrador” (1936), encontra correspondência entre o desenvolvimento das tecnologias e a mudança nas formas de expressão da experiência. Ele descreve o declínio da narrativa oral – forma “artesanal” de comunicação característica das comunidades medievais – como resultado da progressiva difusão das técnicas de impressão, que popularizam o livro e veículos impressos. Se na narrativa oral era preciso partilhar o contexto da comunicação, com o livro (e o romance como estilo) a leitura pressupõe o indivíduo isolado. Mas o fim da narrativa se dá, segundo o ensaísta, com a propagação da informação como forma de comunicação predominante. Esta exige uma verificação na realidade, só tem valor no momento em que é nova e se alimenta de uma certa “impaciência do leitor”, que exige cada vez mais informação.

A informação não narra, ela descreve. Benjamin não avalia esse fenômeno como algo a ser lamentado. Ao contrário, afirma que “os fatos técnicos” de determinado contexto social e histórico devem ser levados em conta numa análise que pretenda identificar as formas de expressão que, de fato, conseguem comunicar alguma coisa.

Em “O autor como produtor” (1934), Benjamin afirma que é justamente a imprensa a instância decisiva para a “redenção da palavra”. Ele se refere à participação dos intelectuais engajados em causas políticas na produção literária. Como a informação é a forma de comunicação mais difundida na sociedade – por ele considerada um gênero literário –, é por ela que a ação política pode ser transformadora.

Com isso, ele quer combater o romantismo da militância política e apontar para uma ação mais estratégica. Quando afirma que “a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando for também correta do ponto de vista literário”, ele quer dizer que são infecundas as produções textuais que se restringem ao modelo do panfleto, cuja linguagem não interpela seus destinatários.

“O autor como produtor” é uma espécie de manifesto teórico sobre o papel do intelectual no processo de produção, baseado no entusiasmo de Benjamin com as novas mídias, como a fotografia e o cinema (Prudencio, 1996). O principal conceito do texto é o de autor atuante: especialista burguês solidário com o proletariado. Independentemente do seu próprio engajamento, o que é interessante reter desse ensaio é a idéia de que a qualidade emancipatória do texto é intimamente ligada a sua qualidade técnica. Ou seja, a produção de informação deve ser esteticamente sustentável. E essa empreitada se dá pela assimilação das técnicas disponíveis para isso.

Essa referência a Benjamin visa aproximar o conceito de autor atuante com a experiência da mídia ativista: uma produção de informação voltada para a mobilização política, orientada por tendências ideológicas (ainda que várias e difusas), que se vale das TICs e cujo resultado é uma forma híbrida de linguagem. Seus produtores são especialistas que emprestam sua perícia à causa coletiva. Por isso é importante entender que a mediação tecnológica ajuda na superação da distinção forma e conteúdo. Ou seja, ao combinar a forma jornalística com um conteúdo ativista, a mídia ativista transforma ambos.

O que os ativistas dos MJG fazem nos e pelos seus *websites* revela que a ação coletiva contemporânea, altamente midiaticizada, fala a linguagem do seu tempo. O conflito com os adversários provoca ganhos e reveses. Por isso é preciso, como avisava

Benjamin na década de 1930, desenvolver a mesma competência dos adversários e imprimir qualidade técnica à tendência política.

A mídia ativista, enfim, concorre na esfera pública para a definição do que é importante discutir. Mobilizar a opinião pública torna-se fundamental para atuar politicamente. Não há vencedores nem vencidos nesse duelo, porque, na democracia, o embate/debate nunca termina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPADURAI, Arjun. *Disjuncture and difference in the global cultrual economy*. FEATHERSTONE, Mike (ed.). **Global culture**. Nationalism, globalization and modernity. London: Sage, 1990
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- _____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BECK, Ulrich. **The reinvention of politics**. Rethinking Modernity in the global social order. Cambrigde, UK, Polity Press, 1977.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo:Unesp, 1997.
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BENAKOUCHE, Tamara. *Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico*. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina. Cadernos de Pesquisa, nº 17, setembro de 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Proibido colar cartazes! A técnica do escritor em treze teses*. **Rua de mão única**. Obras Escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. (1936). **Magia e técnica. Arte e política**. Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. *O autor como produtor*. Conferência pronunciada no Instituto para o Estudo do Fascismo. (1934). Obras Escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BENNET, W. Lance. *Communicating global activism strengths and vulnerabilities of networked politics*. VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyber protest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- BLUMER, Herbert. *Massa, público e opinião pública* (1946). In COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- _____. **O poder simbólico**. São Paulo: Difel, 1989.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.

DIAS, Renata. **As relações entre o político e o midiático na tematização do acontecimento**. Os movimentos de resistência global em mídias radicais, informativas e de organizações. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo, Unisinos, 2005.

DOWNING, John D. H. **Mídia radical**. Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.

ESTEVES, João Pissarra. *Opinião pública e democracia na sociedade da informação*. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. 11 de junho de 2003. Disponível em www.bocc.ubi.pt.

FERRAZ, Marcos A. S. **Jornalismo nos sindicatos**. Da prática à abstração da ação social. Dissertação. Mestrado em Sociologia das Organizações. Universidade Federal do Paraná, 2000.

GAMSON, William. **The strategy of social protest**. Belmont, CA: Wadsworth Publications Co., 1990.

GANS, H. **Deciding what's news. A study of CBS evening news, NBC nightly news, Newsweek and Time**. Pantheon Books, NY, 1979.

GIDDENS, Anthony. *Estruturalismo, pós-estruturalismo e a produção da cultura*. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999

_____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GITLIN, T. **The whole world is watching**. Berkeley: UCLA Press, 1980.

GOFFMAN, Ervin. **Frame analysis**. An essay on the organization of experience. Cambridge, MA: Harvard University Presse, 1974.

GOHN, Maria da Glória (org.) **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. De Seattle a Gênova: uma radiografia dos movimentos antiglobalização. **Folha de S.Paulo**. 27 jan. 2002. Caderno Mais! p. 14-15.

GOLDING, P. & ELLIOT, P. **Making the news**. London: Longman, 1979.

GOMES, Pedro Gilberto. **Tópicos de teoria da comunicação**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.

GOMES, Wilson. *Esfera pública política e 'media': com Habermas, contra Habermas*. In: RUBIM, Antônio A. C.; BENTZ, Ione M. G.; PINTO, Milton J. (orgs.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. P. 155-186.

GOSS, Karine P e PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Revista eletrônica Em Tese. Vol. 1, nº 2, janeiro-junho/2004. www.emtese.ufsc.br

HACKETT, Robert A. *Declínio de um paradigma? A parcialidade e a objetividade nos estudos dos media noticiosos*. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HERITAGE, John C. *Etnometodologia*. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999

HONNETH, Axel. *Teoria crítica*. In: GIDDENS, A. e TURNER, J. (orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Unesp, 1999

HOROCHOVSKI, Rodrigo. **Empoderamento: balanço teórico e sinalizações**. Monografia de Graduação. Bacharelado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Paraná, 2005.

JOAS, Hans. *Interacionismo Simbólico*. In: GIDDENS, A. & TURNER, J. **Teoria Social Hoje**. São Paulo: Unesp, 1999.

KOOPMANS, Ruud (2002). *Movements and media: selection processes and evolutionary dynamics in the public sphere*. (forthcoming in **Theory and Society**). Disponível em www.wz-berlin.de/poem/pdf/koopmans_mov_and_media_revised.pdf

KEANE, John. **The media and democracy**. Cambridge: Polity Press, 1991.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**. Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LASSWELL, Harold. *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. In: CONH, Gabriel (org.) **Comunicação e indústria cultural**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1987.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *Mídia e transição democrática: a (des) institucionalização do pan-óptico no Brasil*. In: ABREU, Alzira; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; KORNIS, Mônica. **Mídia e política no Brasil**. Jornalismo e ficção. São Paulo: Editora da FGV, 2003.

LE GRIGNOU, Brigitte; PATOU, Charles. *ATTAC(k)ing expertise: does the internet really democratize knowledge?* VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** São Paulo: Editora 34, 1996.

LIBERATO, Léo Vinícius M. *Movimento antiglobalização: distinções analíticas e uma crítica a Alain Touraine*. Revista Eletrônica Em Tese. Vol 1, número 1. Agosto-Dezembro, 2003. p. 70-86.

LUDD, Ned (org.). **Urgência das ruas**. Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global. São Paulo: Conrad Editora, 2002.

MAIA, Rousiley. *Redes cívicas e Internet. Do ambiente informativo denso às condições da deliberação pública*. In: EINSENBURG, José (org.) **Internet e política**. teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

MATTELART, Armand & Michelle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.

McCARTHY, John; ZALD, Mayer. *Resource mobilization and social movements*. American Journal of Sociology. May 1977, 82:1212-41.

McLUHAN, Marshall (1964). **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo, Cultrix, 2002.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999.

_____. **Challenging codes**. Colletive action in the information age. Cambridge: University Press, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. *As novas tecnologias e a democratização da informação*. Revista Lugar Comum. Estudos da mídia, cultura e democracia. Número 9, setembro 1999/abril 2000. NEPCCM, UFRJ.

MITRE, Maya; DOIMO, Ana Maria; MAIA, Rousiley. *Redes de participação, Internet e novos espaços públicos: o caso da DHNet*. Revista Comunicação & Política, v. X, nº 2, maio-agosto de 2003.

MONTERO, Maria Dolores. **La informacion periodística y su influencia social**. Barcelona: Editorial Labor, 1993.

MORAES, Denis de. *O ativismo digital* (2001). Disponível em www.bocc.ubi.pt

MORAES, Denis de. *Comunicação virtual e cidadania* (2002) . Disponível em www.saladeprensa.org/art156.htm

MOUFFE, Chantal. *Democracia, cidadania e a questão do pluralismo*. Tradução de Kelly Prudencio. In Revista Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. v. 1 n. 3. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

NEALE, John. **You are G8, we are 6 billion**. The truth behind Genoa protests. London: Vision Paperbacks, 2002.

ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

Perspectives. Canadian Security Intelligence Service Publication. “Anti-globalization – a spreading phenomenon”. Report #2000/8.

POSTER, Mark. *Cyberdemocracy. Internet and the public sphere*. In PORTER, David (ed.) **Internet culture**. New York and London: Routledge, 1997.

_____. **The mode of information**. Cambridge: Polity Press, 1990.

POSTMAN, Neil. **Amusing ourselves to death**. Public discourse in the age of show business. New York: Penguin Books, 1985.

PRUDENCIO, Kelly C. S. *Mídia e movimentos sociais contemporâneos*. A luta do sujeito pela construção do significado. Revista Comunicação & Política. Rio de Janeiro: Cebela, volume X, número 3, setembro/dezembro de 2003.

_____. **As perspectivas de ação literário-jornalísticas segundo a teoria da narração de Walter Benjamin**. Monografia. Especialização em Filosofia Política. Universidade Federal do Paraná, 1996.

RAMONET, Ignacio. **Geopolítica do caos**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Política cibercultural*. Ativismo político à distância na comunidade imaginada-virtual. In: ALVAREZ, S; DAGNINO, E; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2000.

RODRIGUES, Adriano D. **Comunicação e cultura**. A experiência cultural na era da informação. Lisboa: Presença, 1993a.

_____. *O acontecimento*. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993b.

_____. **Estratégias de comunicação**. Questão comunicacional e formas de sociabilidade. Lisboa: Presença: 1990.

ROSENKRANDS, Jacob. *Politicizing Homo economicus: analysis of anti-corporate websites*. VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyber protest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

RUBIM, Antônio. *Comunicação, sociabilidade e mal-estar da/na modernidade*. Revista Geraes. FAFICH, UFMG, nº 47, 1995.

RUCHT, Dieter. *The quadruple ‘A’: media strategies of protest movements since the 1960s*. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyber protest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

_____. *The internet as a new opportunity for transnational protest groups*. Mimeo. Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung. Arbeitsgruppe Politische Öffentlichkeit und Mobilisierung, 2004b.

RÜDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicom, 1998.

RYAN, Charlotte. **Prime time activism**. Media strategies for grassroots organizing. Boston: South End Press, 1991.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Os processos da globalização*. In.: Idem (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHLESINGER, P. **Put “reality” together**. BBC news. London: Constable, 1978.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes sociais: trajetórias e fronteiras*. In: DIAS, Leila; SILVEIRA, Rogério (orgs.). **Redes, sociedade e território**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2005.

_____. **Cidadania sem fronteiras**. Ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SCHÜTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974

SEOANE, José & TADDEI, Emilio. **Resistências mundiais**. De Seattle a Porto Alegre. Petrópolis: Vozes, 2001.

SNOW, David *et all*. **Frame alignment and mobilization**. American Sociological Review, 1986, 51: 464-81.

SODRÉ, Muniz. **Antropologia do espelho**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**. Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Reading, Mass: Addison-Wesley, 1978.

TÖNNIES, Ferdinand. **Kritik der öffentlichen Meinung**. Berlin, 1922.

TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **La société post-industrielle**. Paris: Denoël, 1969.

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

_____. **La producción de la noticia**. Ciudad de México, Ediciones G. Gilli, 1983.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. v. 2. Florianópolis: EdUFSC, 2005.

_____. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. v. 1. Florianópolis: EdUFSC, 2004.

VALVERDE, Monclar. *A transformação midiática dos modos de significação - anotações para uma releitura de McLuhan*. Revista Textos de Cultura e Comunicação. Nº 28. UFBA, Salvador, 1993.

VAN AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. *New media, new movements? The role of internet in shaping the ‘antiglobalization’ movement*. In: VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyberprotest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

VAN DE DONK, Wim; LOADER, Brian D.; NIXON, Paul G.; RUCHT, Dieter. **Cyber protest**. New media, citizens and social movements. London: Routledge, 2004.

VERÓN, Eliseo. (Entrevista de José Zepeda). Sociedad y información. Rádio Nederland. 04 agosto 2004. Disponível em http://www.rnw.nl/informacion/html/esp_sociedad_y_informacion_ver_html. Acesso em 03 dezembro 2004.

VILA NOVA, Sebastião. **Donald Pierson e a Escola de Chicago na sociologia brasileira**. Entre humanistas e messiânicos. Vega, 1998.

VIRILIO, Paul. *The third interval: a critical transition*. In CONLEY, V. (ed.) **Rethinking technologies**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

WEBER, M. (1904) **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Moraes, 1991.

WHITE, David. *O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias*. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: teorias, questões e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

WILDE, R. et al. **obsessed by genes. An essay about the innovation war regarding the genetic modification of food**. The Hague: Scientific Council for Government Policy, 2003.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

WOLTON, Dominique. **Intenet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2003.

_____. WOLTON, Dominique. **A última utopia**. Entrevista a José Carlos Pereira, da Revista In Expresso. Portugal, 20 de outubro de 2001.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo**. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.

BENNET, W. Lance; ENTMAN, Robert (eds.) **Mediated Politics**. Communication in the future of democracy. Cambridge University Press, 2001.

DELLA PORTA, Donatella *et al.* **Global, no global, new global**. La protesta contro il G8 a Genova. Editori Laterza, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. 2 vol. Madrid: Taurus, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. *O jornalismo como sistema perito*. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: v. 11, n. 1, pp. 197-208, maio, 1999.

PUTNAM, Robert. **Bowling alone**. The collapse and revival of American community. Touchstone Books, 2001.

RAMONET, Ignacio. **Tiranía da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIECHMANN, Jorge & BUEY, Francisco F. **Redes que dan libertad.** Introducción a los nuevos movimientos sociales. Barcelona: Paidós Ibérica, 1994.

RUCHT, Dieter. *Social movements challenging neo-liberal globalization.* In: IBARRA, Pedro. **Social movements and democracy.** New York, Palgrave Macmillan, 2002.

SENNET, Richard. **O Declínio do homem público.** As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TARROW, Sidney. **El poder em movimiento.** Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

TOURAINÉ, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)